

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BIANCA DE GENNARO BLANCO

UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE PERSONALIDADE  
JURÍDICA DE NÃO-HUMANOS

CURITIBA  
2018

BIANCA DE GENNARO BLANCO

UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE PERSONALIDADE  
JURÍDICA DE NÃO-HUMANOS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção ao grau de Mestre em Antropologia, no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho

CURITIBA  
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Blanco, Bianca de Gennaro

Uma reflexão antropológica sobre personalidade jurídica de não –  
humanos. / Bianca de Gennaro Blanco. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

1. Animismo – Aspectos antropológicos. 2. Animismo – Aspectos  
jurídicos. 3. Natureza – Direitos da personalidade. 4. Ambientalismo.  
I. Título.

CDD – 304.2

### TERMO DE APROVAÇÃO

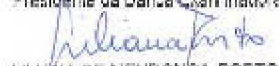
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BIANCA DE GENNARO BLANCO**, intitulada: **UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE PERSONALIDADE JURÍDICA DE NÃO-HUMANOS**, após terem ouvido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APPROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Dezembro de 2018.



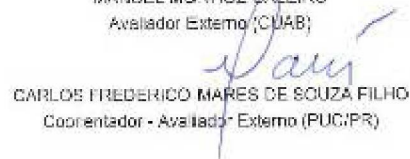
JOÃO FREDERICO RICKL  
Presidente da Banca Examinadora



LILIANA DE MENDONÇA PORTO  
Avaliador Interno (UFPR)



MANUEL MUNHOZ CALEIRO  
Avaliador Externo (CUAB)



CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO  
Coorientador - Avaliador Externo (PUC/PR)



À natureza e sua indomabilidade.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi co-construída. Assim como eu mesma enquanto ser-humano e pessoa, minhas mãos redigiram uma dissertação que foi escrita por muitos daqueles que participam direta e indiretamente da minha vida. Desde aqueles que eu amo e estão por perto, até autores e autoras de leituras que fiz ou, ainda, pessoas que desconheço, mas cujo trabalho e dedicação compõe meus dias de alguma maneira. A muitas pessoas e ainda não-pessoas devo esta realização. Gostaria de nomear algumas dessas "mãos extras".

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Cid Fernandes, e ao meu co-orientador Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que encararam esse desafio e estavam sempre dispostos a agir para a realização e bom andamento desta pesquisa. Muito obrigada pela paciência e valiosas conversas.

Agradeço à sociedade brasileira, à estrutura pública, à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFPR pelo suporte ao longo dos anos de mestrado. Agradeço aos professores do programa que contribuíram para a minha formação acadêmica, de maneira especial a Eva Scheliga, Edilene Coffaci, Miguel Alfredo Carid Naveira, João Rickli, Lorenzo Gustavo Macagno com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas. Muito grata também ao Paulo Marins, do Departamento de Antropologia Social, pela sempre pronta ajuda com questões organizacionais. Além disso gostaria de agradecer também ao programa Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, em especial os professores Gabriel Coutinho Barbosa e Rafael Bastos, cujas aulas me despertaram para um olhar antropológico.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, de mestrado, de pesquisa e aos meus amigos pelas preciosas conversas, apoio e *insights*. Gostaria de registrar também minha incomensurável gratidão aos meus pais, à minha irmã, ao Tupê e ao meu amado. A vocês, devo o mundo.

“Há mais pessoas entre o céu e a terra do que sonham nossas antropologias.”

*(Viveiros de Castro)*

## **RESUMO**

O aparecimento, relativamente recente, de casos levados a tribunais em diferentes partes do mundo em que não-humanos são considerados sujeitos dotados de direitos é um fenômeno que está ganhando notoriedade. Tendo sido a noção clássica de pessoa atrelada à pessoa humana, construída como fato fundamental do Direito e cerne da categoria abstrata de personalidade jurídica e social, a possibilidade de pessoas não-humanas, especialmente entes naturais não-humanos, incide teoricamente no campo antropológico de natureza-cultura. Consideradas ontologias baseadas em modos de identificação, a presente dissertação sugere que a personificação jurídica seja pensada em termos de conflitos ontológicos e acordos pragmáticos. A discussão materializa-se em quatro relatos de casos de rios-pessoas: rio Whanganui - Nova Zelândia; rio Vilcabamba - Equador; rio Atrato - Colômbia; rio Doce - Brasil. Especialmente, o caso do rio Doce suscita a análise sobre apostas e limitações do ambientalismo brasileiro. A escolha do estudo da pessoa e a interpretação de acordos pragmáticos possibilitaram acesso a ricas esferas analíticas, levantando questionamentos importantes e ressaltando a necessidade de etnografias relacionadas a rio-pessoas e outros casos de personalidade jurídica de entes naturais.

Palavras-chave: Animismo. Naturalismo. Pessoa. Corpo. Sujeito. Indivíduo.

## **ABSTRACT**

The relatively recent emergence of cases brought to courts in different parts over the world in which non-human subjects are considered to be endowed with rights is a gaining notoriety phenomenon. Having been the classic notion of the human person, built as a fundamental fact of law and at the heart of the abstract category of juridical and social personality, the possibility of non-human persons, especially non-human natural beings, theoretically impacts the anthropological field of nature-culture. Considering those ontologies based on modes of identification, this dissertation suggests to think juridical personification in terms of ontological conflicts and pragmatic agreements. The discussion materializes in four reports of cases of people-rivers: Whanganui River - New Zealand; river Vilcabamba - Ecuador; Atrato river - Colombia; Doce River - Brazil. Especially, the case of the Doce river raises the analysis about bets and limitations of Brazilian environmentalism. The option for the person's study and the interpretation of pragmatic agreements allowed access to rich analytical spheres, raising important questions and emphasizing the need for ethnographies related to river-people and other cases of legal personality of natural entities.

Keywords: Animism. Naturalism. Person. Body. Subject. Individual

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Matéria veiculada em jornal neozelandês que noticiou que o rio Whanganui teria os mesmos direitos que um ser humano.....	65
<b>Figura 2.</b> Mapa de acontecimentos que marcaram a história ambientalista.....	77
<b>Figura 3.</b> Caminho percorrido pelos rejeitos da barragem à foz do Rio Doce.....	95
<b>Figura 4.</b> Simulação no <i>website</i> da RENOVA.....	97
<b>Figura 5.</b> <i>Print</i> da apresentação do relatório apresentado pela Vale (2016).....	101
<b>Figura 6.</b> <i>Print</i> da apresentação do relatório apresentado pela Vale (2016).....	102

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 CULTURA VS NATUREZA: A CONSOLIDAÇÃO PELA OPOSIÇÃO .....	17
1.1 As ciências não-naturais: as ciências do homem .....	17
1.2 A natureza & cultura levi-straussiana .....	24
1.3 A <i>persona</i> latina: a máscara .....	26
1.4 Um breve olhar sobre o debate aparência <i>versus</i> realidade .....	30
1.5 O animismo e os pontos de vista .....	33
2 AS PESSOAS NÃO-HUMANAS E A <i>EARTH JURISPRUDENCE</i> .....	39
2.1 A teoria da <i>Earth Jurisprudence</i> .....	39
2.2. <i>Earth Jurisprudence</i> no mundo concreto .....	44
2.3. O novo Constitucionalismo Latino-americano, Estado plurinacional e pluralismo jurídico .....	45
2.4 Novas personalidades jurídicas .....	51
2.5 A Lei do Ecocídio .....	54
2.6 Direitos Coletivos vs Direitos Individuais .....	56
2.8.2 O Caso Rio Vilcabamba, Equador .....	65
2.8.3 O caso do Rio Atrato, Colômbia .....	68
2.9 Por que rios? .....	72
3 A NATUREZA CONTRA A SOCIEDADE: A TENTATIVA AMBIENTALISTA DE PROTEGER A INTEGRIDADE NATURAL .....	74
3.1. O ambientalismo nas potências dos séc. XVII – XIX .....	75
3.1.1 A Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América .....	76
3.1.2 Marcos globais para o surgimento do ambientalismo .....	79
3.2 O ambientalismo brasileiro .....	81
3.2.1 O surgimento do licenciamento ambiental brasileiro .....	83
3.2.2 O divórcio ambientalista no Brasil .....	85
3.2.2.1 O socioambientalismo .....	87
4 A NATUREZA COMO SOCIEDADE: O RIO PESSOA NO BRASIL .....	90
4.1 O rio pessoa: o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Minas Gerais – Brasil. ....	90
4.1.1 Caracterização da região .....	90
4.1.2 O desastre .....	92
4.1.3 Prováveis causas do desastre .....	96
4.1.4 O licenciamento ambiental e o desastre .....	101
4.2 A ação jurídica que reivindica sujeitificação .....	106
4.2.2 As convenções e acordos internacionais .....	110
4.2.3 As violações e os pedidos .....	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS .....	120



## INTRODUÇÃO

O aparecimento, relativamente recente, de casos levados a tribunais em diferentes partes do mundo em que não-humanos são considerados sujeitos dotados de direitos é um fenômeno que está gradualmente ganhando notoriedade, especialmente no âmbito do Direito. Tendo sido a noção clássica de pessoa atrelada à pessoa humana, construída como fato fundamental do Direito e cerne da categoria abstrata de personalidade jurídica e social, a possibilidade de pessoas não-humanas, especialmente entes naturais não-humanos, incide teoricamente no campo antropológico de natureza-cultura, trazendo construções conceituais contemporaneamente debatidas, tais como: pessoa, corpo, personitude, sujeito, objeto, naturalismo, animismo, multiculturalismo, multinaturalismo, perspectivismo, natureza-sujeito, entre outras.

A antropologia em contexto brasileiro é muito talentosa nessas questões, no entanto, ainda é modesta sua participação no que se refere ao estudo deste fenômeno de personalidade jurídica de vidas não-humanas. Portanto, a presente pesquisa busca embasamento teórico antropológico para discutir o movimento “*Earth Jurisprudence*” no que diz respeito à personalidade jurídica de não-humanos.

Consideradas as quatro ontologias baseadas em modos de identificação de fisicalidade e interioridade – seriam estas: totemismo, analogismo, animismo e naturalismo -, a presente dissertação sugere que a personificação jurídica seja pensada em termos de acordo pragmático, um acordo que torne possível a resolução de dada situação sem pretender a dissolução das diferenças ontológicas. Receberão atenção especial o naturalismo, tipicamente ocidental que estabelece uma divisão radical entre natureza e cultura, e o animismo descolariano, aqui sob enfoque das recentes teorizações de sujeitificação de elementos naturais, em que essa dada divisão natureza e cultura é irrelevante.

A discussão, de cunho crítico e expositivo, está pautada em revisão bibliográfica da literatura científica antropológica, acionando outras literaturas - ciências biológicas (naturais), a filosofia e o direito - quando pertinente e, ainda, entrevistas com profissionais envolvidos com a temática, majoritariamente juristas. Em termos expositivos e estruturais, esta dissertação está organizada de forma ligeiramente distinta do modelo tradicional de três capítulos, tendo sido optado pela divisão em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “CULTURA vs NATUREZA: a consolidação pela oposição”, conta aspectos da história do surgimento da disciplina antropológica – inicialmente sem distinção das outras derivações da grande Ciências do Homem. Neste capítulo, veremos que a emergência da sociedade e da natureza e, portanto, da diferenciação entre as ciências

naturais e as ciências humanas, é fruto do naturalismo. O naturalismo, orientado pela dualidade natureza e cultura, é mais do que meramente uma maneira de estudar a natureza, se trata de um conjunto de pressupostos ontológicos que constitui o nosso mundo ocidental. Assim, a divisão radial entre natureza e cultura orientou a disputa de categorias no espaço científico num processo em que o campo da ciência mecânica e suas disciplinas brutas compunham as Ciências Naturais e, oposta e complementarmente, as letras, a filosofia e estudos de cultura foram ligadas à humanidade. Interessantemente, são os estudos em cultura e humanidades que encontram povos que concebem natureza de maneira distinta da nossa e ao longo do capítulo serão expostos brevemente quatro ontologias diferentes. Como dito, o animismo e o naturalismo receberão atenção especial por dialogarem mais diretamente com a temática da dissertação, em que a personalidade jurídica de não-humanos pode ser pensada como uma espécie de acordo pragmático.

O segundo capítulo, “AS PESSOAS NÃO-HUMANAS E A *EARTH JURISPRUDENCE*”, discorre sobre como o movimento traz a possibilidade de pessoas não-humanas e sujeitos de direitos não-humanos. Neste capítulo, busco relatar resumida, mas etnograficamente, três casos de rios pessoas que representassem contextos diferentes: um na Nova Zelândia, outro no Equador e, por fim, na Colômbia. O caso da Nova Zelândia é emblemático, famoso, e demandou uma longuíssima e interessante discussão entre os Maori e a Coroa Britânica. O Equador é uma referência indispensável visto que o país considerou a natureza sujeito de direitos em sua constituição e teve o primeiro caso de rio pessoa no mundo. O caso da Colômbia é também uma referência inevitável para a presente pesquisa porque, pela similaridade legislativa, serviu de jurisprudência para o primeiro caso brasileiro, o Rio Doce.

O terceiro capítulo, “A NATUREZA CONTRA A SOCIEDADE”, fala do alcance mais radical do naturalismo enquanto ontologia que gerou o ambientalismo e sua tentativa de proteger a integridade natural da destruição. Essa tentativa de salvaguardar tudo aquilo que pertencia ao campo ontológico de natureza baseou-se na aposta de controlar, principalmente mediante análise científica, a ação humana em suas atividades consideradas danosas ao meio ambiente e a criação de espaços resguardos para a natureza: as áreas protegidas e unidades de conservação. Logo depois, o quarto e último capítulo, “A NATUREZA COMO SOCIEDADE”, traz em maiores detalhes um caso brasileiro de personificação jurídica de não-humanos, o caso do Rio Doce. Este é o capítulo que demandou mais entrevistas e conversas informais com profissionais da área a fim de entender o caso e o processo. Juntos, esses capítulos constituem uma tentativa de trazer a questão de personificação jurídica para a já rica discussão antropológica Natureza-Cultura. Tentativa essa cuja consistência e coerência serão inescapavelmente limitadas ao meu alcance pessoal e, por isso, escolhi simples e afavelmente

intitular “UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE PERSONALIDADE JURÍDICA DE NÃO-HUMANOS”.

Como bióloga, fui e sou preocupada em ocupar-me da restauração ou garantia da integridade natural e da vida em geral. Atuei durante anos à luz naturalista e acredito que sempre o farei. Afinal, nasci e cresci moderna, estudei na universidade e até cheguei a acreditar que os humanos eram de fato um problema. Mas também graças às ciências brutas e a essa profissão tive a oportunidade de em campo me perceber e, por vezes, aceitar a ausência de explicação para coisas que vi e vivi.

Embora eu tenha tido experiências interessantes no Projeto TAMAR, na região de Ubatuba – SP, e no Instituto de Pesquisas Cananéia (IPEC), em Cananéia – SP, foi em Balbina – AM, no Centro de Preservação e Pesquisas de Quelônios Aquáticos (CPPQMA), onde tive meu primeiro contato intenso com a realidade ribeirinha, indígena e as profundas consequências provocadas pela chegada de uma grande hidrelétrica. Muito embora meu foco de trabalho lá tenha sido a espécie peixe-boi, o que mais me impressionou foram as proporções dessas consequências para a vida em geral, tanto dos *waimiri-atroari* como de outras comunidades humanas e não-humanas que lá viviam. Na Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), com a qual tive um relacionamento muito próximo como estagiária, contratada e consultora, busquei uma atuação mais política a fim de atingir outras esferas de tomada de decisão. A luta contra a substituição do Código Florestal Brasileiro de 1965, as mobilizações, o contato com os ambientalistas Teresa Urban e Clóvis Borges realmente ampliaram minha visão e me causaram sérias inquietudes. Desenvolvi minha pesquisa de monografia junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) no médio Solimões, com monitoramento de ariranhas, onde de fato convivi com comunidades caboclas e essa também foi uma experiência bastante importante para mim.

Após algum tempo, tive a oportunidade de participar de um curso chamado “*Earth Democracy*”, em *Bija Vidyapeeth (Earth University)*, na *Navdanya Biodiversity Conservation Farm*, em Uttarakhand, Índia. Nessa época, tive contato com figuras importantes do movimento *Earth Jurisprudence* como Vandana Shiva, pessoas do Equador que participaram ativamente da mudança da constituição do país e alguns advogados da *Earth Law Alliance* (em português seria: Aliança dos Advogados da Terra), como dra. Lisa Mead e a irmã Pat Siemen, cuja atuação consiste em representar juridicamente pessoas não-humanas e fomentar esse movimento em diferentes frentes. Muito embora eu já vinha sendo influenciada por teóricos que falavam sobre sujeitificação de vidas não-humanas, a verdade é que até aquele momento eu não tinha a dimensão de que esse fenômeno estava acontecendo e sendo conduzido com tamanha seriedade.

Após o meu retorno, ficou claro para mim que o grupo de pesquisa “Meio ambiente: sociedades tradicionais e sociedade hegemônica” (PPGD/PUCPR), orientado pelo prof. Carlos Marés era, e ainda é, o grupo com o qual eu tinha contato que mais se aproximaria dessas discussões. É bem verdade que eu já tinha participações esporádicas neste grupo, mas até então eu não tinha subsídios teóricos suficientes para realmente entender a abordagem ali trabalhada. Foi aí que ganhei o mundo possível dos direitos coletivos, do bem-viver a despeito da produção econômica e da personificação jurídica de não-humanos numa esfera madura de debate.

Parti em busca de conhecimentos oxigenados e críticos sobre natureza e a maneira que a sociedade moderna a vê. E nesta eu me incluo, as perguntas de como eu percebo a natureza e por quê motivos foram norteadoras deste processo. Como diria Lévi-Strauss sobre o trabalho de campo, onde pesquisador se vê vulnerável a um mundo que lhe é estranho, o “eu” é o maior e talvez único instrumento de trabalho. Física e moralmente talhado pelo desconforto e cansaço, quando são revelados preconceitos até então insuspeitos, é então que surge o convite para se aperceber e conhecer a si mesmo: o observador como seu “próprio instrumento de observação”.

Assim, na experiência etnográfica, o observador se percebe como seu próprio instrumento de observação; torna-se evidente a necessidade, para ele, de aprender a se conhecer, de conseguir um eu que se revele como um outro para o eu que dele se vale, uma avaliação que irá se tornar parte integrante da observação de outros eus. Toda carreira etnográfica é movida por ‘confissões’, escritas ou não reveladas (LÉVI-STRAUSS, 2013, p.48).

Encontrei esse senso crítico, por muitas vezes autocrítico, na antropologia mais do que em qualquer ciência que eu tenha procurado. Ingressei no mestrado em Antropologia Social da UFPR, o que me engrandeceu muito. Não tão fácil para alguém que veio de uma disciplina técnica, mas cresci a cada dia. Por sorte, encontrei um orientador amável e paciente.

O momento de escolher um estágio de docência coincidiu com um convite da professora Michelle Maloney, que precisava de uma pessoa para auxiliá-la em uma disciplina de verão intitulada “*Wild Law*”, na Griffith University, Brisbane, Austrália. Era a primeira vez que essa disciplina seria ministrada na Austrália e houve um grande chamamento de estudantes de graduação e pós-graduação em Direito. A intenção era apresentar um outro Direito possível e, para os mais interessados, talvez ingressar como advogados da Terra ou pensadores dessa questão. Embarquei, fui auxiliar de professora da Michelle Maloney e a disciplina-curso foi um sucesso, com muitos participantes, inclusive de profissionais seniores envolvidos no emblemático caso de personificação jurídica *Whanganui Iwi* e *Te Awa Tupua*, na Nova Zelândia.

Embora a Austrália esteja cada vez mais envolvida com o que lá se chama majoritariamente de *Wild Law* e que haja muita proximidade com o movimento *First Nations*,

como aborígenes, ainda não há ocorrência de nenhum caso de personificação jurídica de não-humanos. Minha participação neste curso me abriu portas para ir à Nova Zelândia e ser recebida pela professora e advogada Catherine Iorns Magallane, envolvida na personificação do rio *Whangamui*. Devido à época do ano e desafios de viagem, não consegui visitar o rio, mas dra. Catherine me contou como foi o longo processo de personificação jurídica e o que isso representou para o país.

Esse trabalho é inevitavelmente fruto dessa trajetória. Grandes teóricos e a metodologia científica obviamente me orientam e isso será visto e analisado no decorrer do texto da dissertação, porém acredito que seja importante também considerar alguns aspectos deste percurso como influenciadores desse processo.

Que suscite um belo debate e que seja, sobretudo, inspirador.

## 1 CULTURA VS NATUREZA: A CONSOLIDAÇÃO PELA OPOSIÇÃO

“Odeio as viagens e os exploradores”.  
(LÉVI-STRAUSS, 1955)

### 1.1 As ciências não-naturais: as ciências do homem

As descobertas marítimas apresentaram à Europa mundos ainda não conhecidos. Esses mundos apresentaram belezas naturais jamais vistas pelos europeus. Além das belezas naturais, as navegações desafiaram as opiniões europeias em relação à síntese medieval de Deus, Natureza e Homem. Muito conteúdo descritivo sobre os “selvagens” foi gerado. Tamanha era a estranheza que, durante considerável período de tempo, não houve grandes teorizações e sim uma frenética descrição de tudo aquilo que era visto e vivenciado pelos exploradores. Esse processo descritivo geraria, mais tarde, o outro antropológico (CLASTRES, 1980).

Comparado ao das outras ciências, a delimitação das ciências humanas enquanto área científica foi tardia. Muito devido a falta de teorização e de diálogo entre os escritores, a disciplina não aparece nos séculos XVII e XVIII. Os povos “sem fé, sem lei, nem rei”<sup>1</sup> foram inclassificáveis durante bastante tempo e, portanto, não eram propriamente humanos (Ibid.). Assim, é importante destacar que a etnologia, como é chamada presentemente, na fase inicial ainda tratava dos inclassificáveis colocando-os no polo mais próximo ao da natureza, como explica a etimologia do termo “primitivo” em alemão *Naturvölkern*, literalmente são “povos da natureza” ou, ainda, os “fora da história”, o que constituiu uma forma de recusa de um atributo constitutivo da condição humana (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Eram vistas com espanto, as populações que não faziam distinção clara entre os humanos e os animais. No final do século XIX fortaleceram-se as discussões sobre essas questões, era preciso resolver esse “escândalo lógico”<sup>2</sup> e essa tarefa foi dada à antropologia. Por bastante tempo a descrição dos selvagens fora feita pelos aventureiros, historiadores naturais, e a disciplina das ciências do homem se consolidava à medida que se afastava das ciências naturais. Nesse período, a oposição entre natureza e sociedade fortaleceu-se nas

---

<sup>1</sup> Frase de Pêro de Magalhães Gândavo ( c. 1540 — c. 1580), que foi historiador e cronista português, autor da primeira publicação de história do “Brasil”, onde aparece pela primeira vez o termo “Brasil”. Falou dos povos “sem Fé, sem Lei, nem Rei” e essa expressão tornou-se conhecida popularmente.

<sup>2</sup> Palavras de Descola em entrevista concedida ao Valor Econômico, publicada em 20 de novembro de 2012. “Em busca de um novo lugar para o homem e a natureza”, por Carla Rodrigues. Essa expressão foi utilizada para responder a terceira pergunta “Trata-se de repensar os objetivos da antropologia” – não paginado. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/2908624/em-busca-de-um-novo-lugar-para-o-homem-e-natureza>.

discussões epistemológicas e filosóficas dos neokantianos, especialmente na Alemanha, e esta também se manifestou na organização de instituições, com destaque para a separação entre as faculdades de ciências e de letras (CAMPOS; DAHER, 2013).

Tamanha a importância do debate das categorias determinantes das fronteiras entre natureza e cultura que Lévi-Strauss (2013) atribui a fundação das ciências do homem a Rousseau, em “Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem”. O faz porque, ao escrever o “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, Rousseau coloca a questão das relações entre a natureza e a cultura como ponto de partida dessa ciência e, segundo Lévi-Strauss, esse é o primeiro tratado de etnologia geral. No plano teórico, afirma que a percepção reflexiva de si mesmo, leva à capacidade de identificação com o outro, que seria a chave analítica rousseauiana para o que seria definido como alteridade. Para Rousseau, a identificação com o outro, isto é, a teoria das ciências do homem estava intrinsecamente atrelada ao primeiro tratado desta mesma ciência: as questões de relação entre cultura e natureza. Ele amplia o termo “piedade” para a identificação para/com todo ser vivo humano e não-humano, todo ser, segundo ele, sofrente como nós. Nas palavras de Lévi-Strauss:

Começou-se por cortar o homem da natureza e constituir-lo como um reino supremo. Supunha-se apagar desse modo seu caráter mais irrecusável, qual seja, ele é primeiro um ser vivo. E permanecendo cegos a essa propriedade comum, deixou-se o campo livre para todos os abusos. Nunca antes do termo destes últimos quatro séculos de sua história, o homem ocidental percebeu tão bem que, ao arrogar-se o direito de separar radicalmente a humanidade da animalidade, concedendo a uma tudo o que tirava da outra, abria um ciclo maldito. E que a mesma fronteira, constantemente empurrada, serviria para separar homens de outros homens, e reivindicar em prol de minorias cada vez mais restritas o privilégio de um humanismo, corrompido de nascença por ter feito do amor-próprio seu princípio e noção. (...) o respeito por outrem tem unicamente um fundamento natural (...)

Longe de se oferecer ao homem como um refúgio nostálgico, a identificação com todas as formas de vida, a começar pelas mais humildes, propõe à humanidade de hoje, pela voz de Rousseau, o princípio de toda a sabedoria e de toda a ação coletivas. O único capaz, num mundo atulhado, em que vão-se tornando mais difíceis - e tão mais necessários! - os respeitos mútuos, de permitir que os homens vivam juntos e construam um futuro harmonioso. Talvez esse ensinamento já estivesse contido nas grandes religiões do Extremo Oriente; mas quem, a não ser Rousseau, veio dispensá-lo a nós, diante de uma tradição ocidental que, desde a Antiguidade, julgou que fosse possível jogar em dois tabuleiros e burlar a evidência de que o homem é um ser vivo e sofrendor, igual a todos os outros (LÉVI-STRAUSS, p. 53-54).

Rousseau falou sobre igualdade entre seres vivos e entre os próprios homens, reconhecendo que essa diferença era da mesma condição: a da singularidade do homem civilizado diante da natureza. Assim, aparentemente seu esforço foi o de dissolver essa fronteira. Para Rousseau, a natureza era harmoniosa e boa, assim como os selvagens, e, para ele, essas eram virtudes a serem buscadas por toda a humanidade. Isso foi inovador para a época porque a visão dominante, muito impulsionada por Locke e Hobbes, era a de que os selvagens

viviam um estado de natureza que deveria ser necessariamente superado em busca de formas sociais mais complexas e civilizadas (LEOPOLDI, 2002). Entretanto a veemência das falas de Rousseau que buscavam a igualdade e a harmonia, acabara por reforçar a oposição entre civilização *vs* natureza, o que traiçoeiramente serviu à velha oposição, corroborando com a posição dos “selvagens” no polo natureza opostamente à civilização no polo cultura.

Na Grã-Bretanha houve um forte crescimento do prestígio científico, em especial da história natural. Estes curiosos historiadores frequentemente compartilhavam um conjunto comum de valores, incluindo a crença no valor intrínseco da natureza e a fé no equilíbrio ecológico (MELOSI, 2015). O século XVIII traz uma mudança importante no padrão de percepção do mundo natural. Trata-se do fenômeno das “novas sensibilidades”, sendo um traço cultural de valorização da natureza. Vai se reafirmar como movimento romântico europeu do século XIX e, na perspectiva de uma tradição de longa duração, ainda é presente. O romantismo, então, surge naquela que futuramente seriam a Alemanha e a Inglaterra, expressando sentimento de aversão ao modelo industrial e à vida urbana (CARVALHO, 2009). Essa concepção traz consequências: se os selvagens eram natureza, há a polarização do homem civilizado e o modelo industrial *versus* natureza arcaica.

Os selvagens ora eram interpretados como seres puros que viviam dos frutos de uma natureza generosa, como nos textos de Rousseau; ora vistos como canibais determinados por uma natureza cruel, como nos primeiros textos de Cristóvão Colombo<sup>3</sup>. O que ocorre é que a questão da natureza é, desde a origem, intrínseca à reflexão europeia sobre os colonizados: é a natureza que determinava seu ser, não passavam de um apêndice dela, tanto para o melhor, quanto para o pior (CAMPOS; DAHER, 2013).

O iluminismo, a revolução científica e a exaltação da razão trouxeram o positivismo e teorias naturalistas. O naturalismo procura a descrição verossímil do mundo e descoberta das leis naturais ou universais. Nega o sobrenatural e o espiritual, baseando-se na concepção de que as leis naturais são as regras que regem o universo e que a natureza é explicável segundo princípios físicos, químicos e materiais. No entanto, como veremos adiante, o naturalismo é mais do que meramente uma maneira de estudar a natureza, se trata de um conjunto de pressupostos ontológicos que constitui o nosso mundo ocidental.

---

<sup>3</sup> Historicamente, a relativização da dicotomia entre religião e magia se objetiva na compreensão da vida social como construção dialética entre categorias de poder que estabelecem circunstancialmente seus domínios como sagrado, a crença e a Igreja, ou profano, a magia e o totemismo (CRUZ; PEREIRA NETO, 2014). Essas oscilações também têm influências na concepção de natureza, mobilizando diferentes conotações. Thomas (2010) diz que a ideia do homem à semelhança de Deus não só o coloca como um animal superior, mas o eleva a uma esfera outra, a meio caminho entre animais e anjos. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, com o romantismo, os animais passaram de seres brutos e selvagens, ligados ao profano, para criaturas inocentes e puras, ligadas ao sagrado. O mesmo acontece com o humano “selvagem”, ora “bom selvagem”, ora “sem fé, sem lei, nem rei”. Ainda assim, segundo Thomas (2010), mesmo atualmente, a exaltação da racionalidade humana, religião e moral serviriam para conservar a fronteira entre humanos e não-humanos.



Latour (1994), que analisa as bases filosóficas dessa separação entre sociedade e natureza, apresenta que, de um lado, estaria Hobbes, “fundador” da ciência política e das ciências sociais; de outro, Boyle, como o grande representante das ciências naturais e exatas. Desta forma, a ideia de natureza como exterioridade, desenvolvida pela ciência dos séculos XVII e XVIII, implicou em um entendimento de uma natureza regida exclusivamente por um sistema de leis e regras, isenta de intencionalidade. Conforme analisa Descola (2013, cap. 3), Bacon, Descartes e Spinoza, cientificamente muito ativos naquela época, rejeitaram a ideia de uma natureza intencional. O que passou a existir foi uma noção de natureza como domínio ontológico autônomo, um campo de investigação e experimentação da ciência cujo objeto de estudo deveria ser explorado intelectualmente e aperfeiçoado.

Assim, a emergência da sociedade e da natureza e, portanto, da diferenciação entre as ciências naturais e as ciências humanas, é fruto do naturalismo. Encaixou-se a natureza no campo da ciência mecânica e suas disciplinas brutas: a física, a química, a biologia e suas derivações. Os campos sutis ficaram com letras, filosofia e faculdades ligadas à humanidade. Desligada dos humanos, a natureza passou a ser assunto dos estudiosos naturalistas. E as ciências do homem, por sua vez, estudavam tudo aquilo que seria não-natureza.

A implicação dessa bifocalidade, que atualmente se reforça com a difusão em nosso imaginário de uma natureza exterior em vias de um colapso, é a existência de contradições a serem trabalhadas no que condiz ao senso de responsabilidade humana em relação à natureza e à sociedade (LATOUR, 1994). Assim, como exploraremos adiante, esse dualismo é revisto por alguns pensadores a medida que são estudadas ontologias que não se apoiam nesse divisor.

Foi do interesse científico pelas coisas da natureza que a disciplina de história natural cunhou o evolucionismo. Esses curiosos historiadores investigavam, sobretudo, a origem da vida. As ideias de Lamarck e de Charles Darwin, principalmente em a "Origem das Espécies", vieram a corroborar com a noção de que o ser-humano era uma dentre as incontáveis espécies da natureza - e também tinha sua história enquanto espécie (BARTH *et al.*, 2005).

Durante as duas décadas seguintes após a publicação da "Origem das Espécies" houve uma sequência de escritos "sociológicos" tratando de sociedades primitivas. Estes incluíram estudos clássicos de Bachofen, Maine, Fustel de Coulanges, Lubbock, McLennan, Morgan e Tylor. Praticamente todos assumiram uma progressão direta da sociedade primitiva através de vários estágios intermediários até chegar à sociedade moderna (KUPER, 1988).

As ciências do homem beberam do evolucionismo, tornando os museus, e sua organização de artefatos em ordem cronológica, fundamentais para a consolidação da antropologia, e aqui destaque especial para a antropologia britânica. A própria ideia de museu à época foi causa e consequência do pensamento linear de evolução que foi se popularizando

(BARTH *et al.*, 2005). Há, entretanto, um paradoxo importante: Darwin estimulou uma antropologia muito não-darwiniana (KUPER, 1988). A teoria evolucionista que Darwin apresentou não implicava em direção linear ou progresso. Darwin argumentou que a seleção natural funcionava com variações individuais basicamente aleatórias que eram selecionadas pelas condições ambientais. A seleção natural, então, sugere um processo inelutável em que as adaptações particulares eram produto do acaso. Darwin defendia uma história evolutiva complexa e não linear. Grupos com a mesma origem se desenvolveriam de maneiras diferentes se estivessem isolados em diferentes ambientes. Poder-se-ia, portanto, traçar a história de uma espécie para trás no tempo, mas não havia como prever seu caminho futuro (KUPER, 1988).

A invenção da ciência moderna como método de investigação colocou a religião no polo oposto ao da modernidade racional, conseguindo entender o selvagem como dotado de corpo e alma humanos (CLASTRES, 1980). Vale lembrar que no século XIX foram necessárias incontáveis discussões, nomeadamente na Inglaterra, para demonstrar que os selvagens não eram esquecidos de um estado religioso e moral (ROSA, 2010). Filantropos inconformados com a escravidão usavam-se de argumentos da biologia evolucionista sobre a unidade física humana – *ab uno sanguine*, em português, “feitos do mesmo sangue”. Essas ideias foram articuladas por grupos anti-escravagistas (BARTH *et al.*, 2005).

Edward Burnett Tylor (1832-1917) é considerado o primeiro evolucionista inglês (BARTH *et al.*, 2005). Tylor, em *Primitive Cultures* (1871), apresenta a hipótese de que os povos sem escrita e politicamente “simples”, representavam um nível cultural mais próximo ao de uma condição primitiva, de um estado natureza (ROSA, 2010). Foi ele quem cunhou a primeira definição de “cultura/civilização” – para ele, sinônimos. Por influência do iluminismo francês, a definição dizia que este seria o ápice da escala evolutiva humana (CASTRO, 2005). É evidente que a Europa não era uníssona nessas conceitualizações. Na França e Inglaterra, civilização seguia um sentido mais tyloriano, como fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos e/ou morais (SOUSA, 2012; ELIAS, 1994). Na Alemanha, no entanto, essa “civilidade” pode ser análoga ao conceito de *kultur*, enquanto *zivilisation* corresponderia a algo mais relacionado à aparência externa dos homens, do homem civilizado. *Kultur* alude a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e também ao valor de determinados produtos humanos nos quais se manifesta a identidade de um povo (SOUSA, 2012; ELIAS, 1994).

A hegemonia do evolucionismo implicou em pensar que o estado primitivo é um estado de natureza, situando os primitivos na origem da história, distanciando-os do homem civilizado (CLASTRES, 1980). À distância, espacial e temporal, parecem todos iguais; ainda não se vê singularidades entre eles. Assim, os “selvagens” compõem uma categoria ainda homogênea de “primitivos” – ou, em alguns casos, semicivilizados (CLASTRES, 1980). Na concepção

temporal evolucionista, há somente uma história a ser contada, não cabendo outras. A concepção histórica evolucionista “descobre” essa história única por meio de um método comparativo que identifica as semelhanças e descarta as destonalidades. A consequência disso para os primitivos é a homogeneização (CLASTRES, 1980). Neste contexto, a Europa era considerada o centro cultural e de conhecimentos, o homem civilizado era dono do conhecimento, da razão, e a natureza era um lugar de atraso, barbárie e irracionalidade. Segundo Elias (1994) o conceito de civilização expressa a consciência que o europeu tem de si mesmo.

Outro reflexo disso foi colocar o homem civilizado acima do determinismo ambiental, em que ao homem racional, moderno, masculino, caberia o domínio da natureza irracional, selvagem e feminina. Essa polarização reforça o divórcio entre as ciências naturais e as ciências humanas. A separação possibilitou complementaridades, trocas e rivalidades entre ambas (CLASTRES, 1980; DIEGUES, 2000).

Aparentemente essa não era a intenção consciente dos evolucionistas da época. Tylor não procurou acentuar as diferenças entre civilizados e selvagens, mas tenta demonstrar a comunhão entre todas religiões por meio da exposição da questão das repetições de conteúdo, em termos de imaginação de entidades sobrenaturais, em vários os tempos e lugares (ROSA, 2010). Rosa (2010) faz uma analogia com o evolucionismo de Charles Darwin, que demonstrou que dentro de cada humano havia um primata, e Tylor, que tenta demonstrar que o povo europeu civilizado da época também estava imbuído de selvageria.

James George Frazer (1854-1941) foi o último dos antropólogos do período “clássico” do evolucionismo cultural. O Ramo de Ouro (do inglês “*The Golden Bough*”) é uma obra que influenciou muitas gerações de pensadores, como o próprio Malinowski, Freud, Wittgenstein e James Joyce. Embora seja difícil falar sobre as ideias de Frazer porque há, no Ramo de Ouro, uma confusão teórica que causa conflitos interpretativos, o fato é que Frazer escreveu largamente sobre totemismo, em *Totemism and Exogamy* de 1910, na tentativa de fundá-lo como sistema e explicar sua origem. Segundo ele, o “*ote*” do totemismo indica uma relação de irmandade, de irmãos que não podem se casar entre si, o que arranjaría todo um sistema social e de parentesco em que grupos, ou clãs, seriam identificáveis com totens – elementos naturais não- humanos. As identificações com os totens implicam em comportamentos que permeiam outras esferas da vida, especialmente hábitos alimentares. Por exemplo, a abelha é um animal totêmico na África e na Austrália. Entre os *Nuer*, é um totem secundário associado ao píton, devido às marcas semelhantes no corpo. Assim, quem tem píton como totem abstém-se de matar abelhas ou comer mel (LÉVI-STRAUSS, 1989). O totemismo foi debatido por diversos autores em diferentes tempos e tornou-se chave analítica para vários temas. Evidentemente, como adverte Lowie (*apud* LÉVI-STRAUSS, 1996), o totemismo é uma unidade artificial existente

apenas no pensamento do etnólogo e o veremos adiante como uma outra ontologia, mais do que como uma forma de ordem social.

Franz Uri Boas <sup>4</sup>(1858-1942) definiu o tom da antropologia estadunidense, conhecida como antropologia cultural (CASTRO, 2005; STOCKING, 2004; PEREIRA, 2011). Com as ideias de Franz Boas, veio o reforço da crítica ao evolucionismo e o apreço pela diversidade. Seu paradigma usou-se da cultura, mas não como o fez Tylor – enquanto sinônimo de civilização - mas com conotação plural, enfatizando a diversidade de culturas. A centralidade e conotação de cultural nos estudos boasianos se desenvolve justamente de maneira oposta à ênfase sócio-estrutural da antropologia britânica, em que as explicações eram baseadas em raça ou biologia (SYDEL, 2005).

O que hoje chamamos de particularismo histórico e relativismo cultural, Boas dizia que cada cultura teria particularidades produzidas por um contexto histórico geográfico e que, portanto, sociedades distintas teriam concepções distintas de existência (STOCKING, 2004; PEREIRA, 2011). Na antropologia americana, houve outros críticos à ideia de evolução influenciados por Boas, como Lowie, mas, segundo Stocking (2004), a orientação e contribuição boasianas sempre serão relevantes graças aos registros de tentativas de desenvolver uma antropologia social e cultural como ciência natural. Assim, criticando o evolucionismo, foi nos termos de Boas que a cultura assumiu um caráter plural, embora ainda atributo exclusivo da humanidade.

O que gostaria de destacar na antropologia boasiana é um ponto que Descola (2013) sublinha: a noção de cultura - no singular - deriva em grande parte da oposição à natureza. Já a concepção de culturas - no plural -, que fazem sentido em relação a si mesmas, não convoca uma resposta automática da natureza como sua contraparte. Mesmo que a natureza, ou o ambiente, tenha um papel importante na análise boasiana, ela não assume o contraste imediato de cultura. Esta leitura feita por Descola é bastante interessante em termos de análise da dinâmica das categorias constituintes de natureza e cultura. No entanto, como ele próprio atenta, mesmo essa ideia mais holística de cultura também serviu à dualidade porque sugere a generalização como típico das ciências naturais e a individualização como típico das ciências culturais. Desta forma, distinguem-se objetos cuja existência é determinada por leis gerais de objetos que devem ser apreendidos em toda sua individualidade graças ao valor a eles atribuído.

---

<sup>4</sup> De família judaica liberal, com pais influenciados pelos ideais políticos da Revolução de 1848, também chamada de Primavera dos Povos. Talvez isso possa ter influenciado as ideias de Boas sobre raça e cultura (CASTRO, 2005; PEREIRA, 2011). Estudou geografia e fez doutorado em física, que teve como produto sua dissertação “Contribuições para o Entendimento da Cor da Água”, onde buscou demonstrar que os domínios da experiência humana não eram suficientes para explicar a realidade. A Física, mais especificamente a psicofísica, que o conduziu à Antropologia (CASTRO, 2005; STOCKING, 2004; PEREIRA, 2011).

Essa gênese, que trará o termo multiculturalismo, será mais tarde criticada por Viveiros de Castro, que traz o multinaturalismo. Discorrerei sobre isso mais adiante.

Considerados os aspectos até então apresentados da história do surgimento da disciplina antropológica – inicialmente sem distinção das outras derivações da grande Ciências do Homem –, pode-se observar como essa trajetória de consolidação dessa e outras ciências moldou e foi moldada por certos pressupostos ontológicos. Vê-se que esse processo não foi linear, nem simples, e que houve autores com diferentes visões que revelaram diversas faces, por vezes contraditórias, de uma mesma temática. Essa disputa pelo espaço científico gerou aproximações e distanciamentos de determinadas categorias num processo quase de triagem em que as Ciências do Homem respondiam a tudo aquilo que era não-natural: que era do campo da cultura, das letras, do humano. Quase como uma espécie de “Tratado de Tordesilhas” da arena científica, essas disputas levaram ao surgimento de uma outra grande ciência, oposta e complementar: as Ciências Naturais, que ficou com a natureza considerada como tudo aquilo que era não-cultural.

## **1.2 A natureza & cultura lévi-straussiana**

Fundador do estruturalismo e um marco na disciplina antropológica, a obra de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) contribuiu enormemente para reinterpretações de natureza e cultura. Essa dualidade foi desenvolvida em contextos diversos, com finalidades igualmente diversas, que se tornou uma importante característica do pensamento lévi-straussiano (DESCOLA, 2011). A sua primeira publicação, “As estruturas elementares do parentesco” (1949), inicia-se pelo capítulo intitulado “Cultura e Natureza”.

Como dito, e como também lembra Descola (2011), Lévi-Strauss atribui a Rousseau o mérito de ter fundado o campo da etnologia quando inaugurou, no *Discours sur l'origine et le fondement de l'inégalité* [Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade], a reflexão sobre os vínculos possíveis entre esses dois campos de fenômenos. A natureza-cultura, então, não só seria o centro da chave analítica da antropologia estrutural, como também, o que definiria o campo estudado pela etnologia (DESCOLA, 2011).

Para entender os conceitos lévi-straussianos de natureza, é preciso antes considerar ao menos alguns aspectos concebidos por Lévi-Strauss sobre o estruturalismo em relação ao pensamento humano. Segundo Lévi-Strauss (1983) há uma interação contínua entre, de um lado, as “exigências mentais” e, de outro, as contingências históricas e as condições ecológicas nos símbolos criados pelo pensamento mítico. Não há uma mente passiva, determinada pelo

exterior, nem um espírito criativo puro que molde o mundo à sua aparência. O processo de simbolização é produto desta interação.

As culturas ditas primitivas, que os etnólogos estudam, ensinam-lhes que a realidade pode ser significativa aquém do plano do conhecimento científico, sobre o da percepção pelos sentidos. Elas encorajam-nos a recusar o divórcio entre o inteligível e o sensível, decretado por um empirismo e um mecanicismo fora de moda, e a descobrir uma secreta harmonia entre esta pesquisa do sentido, a que a humanidade se entrega desde que existe, e o mundo em que ela apareceu e onde continua a viver: mundo feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores... Nós aprendemos assim a melhor amar e a melhor respeitar a natureza e os seres vivos que o povoam, compreendendo que vegetais e animais, por muito humildes que sejam, não fornecem apenas ao homem a sua subsistência, têm sido também, desde o começo, a fonte das suas emoções estéticas mais intensas e, na ordem intelectual, das suas primeiras e já profundas especulações (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152-153).

Na sua palestra na Conferência Gildersleeve, com o título de *Structuralism and ecology*, Lévi-Strauss explicita sua concepção do papel das operações do espírito e das determinações ecológicas no pensamento mítico quando organiza certos elementos do meio natural em sistemas significantes (DESCOLA, 2011). O que pode ser destacado aqui é que o papel conferido à “natureza”, entendida como ecologia ou ambiente natural - utilizados por Lévi-Strauss quase como sinônimos -, indica uma natureza que se constitui em concretudes, os dados empíricos que subsidiariam as exigências mentais humanas e a constituição de significantes. Isto é, o espírito reage às condições relacionadas ao meio ambiente articulando-as logicamente em sistema (LÉVI-STRAUSS, 1983).

Buscando regras estruturais do pensamento humano, ressignificou o conceito de Marx de “ordem das infraestruturas”, afirmando que a natureza condiciona as operações intelectuais graças às quais a cultura recebe um conteúdo empírico. As orientações históricas e propriedades do meio ambiente agiriam na ideologia extrinsecamente, enquanto que as exigências mentais manteriam as produções ideológicas. Essa foi uma distinção também estabelecida por Bateson, que falava em duas origens da realidade (CRÉPEAU, 2005). Esse viés em Lévi-Strauss se dá graças às suas “duas naturezas”<sup>5</sup>.

A autoridade se manifestaria nas “escolhas” que efetua uma determinada cultura: cada cultura constitui em traços distintos de alguns aspectos de seu meio ambiente, mas não seria possível prever qual(is) aspectos e para qual(is) fins visto que o “princípio da classificação” nunca se postula, somente a experiência libertaria. Isto significa que a classificação viria *a posteriori*. É nesse sentido que Lévi-Strauss concebe a etnologia como uma ciência empírica “por necessidade”: a experiência, o empírico, condiciona o acesso a estrutura e esta dá acesso aos elementos invariantes que determinam a coerência de cada sistema de classificação.

---

<sup>5</sup> Título de Descola (2011): “As duas naturezas de Lévi-Strauss”.

Lévi-Strauss fala de natureza em dois sentidos: 1. Uma natureza que fornece ao homem a sua subsistência, fonte de emoções e fonte das primeiras especulações intelectuais; 2. Uma natureza orgânica humana, cujos aparelhos perceptivos refletem a própria natureza do primeiro sentido. Essas duas naturezas - a natureza “externa” ao homem e sua natureza corporal – admite Descola (2011), mantêm-se subsidiárias das privilegiadas propriedades do pensamento.

O totemismo é, antes de tudo, a projeção fora do nosso universo, e como que por exorcismo, das atitudes mentais incompatíveis com a exigência de uma descontinuidade entre o homem e a natureza, que o pensamento cristão considerava essencial (LÉVI-STRAUSS, 1996, p.13).

Lévi-Strauss também se dedicou ao estudo do totemismo. Fazendo uma reflexão a partir da histeria de Freud, Lévi-Strauss critica a conotação de totemismo da época. Sugere que a “natureza” é descrita de maneira a diferenciar as sociedades civilizadas das primitivas - ou comportamentos humanos irracionais, no caso da histeria- para resguardar a racionalidade e visão de mundo ocidental. Para Lévi-Strauss, o totemismo é um recurso de diferentes sociedades para denotar sistemas sociológicos que ocorrem somente em função das possíveis interrelações que humanos e não-humanos apresentam, sendo isto característica do pensamento humano, também presente na sociedade civilizada. Isto é, haveria distinção de conteúdo e não de forma (MONTINI, 2014).

O contraste nítido entre natureza e cultura afirmado no primeiro capítulo de “As Estruturas elementares do Parentesco”, disse, era metodológico. Ao longo da obra, se constata que a cultura só codifica determinações impostas pela natureza: a proibição do incesto e as estruturas de parentesco causados direta ou indiretamente por essa regra básica são eficientes da vida social, mas o movimento causador desta vida social tem origem em limites biológicos e psicológicos porque são provenientes da natureza orgânica do homem (DESCOLA, 2011).

Muito embora Lévi-Strauss tenha tido predileção pelo espírito e estrutura de pensamento, por vezes diminuindo a abrangência de outros conceitos, como talvez o de natureza, colocando-a como mero subsídio para a mente, assim o fez pensando elevar o *status* da importância desses elementos como necessários à vida humana. Como é evidenciado pelas suas explicações sobre o “mito da dignidade exclusiva da natureza humana” (LÉVI-STRAUSS, 2013; p.53), o respeito à natureza e à pessoa humana era premissa e finalidade do pensamento e conduta levi-straussianos em seus estudos que muito contribuíram para o avanço científico.

### **1.3 A *persona* latina: a máscara**

Marcel Mauss (1872 - 1950) foi inegavelmente um marco nos estudos de noção de eu, de pessoa, corpo e indivíduo. Em 1938, ele apresenta "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, aquela de 'Eu'" (MAUSS, 2003). O ensaio analisou a hipótese durkheimiana de uma história social das categorias do espírito humano e das concepções acerca da própria individualidade (GOLDMAN, 2003). Através do método comparativo, Mauss explora a noção de pessoa, do eu e de indivíduo em diversas sociedades do mundo. Inovadoramente, coloca a noção de pessoa como uma categoria socialmente construída, relativa ao tempo e ao contexto cultural/social de cada povo (GOLDMAN, 2003).

A pessoa romana tinha sentido equivalente ao de máscara, personagem. Ao ser traduzida para o latim, *persona*, a pessoa permanece com sentido de imagem superposta. Carrega tanto o sentido de esconder o indivíduo na sua natureza crua, quanto o sentido de interpretação um personagem (MAUSS, 2003).

Nos clássicos latinos e gregos da moral<sup>6</sup> acrescenta-se ainda mais o sentido moral ao sentido jurídico, de ser consciente, independente, responsável, livre e autônomo (MAUSS, 2003). Mauss situava esse seu trabalho especialmente na esfera do Direito – vindo do Direito Grego - e, assim, a pessoa como fato moral passa a ser o fato fundamental do Direito e cerne da categoria abstrata de personalidade jurídica e social (GOLDMAN, 2003). Graças ao cristianismo, a pessoa ganhou conotação também metafísica de uma substância racional indivisível e individual (MAUSS, 2003).

Durante a consolidação renascentista dos pensamentos filosófico e político, surgiram questões sobre liberdade individual, da consciência individual e do direito de ter um Deus interior. As noções dos Irmãos Morávios, dos puritanos, dos pietistas, formaram as bases para a noção de "Eu"; o "eu" era a consciência (MAUSS, 2003). Foi somente com o pensamento de Immanuel Kant (1724 -1804), que era pietista, e Johann Gottlieb Fichte (1762 -1814) que o eu, a consciência, ganhou o caráter sagrado da pessoa humana, da ciência e da "razão pura" (MAUSS, 2003 [1938]). No entanto, em seu estudo, Mauss atenta que são raras as sociedades que concebem a pessoa humana como uma entidade completa e independente, uma espécie de "marco zero" da esfera social (GOLDMAN, 2003; MAUSS, 2003).

Esses estudos, somados ao "Ensaio sobre a Dádiva" de 1925<sup>7</sup>, apoiados nas noções nativas de *mana* e *hau*, formarão bases importantes para o Direito Real e Direito Pessoal, que conduzem ao entendimento do direito pautado na propriedade e desenrolar de todo um sistema econômico (GOLDMAN, 2003; CULLINAN, 2008). Portanto, nota-se que a noção de pessoa

---

<sup>6</sup> Nos séculos II a.C. a IV d.C, como atenta Mauss (2003).

<sup>7</sup> Uma das obras mais conhecidas e estudadas de Mauss, conclui três obrigações: dar, receber e contribuir (MAUSS, 1925).



e a de indivíduo não são inócuas, reverberam em diferentes dimensões sociais, como política, jurídica e intelectual e também na construção da imagem de sociedade moderna, civilizada. Essa imagem carrega a moral da nossa sociedade até os dias atuais que se opõe, e se impõe, a construções outras de modo a afirmar nossa superioridade perante outras sociedades (GOLDMAN, 2003).

Ainda no direito contemporâneo, a metáfora da máscara é bem conhecida. A máscara esconde a esfera de vida individual e privada e, ao mesmo tempo, permite participar da esfera pública, dando personalidade jurídica, isto é, interpreta uma pessoa que tem direitos e deveres legais (GAAKEER, 2016). Nos sistemas jurídicos ocidentais, a máscara concedida à pessoa humana<sup>8</sup> é em si um artifício sem o qual seriam meramente “não-pessoas”, sendo tratados diante da lei como objetos, como era o caso dos escravos, mulheres e crianças na Grécia e Roma antigas, e como ainda o são os animais e outras vidas não-humanas. Episódio gravíssimo é a retirada ou negação desse reconhecimento de personalidade jurídica, como aconteceu, por exemplo, aos judeus na Alemanha nazista (GAAKEER, 2016).

It is not the natural Ego which enters a court of law. It is a right-and-duty-bearing person, created by the law, which appears before the law. Without his persona, there would be an individual without rights and duties, perhaps a ‘natural man’ – that is, a human being or homo in the original meaning of the word, indicating someone outside the range of the law and the body politic of the citizens, as for instance a slave – but certainly a politically irrelevant being<sup>9</sup> (ARENDT, 1963, p. 107) .

Interessante essa passagem de Arendt, em que é possível perceber essa oposição entre uma pessoa, o “eu” ou indivíduo na sua condição social, e um indivíduo sem sentido “*persona*”, que seria um indivíduo no seu sentido de espécie, no seu estado natureza. Aqui fica clara a divisão entre as ciências naturais e sociais envolvendo as noções de pessoa, de eu e de indivíduo.

Quando a Igreja Católica se tornou uma referência da lei, a moral romana foi regada por doutrinas sobre alma e imortalidade. Isso abriu debate sobre a inclusão daqueles até então excluídos juridicamente, como também expandiu o uso e o significado do termo pessoa, com influência de Tomás de Aquino, cujo foco aristotélico estava em relação à substância (matéria). Assim, os estudos de corporalidade foram aprofundados, desenvolvendo a noção de pessoa

---

<sup>8</sup> E também a instituições sociais, como empresas. Questão interessante, mas que por questões de foco metodológico não será tratado no presente trabalho. A personalidade jurídica de instituições começou com escolas de Direito em Bolonha e instituições católicas, sendo motivo de disputas já que era visto como um privilégio protecionista. Além disso, as vantagens econômicas de personificar empresas eram óbvias desde o início (GAAKEER, 2016).

<sup>9</sup> Tradução da mestranda: “Não é o Ego natural que entra em um tribunal. É uma pessoa com direitos e deveres, criada pela lei, que aparece perante a lei. Sem a sua *persona*, haveria um indivíduo sem direitos e deveres, talvez um “homem natural” - isto é, um ser humano ou *homo* no sentido original da palavra, indicando alguém fora do alcance da lei e do corpo político dos cidadãos, como por exemplo um escravo - mas certamente um ser politicamente irrelevante”

como a confusão da alma e do corpo (GAAKEER, 2016). Conforme analisa Viveiros de Castro (2002), a perspectiva da pessoa objetivada na alma é a cultura e o corpo físico é a natureza.

Não seria, só neutralmente dual, a natureza humana, mas também hierárquica, com primazia pelas coisas da alma e do espírito. Na Revolução Francesa, era acreditado que os homens haviam se emancipado da natureza. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (em francês: *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) define os direitos individuais e coletivos – não na conotação de “coletivos” atualmente abordada - dos homens como universais. Esses direitos declarados são o fundamento dos direitos civis contemporâneos. Libertos da natureza, todos os homens teriam direitos “naturais” humanos, a despeito de um corpo político, somente pelo fato de terem nascido humanos (ARENDT, 1963).

Evidentemente, a noção de direitos “naturais” humanos é anterior à Revolução Francesa. John Locke (1632-1704) foi quem cunhou os direitos como naturais e os conceituou como inalienáveis. Locke, como o pensador Thomas Hobbes, acreditava em um direito natural à vida, à liberdade e à propriedade. Na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão também considera propriedade um direito “natural” sagrado e inviolável (ARENDT, 1963).

O direito à terra, à propriedade, continua uma questão fundamental. Na lógica moderna, a terra e as formas de vida não-humanas que a compõem, que são desprovidas de personalidade jurídica, são objetos a serem possuídos como propriedade (CULLINAN, 2008). Essa lógica interpreta a maior parte da vida na Terra como propriedade humana, “recursos” naturais a serem explorados, comprados e vendidos. Cullinan (2008) atenta que, sob essa perspectiva, defensores de direitos outros que ressignificam propriedade privada e que protegem expressões de vida alheias ao sistema dominante são interpretados como infratores do direito fundamental à propriedade.

Todos os indivíduos, com exceção dos doentes, desempenham suas funções orgânicas em condições sensivelmente idênticas; o mesmo se passa com as funções psicológicas (...) derivam de natureza orgânica e psíquica do indivíduo. Por isso são os mesmos (FAUCONNET; MAUSS, 1901, p.1).

Em vista desses elementos, pode-se dizer que os estudos durkheimianos e maussianos sobre uma ciência social também balizaram concepções acerca da individualidade humana. Isso fabricou o “eu” como uma condição social que, em diálogo com outras vertentes do conhecimento, recebeu diferentes interpretações: os romanos vinculavam essa categoria a uma máscara ou personagem social que, traduzida para o latim, foi nomeada *persona*. Graças aos estudos clássicos gregos e latinos, à *persona* era concedida a conotação moral e senso jurídico de ser responsável, livre, independente e autônomo. É nesse momento que a pessoa é tida como

fato fundamental do Direito grego e perdura até os dias atuais. Além disso, pietistas e puritanos ainda interpretaram na individualidade humana, na noção de “eu”, um caráter sagrado, de consciência e essa consciência, corroborando com os renascentistas, era a “razão pura”.

Viveiros de Castro (2002) faz uma análise sobre a noção de pessoa e diz que no ocidente o corpo é o grande integrador, é a “unidade física”, aquilo que é dado. É como se a humanidade tivesse se erguido da base de natureza<sup>10</sup> e o que vem “depois” disso seria a cultura. Desta maneira, a natureza humana seria ambígua: seria uma espécie entre tantas outras (natureza unificadora), mas teria um estatuto moral (cultura) que excluiria outras espécies.

Assim exposto, em concordância com Mauss, é possível afirmar que a pessoa é um conceito socialmente construído, dependente da época e do espaço correspondente. Não parados no tempo, esses conceitos não devem ser lidos como cristalizados. Esse é um processo contínuo, que está acontecendo na sociedade, no tempo e no espaço em que vivemos. Este breve resgate histórico deve servir ao senso de que a personificação jurídica de não-humanos é uma oportunidade para discutir processos que estão acontecendo e que devem ser debatidos com a maior lucidez possível.

#### **1.4 Um breve olhar sobre o debate aparência *versus* realidade**

Muitos autores contemporâneos analisam o debate natureza-cultura como tendo sua essência na realidade *versus* aparência. Para Durkheim, a objetividade do conhecimento humano do meio baseava-se no caráter coletivo das representações do mundo sensível. Depois de reformulações estruturais lévi-straussianas, surgiram reinterpretações do grande alicerce natureza-cultura. Para escrever uma história crítica da relação natureza e cultura é preciso problematizar a distinção central estabelecida por Durkheim entre o mundo sensível e as suas representações sociais (CRÉPEAU, 2005).

No início do século, a escola francesa, impulsionada por Durkheim e Mauss, influenciou muito essa discussão, centrando sua argumentação nas representações coletivas – afirmando que havia a primazia do social. Para Lévi-Strauss, o estruturalismo seria esquivo a isso porque traria à consciência realidades profundas em que a natureza seria inscrita nos esquemas conceituais que constituem conjuntos significantes que realizam cada cultura concretamente. Estaria aí, para Lévi-Strauss, a reconciliação do físico e do moral, da natureza e do homem, do mundo e do espírito.

---

<sup>10</sup> A natureza e o corpo reduzidos à fisiologia biológica, ciência técnica em que é possível individualizar as partes para se chegar no todo.

Linhas cognitivistas articulam conceitos construídos referindo-se a questões epistemológicas, perguntando-se o que tornaria legítimo o conhecimento humano. Se para Lévi-Strauss a natureza seria inscrita nos esquemas conceituais que constituem conjuntos significantes, para o cognitivismo descolariano a objetivação da natureza está sobre um número limitado de esquemas da práxis ou de invariantes culturais coletivos não redutíveis nem aos universos cognitivos, nem aos sistemas técnicos e as formas de produção.

Crépeau (2005) afirma que mais recentemente haveria essencialmente duas opções para se pensar natureza: 1. concepção determinista e universalista das classificações que concebe como central a existência de universos cognitivos; 2. concepção relativista que atribui um caráter primeiro às práticas sociais. Crépeau empresta o conceito de Gauthier (1995, p.8 apud CRÉPEAU, 2005.) e ressalta que em ciência natural a interação entre um sistema observado e um observador é uma medida – seria esta a observação. O autor exemplifica essa concepção com o questionamento sobre o que tornaria legítima nossa assimilação de determinado objeto de cor vermelha. A resposta seria que o vermelho em si não existe e o que tornaria o vermelho verdadeiro são as relações dos interlocutores emitindo uma frase verídica. Dialogando com o conceito de Gauthier, o vermelho seria a medida obtida a partir da inferencial de outras cores. Ou seja, seria impossível fornecer informações sobre uma coisa sem estabelecer relações entre esta coisa e outra coisa. Contudo, Crépeau (2005) atenta que o “conhecimento da natureza” não seria relativista, nem representacionista; estaria entre o domínio do observado e do observador, não deveria ser mais concebido como uma ruptura epistemológica entre dualidades e sim em termos de fronteira topológica, sendo necessariamente inferencial e dependente, dentre outras coisas, de correlações observadas entre o discurso, os outros comportamentos de uma pessoa e de acontecimentos da prática social – base da noção de triangulação.

Descola (2015) afirma que, segundo a psicologia do desenvolvimento, é possivelmente inata ao ser humano uma auto percepção pautada na dualidade fisicalidade – interioridade, que poderia também ser entendida em termos de corpo – intencionalidade. O autor atenta que não se deve reduzir essa dualidade a preceitos etnocêntricos e sim entender que as formas que esta distinção manifestou na Europa são variações locais de um sistema de contrastes que pode se apresentar diferentemente dependendo do contexto, local ou situação.

Descola explica que as interações entre a sua própria interioridade e fisicalidade e a do restante do mundo seriam baseadas na atribuição ou negação seletiva destes atributos às outras coisas existentes, a isso se aplica o termo identificação. Isto é, os modos de identificação é que definem as fronteiras entre o próprio ser e as outras coisas. Resumidamente, há quatro maneiras básicas de um sujeito se identificar com o mundo, que correspondem a quatro ontologias. Isto

é, segundo Descola (2015), existem quatro sistemas de distribuição de propriedades entre objetos existentes no mundo que fornecem pontos-chave para formas sociocósmicas de associação e concepção de pessoas e não-pessoas. Seriam estes: 1. fisicalidade e interioridade análogos aos seus – isso seria o totemismo; 2. fisicalidade e interioridade distintos dos seus – este seria o analogismo; fisicalidade diferente e interioridade similar – animismo; fisicalidade análoga e interioridade distinta – naturalismo.

Ainda baseando-me em Descola (2015), uma explicação mais detalhada, mas, todavia, resumida, poderia ser:

Totemismo: já mencionado no presente estudo, foi estudado por diversos autores e ressignificado algumas vezes. Lévi-Strauss interpretou o totemismo como um sistema classificatório, mas Descola pensa que é mais preciso identificá-lo como uma ontologia, especialmente bem apresentada pelos aborígenes australianos.

Então o totem, que pode ser um animal ou uma planta, é uma espécie emblemática que melhor exemplifica sua classe. Isto é, o nome do totem não seria da espécie em si, mas sim da propriedade, física ou moral, que é tônica naquele grupo. Esse grupo pode ser composto de animais, plantas ou seres humanos que se identifiquem com determinadas características desta classe. Isto é, há uma identificação física e interior (moral, características de humor e/ou personalidade) com o totem independente se é humano ou não-humano.

Analogismo: ontologia típica da Ásia, partes da África e regiões dos Andes, corresponde a um estado primordial do mundo de multiplicidade de diferenças e as semelhanças são um meio para tornar este mundo fragmentado suportável. Todos os componentes do mundo são separados por descontinuidades o que leva a organização desses elementos em um tipo de mural de afinidades e atrações, o que teria um apelo de continuidade.

Todas as entidades do mundo são fragmentadas numa multiplicidade de essências, formas e substâncias separadas por pequenos intervalos, frequentemente organizadas numa escala gradual, como a Grande Cadeia dos Seres, que serviu como principal modelo cosmológico durante a idade média e a renascença Descola (2013; p.20).

Naturalismo: ontologia predominante na modernidade. Como já discorrido, é a ideia de que a natureza existe e opera independente da vontade humana. Qualifica o advento de um domínio ontológico específico, um lugar de regras e leis naturais. A natureza é única, singular e conciliadora, e há a multiplicidade de culturas. Exclui a pessoalidade de organismos não-humanos baseado em um critério de interioridade presumidamente exclusivo da humanidade.

Animismo: termo descrito por Tylor e ressignificado por Descola. Tipicamente amazônico, onde animais são considerados pessoas com quem os humanos devem interagir de acordo com regras sociais e a distinção natureza – cultura é irrelevante. Basicamente, não-

humanos se veem como humanos por compartilharem uma interioridade similar. Assim, as diferenças de corpos são morfológicas e, por consequência, comportamentais, mais do que substanciais.

Exploraremos mais o animismo porque vem a contribuir para a reflexão sobre a possibilidade de pessoas não humanas e a personificação jurídica de não-humanos. Assim como também analisaremos ainda mais adiante algumas das consequências do naturalismo.

### 1.5 O animismo e os pontos de vista

“(…) A fabricação primordial dos humanos, reza o mito, foi realizada por um demiurgo (*Kwamuty, Mavutsinin*) que, soprando fumaça de tabaco sobre toras de madeira postas em um gabinete de reclusão, deu-lhes a vida: criou a mãe dos gêmeos Sol e Lua, protótipos da humanidade atual. Ela foi a primeira mortal, em cuja honra se celebrou a primeira festa dos mortos”.

(VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p.42-43)

Ao longo da história da teoria antropológica, diferentes regiões etnográficas do mundo deram suas contribuições, marcando épocas e escolas. Da Melanésia veio a reciprocidade, do sudeste asiático, a aliança de casamento assimétrica, da África, a mistura entre bruxaria e política. E recentemente<sup>11</sup> as sociedades indígenas da América do Sul estão a contribuir para a renovação teórica da antropologia (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

Essa contribuição consiste na originalidade da tese das sociedades tribais sul-americanas na elaboração da noção de pessoa, com referência especial ao corpo enquanto idioma simbólico. Isto é, a corporalidade está intrinsecamente ligada à construção da pessoa pela sociedade (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Tadeu (2009) chama de irônico o fato de que os processos transformadores corpo humano sejam justamente aqueles que estão nos obrigando a repensar a alma humana e a sujeitificação e subjetivação humana.

(...) a concepção do que seja o ser humano que nós, ocidentais, entretemos, tende a ser projetada, em algum nível, sobre as sociedades que estudamos, com o resultado que as noções nativas sobre pessoa passam a ser consideradas como ideologia; enquanto que nossas pré-concepções, não analisadas, vão constituir a base das teorias científicas (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 5)

Sabe-se, desde Mauss, que a noção de pessoa – desta categoria do espírito humano – recebe diferentes conotações e articulações em culturas distintas. Como advertiu Goldman

---

<sup>11</sup> Muito embora outros etnólogos já tenham estado na América do Sul décadas atrás, como Lévi-Strauss e Robert Lowie, é só recentemente que a etnologia dos grupos tribais da sul americanos está fazendo contribuições à Antropologia como um todo (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

(1996) cerca de vinte anos atrás, embora seja uma espécie de lugar-comum entre antropólogos admitir que as variações desta categoria são enormes, levar isso a consequências analíticas não é tarefa simples.

A flutuante e imprecisa noção de pessoa leva a sinuosos caminhos que conduzem a importantes teorias antropológicas. Segundo Goldman (1996) e Seeger, Matta e Viveiros de Castro (1979) a tarefa do antropólogo consiste justamente em analisar as formas simbólicas pelas quais as pessoas se representam para si mesmos e para os outros. Nesse sentido, o estudo antropológico da noção de pessoa é um instrumento real para a análise de categorias mais centrais – aquelas que definem em que consiste os seres humanos - de qualquer sociedade. Ainda segundo Seeger, Matta e Viveiros de Castro (1979) o estudo da pessoa como idioma simbólico possibilita uma gama maior de esferas analíticas do que estudos de aliança ou parentesco, por exemplo. Ademais, escolher a pessoa como chave analítica também deriva da necessidade de se criticar pré-conceitos relacionados ao indivíduo (GOLDMAN, 2003; SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

Assim, quando começaram as etnografias, especialmente na região amazônica, os mecanismos desenvolvidos na África ou na Oceania eram inadequados para uma inteligibilidade dessas sociedades, pois a relação que elas tinham com seus meios ambientes as tornavam coletivos fora das normas (CAMPOS; DAHER, 2013; SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Segundo Campos e Daher (2013), havia duas correntes dominantes na etnologia da Amazônia: 1. o “materialismo ecológico” ou “materialismo cultural”, cuja explicação para as instituições sociais se davam em termos de adaptação funcional a limitações ambientais; 2. a outra corrente derivava das ideias de Lévi-Strauss e compreendia a natureza como quase intangível, como um grande léxico de propriedades no qual as sociedades se abasteciam para organizar sistemas semânticos e simbólicos. Nenhuma dessas duas correntes contemplava essa socialização entre humanos e não-humanos que acontecia na Amazônia. O que é hoje descrito nas sociedades sul-americanas é a ordenação da vida social a partir de uma linguagem do corpo, da substância, ligada a uma outra noção de pessoa que até então não havia sido propriamente analisada. Victor Turner e Lévi-Strauss, por exemplo, não haviam concebido o corpo como experiência infra estrutural, para eles era um instrumento que articulava papéis sociais, uma matriz de símbolos e objeto de pensamento (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

O que aparentemente é central na cosmologia ameríndia é que corpo precisa ser submetido periodicamente a processo intencionais de fabricação e transformação, ou metamorfose. No mito sobre a origem da humanidade, encontra-se na ontologia das palavras nativas utilizadas ao se referir ao demiurgo que criou a primeira mulher mortal uma referência

a um tipo de artesanato, que literalmente fabricou com a fumaça do tabaco a mãe do Sol e da Lua a partir de torras de madeira (SEEGER; MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

Tal fabricação consiste em um conjunto de processos de comunicação do corpo com o mundo: alimentos, tabacos, fluidos corporais – como sangue -, óleos e tinturas vegetais e etc. As mudanças de identidade social são, assim, produto das transformações corporais. Conforme Viveiros de Castro (2005), nesse sentido, a nível de indivíduo, não há distinção ontológica possível entre processos fisiológicos e processos sociais. A natureza humana é literalmente fabricada, transformada, pela cultura. Ainda segundo Viveiros de Castro (2005), o processo de fabricação subordina a natureza ao desígnio da cultura produzindo seres humanos. Então, o corpo não é em si uma totalidade, o corpo transcende o próprio corpo e é uma fabricação cultural.

Personitude ou perspectividade é definida, nesses termos, como a capacidade de ocupar um ponto de vista. Para Viveiros de Castro (1979) o ponto de vista está no corpo, isto é, o corpo é o lugar da perspectiva, instrumento fundamental da expressão do sujeito. Ser capaz de ocupar um ponto de vista é, no entanto, uma potência da alma. Esta alma, de forma idêntica em todos os seres, enxerga a mesma coisa em toda parte e o que confere a diferença de ponto de vista é justamente o corpo.

Assim, se o animismo concebido por Descola é a interioridade similar de humanos e não-humanos, a isso o perspectivismo adiciona a possibilidade de diferentes pontos de vista, graças à especificidade dos corpos. Essa é a ideia central do perspectivismo de Viveiros de Castro. A partir desse aspecto do pensamento ameríndio, segundo o qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que apreendem esse mundo por meio de pontos de vistas diferentes. Muito embora os pontos de vista sejam diferentes, humanos e não-humanos – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, animais e fenômenos meteorológicos – tecem uma rede social contínua (DESCOLA, 1998; CAMPOS; DAHER, 2013), visto que todos os seres vêem, representam, o mundo da mesma maneira através das mesmas categorias de valores.

“O ser humano se vê a si mesmo como tal. A lua, a serpente, o jaguar e a mãe da varíola o veem, contudo, como um tapir ou um pecari, que eles matam” (BAER, 1994, p. 224). Isto é, vendo a si próprios como humanos, a lua, o jaguar e a mãe da varíola nos veem como não-humanos. Na essência, a lua ou a serpente mantém os mesmos hábitos, comportamento e organização social dos humanos, só que noutro corpo e, portanto, de uma outra perspectiva. As categorias de valores não mudam, a alma é formalmente a mesma, o que muda é o ponto de vista graças à especificidade do corpo.



Dotados de personitude, não-humanos e humanos são, nesses termos, pessoas, ou se veem como pessoas e o corpo não é fato, ele é feito. E como feito, é comum a analogia do corpo com uma roupa que esconde a forma interna humana, humanidade essa somente vista aos olhos da própria espécie ou aos olhos de seres transespecíficos, como o xamã (VIVEIROS DE CASTRO, 1979, 2005)

Mitos ameríndios concebem a condição universal originária como a forma humana que alguns seres perderam ao longo de episódios contados nos mitos. Os animais, por exemplo, são ex-humanos: não vestem mais a “roupa humana”, mas preservam alma idêntica e as mesmas categorias de valores. Isso contrasta com o que a história natural evolutiva apresenta, que o estado original era de seres não-humanos. Assim, a ciência ocidental vê a humanidade erguida a partir de animais, fato quase encoberto pela cultura. É como se permanecêssemos no fundo “animais” ou “selvagens” (VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Para os ameríndios, entretanto, o “referencial comum a todos os seres não é o humano como espécie, mas a humanidade enquanto condição” (DESCOLA, 1986, p. 210).

O perspectivismo ameríndio concebe que o ponto de vista cria o sujeito e será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista. É por isso que termos como *wari*, *dene* ou *masa* seriam equivalentes a “gente” ou “pessoa” e podem ser ditos por (de) diferentes seres. Ditos pelas onças, por exemplo, se autorreferem às onças, ditos por humanos, se autorreferem aos humanos (VIVEIROS DE CASTRO, 1979, 2005). Isso implica que, na cosmologia ameríndia, não-humanos são tão capazes quanto humanos de intencionalidade consciente e de agência na ocupação enunciativa do sujeito. Tais capacidades são reificadas na alma ou espírito de que esses não-humanos são dotados. Assim, animais e outros seres dotados de alma são humanos porque são sujeitos. Entre a subjetividade da alma e a materialidade da substância, há o corpo: um feixe de afeições e capacidades que é a origem das perspectivas. Viveiros de Castro (2002) afirma que a cultura é literalmente a natureza do sujeito.

Posto isso, nota-se que a cosmologia ameríndia desafia não só a dualidade natureza vs cultura, como a visão tradicional de “natureza humana”. Como foi dito anteriormente, a sociedade ocidental concebe a humanidade com uma natureza ambígua: se somos mais uma espécie dentre outras muitas, temos um estatuto moral que nos torna únicos. Essa concepção vê, entre homem-natureza, uma continuidade física (natureza) e uma descontinuidade metafísica (cultura). Dessa integradora unidade física e objetiva, a visão clássica concebe a particularidade subjetiva da cultura em humanos: o multiculturalismo. Isto é, uma natureza única e muitas culturas. Como contraponto, para sublinhar o contraste entre o pensamento

tradicional e o ameríndio, Viveiros de Castro (2004) sugere a expressão “multinaturalismo”, onde há unidade de espírito e diversidade de corpos<sup>12</sup>.

Como discorrido, portanto, o animismo anteriormente cunhado por Tylor e ressignificado por Descola dialoga brilhantemente com o perspectivismo porque depende da atribuição aos animais das mesmas faculdades sensíveis dos homens, e de uma mesma subjetividade; ou seja, depende de os animais terem aquilo que nós chamamos de humanidade. Não sendo uma projeção das qualidades humanas sobre os não-humanos, é uma equivalência real entre as relações que humanos e não-humanos mantêm consigo mesmos. Constitui, de fato, uma continuidade sociomórfica. Afinal, se são todos dotados de personitude, todos são sujeitos agenciados por seus pontos de vista.

As discussões sobre natureza e cultura acompanham a história do pensamento antropológico. Assumir o naturalismo como ontologia, seguindo as análises descolarianas, permite encontrar conexões com a noção de pessoa, de indivíduo e de sociedade e, assim, desafiar pressupostos tidos como dados. Nesse sentido, a antropologia se propõe a desafiar noções consideradas absolutas, baseando-se no interesse em analisar outras cosmovisões. O olhar e tentativa de compreensão dessas outras ontologias, parte essencial do ofício antropológico, tem se mostrado uma ferramenta fundamental para, ao mesmo tempo, possibilitar o olhar voltado nossa própria cosmovisão moderna. Essa orientação crítica demanda um esforço analítico, aconselhado por determinado método. Como visto, os debates sobre realidade - aparência passam pelo entendimento que é preciso admitir que o próprio processo de percepção inclui variantes sociais.

A escolha do estudo da pessoa enquanto idioma simbólico dá acesso a esferas analíticas até então ainda não alcançadas. Os estudos sobre a cosmologia ameríndia levantaram novamente a pessoa e o corpo como conceitos-chave na análise sobre natureza-cultura. As teorizações referentes mostraram que a pessoa ameríndia não é correspondente à pessoa clássica e as redes sociais apresentam dinâmicas diferentes. O pensamento ameríndio possibilita ver um mundo habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que apreendem esse mundo por meio de pontos de vistas diferentes.

Definida como marco inicial da cultura, a natureza foi objeto das especulações sobre a origem do homem, da religião, da sociedade e do conhecimento. Os próprios conceitos de

---

<sup>12</sup> Ainda sobre as explicações que Viveiros de Castro (2004) fornece sobre seu pensamento em relação ao termo multinaturalismo: o perspectivismo está associado a dois fatores: 1. importância da caça, especialmente na definição das categorias de valores; 2. importância do xamanismo. O xamã é aquele capaz de assumir o papel de interlocutores transespecíficos. Isto é, o xamanismo, principalmente o amazônico, é a manifestação da habilidade de certos indivíduos de transcender as barreiras do corpo e adotar a perspectiva de subjetividades “alo-específicas” de maneira a gerenciar relações entre estas e os humanos. Assim, o multinaturalismo, em suas diversas dimensões, invoca esse tipo de política cósmica.

representação e realidade colocam em cena uma certa relação entre esses dois polos. A natureza e a cultura, objetificadas e à disposição da ciência, são gradativamente desconstruídas no debate antropológico. Com a noção de pessoa, a antropologia de Mauss apresenta uma chave-analítica para um reposicionamento acerca dessas categorias. O perspectivismo e o animismo trabalham sobre a noção de pessoa numa perspectiva de continuidade com a natureza, sendo o referencial unificador de todos os seres justo o oposto do moderno: “não é o humano como espécie, mas a humanidade enquanto condição” (DESCOLA, 1986, p.210).

## 2 AS PESSOAS NÃO-HUMANAS E A *EARTH JURISPRUDENCE*

*“La realidad nos indica que uno de los límites principales para transformar la sociedad está en nuestras propias cabezas.”*  
Acosta & Martínez (2009, p.32)

A concomitância e a interdependência das noções modernas de natureza, sociedade, indivíduo e pessoa foram discutidas no primeiro capítulo para introduzir a discussão sobre a personificação jurídica de não-humanos. Para tanto, especialmente ancorada por Descola, foi preciso assumir o naturalismo no seu alcance mais radical: o de ontologia dominante, isto é, um conjunto de pressuposto ontológicos que constitui o nosso mundo. Isso permite uma conexão com o Direito, visto que este não só participa dos pressupostos deste mundo, como também define uma ontologia própria: os entes que existem no mundo do direito e os modos possíveis relação entre eles.

Sendo assim, gostaria de olhar agora para a teoria chamada de *Earth Jurisprudence* que, mesmo filha do naturalismo, justamente se auto define como um emergente campo da filosofia jurídica que critica o Direito tradicional e tem como central a discussão e a prática envolvidas no tratamento de não-humanos enquanto pessoas, a sujeitificação jurídica de entes da natureza.

### 2.1 A teoria da *Earth Jurisprudence*

*Earth Jurisprudence* foi uma designação cunhada por Thomas Berry, considerado fundador dessa teoria. Pelo mundo, atende também por *Wild Law*, *Rights of Nature*, *Derechos de la Naturaleza*, *Earth Rights*, entre outros. No Brasil, muito embora haja grupos que falem em “Direitos da Natureza”, o fato é que ainda é estudada uma tradução que esteja de acordo com as características do movimento brasileiro ligado a tais ideias. Interpretando o conceito da teoria proposta por Berry, penso que seja mais adequado chamá-la, pelo menos por ora, pelo termo original em inglês *Earth Jurisprudence* ao invés de “Direitos da Natureza”, como vejo em alguns trabalhos brasileiros. Depois de apresentada a teoria, essa escolha será melhor explicada.

É importante dizer também que esses diferentes nomes não são abnóxios, carregam conotações construídas geográfica, histórica e socialmente que demarcam peculiaridades. Por fins de recorte metodológico, essas especificidades não receberão atenção na presente pesquisa. O que interessa por ora é entender *Earth Jurisprudence* como categoria plural unida pelo pressuposto de que a natureza deve ser a maior inspiração para formulação de leis. De cunho

teórico, mas também bastante prático, o movimento é composto por muitos juristas que buscam agir considerando códigos nativos de lei baseados em conhecimentos correlatamente paralelos ao científico e atender direitos e interesses humanos e não-humanos (IAN, 2011).

*Earth Jurisprudence* (EJ) é um crescente movimento pautado na teoria de mesmo nome que reconhece a natureza como a principal fonte de princípios éticos e de leis (GAIA, 2017). Isso está enraizado na visão do Universo como um sistema complexo de processos e leis vivas e a Terra seria entendida, por conseguinte, como um organismo planetário auto-regulador. Sustentando que todas as vidas, incluindo os seres humanos, estariam indissociavelmente sujeitas a essas leis e processos, pode-se dizer que *Earth Jurisprudence* tem base biocêntrica – e também revela bases naturalistas, como a crença nas leis universais segundo as explicações científicas. No entanto, a *Earth Jurisprudence* não exclui outras explicações e leis, buscando considerá-las no jurídico. Por este motivo, se auto define como um emergente campo da filosofia jurídica que critica o Direito tradicional e os meios de governança da sociedade industrializada, baseando-se na ideia de que o ser-humano é parte integrante da comunidade terrena; e propõe novas abordagens jurídicas, econômicas e de governança (ROGERS; MALONEY, 2017; MALONEY; SIEMEN, 2015). Incorporada no universo jurídico, essa concepção apresenta uma proposta de um sistema de leis sintônico com pensamentos mais interdisciplinares e holísticos. Segundo essa teoria, todas vidas devem ser tratadas com a mesma consideração e respeito, visto que todas partilham dos ciclos da existência. Sob essa visão, a humanidade é muito importante, mas absolutamente conectada à natureza e, portanto, as concepções de dignidade e de direitos fundamentais deveriam ser igualmente conectadas à lógica natural e estendidos a todos os seres vivos (BERRY, 2006; MENDÉZ, 2013).

Como dito, pode-se considerar William Nathan Berry (1914-2009), conhecido como Thomas Berry, o principal precursor deste movimento. Foi sacerdote católico norte-americano da ordem passionista, historiador cultural e eco-teólogo. Foram duas obras suas que impulsionaram o surgimento de EJ: *The Universe Story* (1994) e *The Great Work* (1999).

Berry criticava as bases da estrutura de governança da sociedade industrializada em quatro faces principais:

1. Lei e governança: sistema legal estaria servindo mais à exploração do que à proteção da vida e da natureza;
2. Economia: criticava o neoliberalismo bárbaro pautado em uma economia cronicamente crescente e o poder das grandes corporações em manipular os rumos econômicos;
3. Universidades: as universidades estariam à serviço da perpetuação do sistema atual focado no consumo;

4. Religião: as religiões estavam servindo como instrumentos de perpetuação da dominação e alienação dos humanos em relação à natureza.

Ele dizia que a Terra deveria ser a principal fonte de leis e acrescentou, através de estudo comparativo, que muitas das sociedades humanas em diversos tempos e regiões conceberam o Direito dessa maneira. Então, inspirado por cosmologias e práticas culturais de povos diversos, Thomas Berry defendeu que a sociedade hegemônica deveria formular leis que fossem baseadas em uma perspectiva centrada na vida na Terra, ao invés de uma “perspectiva centrada no ser humano”<sup>13</sup>.

Com o intuito de facilitar o entendimento da transição que Berry acreditava ser necessária para a humanidade, e sua incorporação no âmbito jurídico, ele redigiu os dez princípios de EJ<sup>14</sup>. Seriam estes:

1. Os direitos originam-se onde a existência se origina. O que determina a existência determina os direitos;
2. Como não há mais contexto de existência na ordem fenomenal, o universo é autorreferente em seu ser e auto normativo em suas atividades. É também a referência primária no ser e nas atividades de todos os modos de existência derivados;
3. O universo é composto de sujeitos que interagem, não objetos a serem usados. Como sujeitos, cada componente do universo é capaz de ter direitos;
4. O mundo natural no planeta Terra obtém os seus direitos da mesma fonte que os humanos obtêm seus direitos: do universo que os deu origem;
5. Cada componente da comunidade da Terra, vivo e não-vivo, tem três direitos: o direito de existir, o direito de habitar e o direito de desempenhar seu propósito nos processos de manutenção e renovação da comunidade da Terra;
6. Todos os direitos são propósito-específicos ou espécie-específicos, e são limitados. Os rios possuem direitos fluviais. As aves têm direitos de pássaros. Os insetos têm direitos de insetos. Os humanos têm direitos humanos. A diferença de direitos é qualitativa, não quantitativa. Os direitos de um inseto não teriam valor para uma árvore ou um peixe;
7. Os direitos humanos não anulam os direitos de outros modos de existência para

---

<sup>13</sup> Talvez que o que coloquialmente é dito por Berry como "centrado no ser humano" é pautado, na realidade, na centralidade do progresso do capital. Considero essa informação importante porque o próprio Berry defendia a importância da mudança do sistema político econômico para a melhoria da vida humana. A discussão desse conceito será levada adiante com uma explanação feita por Donna Haraway sobre Antropoceno vs Capitaloceno.

<sup>14</sup> Tradução da maestranda. Arquivo em inglês pode ser acessado em: <https://therightsofnature.org/thomas-berrys-ten-principles-of-jurisprudence>

- existir em seu estado natural. Os direitos de propriedade humanos não são absolutos. Os direitos de propriedade são simplesmente uma relação especial entre um "dono" humano particular e uma peça particular de "propriedade", para que ambos possam cumprir seus propósitos na grande comunidade da existência;
8. Uma vez que as espécies existem apenas sob a forma de indivíduos, os direitos referem-se a indivíduos, não apenas de forma geral a espécies;
  9. Estes direitos aqui apresentados são baseados nas relações intrínsecas que os vários componentes da Terra têm um com o outro. O planeta Terra é uma comunidade única unida com relações interdependentes. Nenhum ser vivo é absoluto. Cada componente da comunidade da Terra é direta ou indiretamente dependente de todos os outros membros da comunidade para a nutrição e assistência que ele precisa para sua própria sobrevivência. Essa nutrição mútua, que inclui a relação predador-presa, é parte integrante do propósito que cada componente da Terra tem dentro da grande comunidade da existência;
  10. De uma maneira especial, os humanos não só têm a necessidade, mas também o direito de acesso ao mundo natural para atender às suas necessidades físicas e as necessidades que a maravilha da inteligência humana demanda, a beleza necessária à imaginação humana e a intimidade necessária às emoções humanas para a realização pessoal.

Esses foram os princípios inauguradores da teoria de *Earth Jurisprudence*. É importante lembrar que Thomas Berry nasceu em 1914 e seus trabalhos norteadores da teoria foram escritos antes da virada do século. Além disso, apesar de toda sua experiência, Berry era de nacionalidade estadunidense e viveu praticamente toda a vida nos EUA. Assim, os escritos de Berry devem ser interpretados segundo essa perspectiva. Deve-se ler os princípios escritos como justamente princípios, como aquelas ideias que fundamentaram o início de nova(s) teoria(s). Não houve somente uma origem, um país ou um pensador responsável por todo o movimento. O movimento, embora seja unido por teoria e conduta, é bastante heterogêneo e complexo. Importante ressaltar que nem todo o movimento segue conscientemente Thomas Berry e não creio que a teoria seja adequada a todas as situações e países. A intenção da presente exposição sobre Thomas Berry é apresentar os estudos e conclusões de um dos mais reconhecidos pensadores e idealizadores da teoria *Earth Jurisprudence* e de sujeitificação de não-humanos.

Uma questão que é muito discutida no âmbito de EJ é a abrangência e fundamento da figura da propriedade privada no direito. Graham (2011), jurista australiana, afirma que

disciplinas acadêmicas tradicionais de Direito de Propriedade sequer discutem o que significa possuir e não se estudam diferentes noções de posse, ficando esta área restrita aos estudos dos direitos entre pessoas e não desenvolvendo a temática de direitos entre pessoas e a terra. Diz também que “*Earth*” (Terra) e “*Jurisprudence*” (entendida aqui genericamente como referência ao sistema legal) são ambos sistemas de leis operantes. Sendo a Terra um sistema complexo de leis relacionais físicas e biológicas e o sistema legal humano um sistema abstrato de leis, a autora defende que esses dois sistemas deveriam ser conectados, visto que o sistema abstrato de leis depende do sistema físico para sua existência. Em outras palavras, diz que o sistema de leis que rege nossa sociedade é “defisicalizado”<sup>15</sup> e há algo de grave nisso se considerado que há diferentes possibilidades usos da terra e esses usos têm diferentes consequências também físicas e biológicas.

Não necessariamente negando a propriedade privada, mas propondo-se a repensá-la em termos de reciprocidade, participação e responsabilidades, repensar maneiras de possuir a terra é realmente uma questão importante do movimento EJ e essa reflexão pode seguir diferentes caminhos. Quando um rio ou uma montanha passam a ser pessoa, ou sujeito, eles deixam de ser propriedade, ou objetos. Assim, a discussão sobre propriedade é pertinente em se tratando de diversos contextos de novas personalidades porque o Direito trabalha com duas categorias de oposição básicas: sujeitos e objetos do Direito. Os sujeitos de direito são as pessoas, físicas ou jurídicas, e os demais são objetos - e os objetos tornam-se, por conseguinte, propriedade das pessoas. Como vimos, essas categorias não são cristalizadas, são dinâmicas. Há reivindicações de novas personalidades jurídicas, novos sujeitos, e essa é uma questão importante para a emergência de debates mais amplos.

Brevemente apresentada a teoria, voltemos ao uso do termo “*Earth Jurisprudence*”. No Brasil, “jurisprudência” é o termo jurídico que designa o conjunto das decisões sobre interpretações das leis feitas pelos tribunais de uma determinada jurisdição, em outras palavras, é o entendimento do tribunal baseado em decisões já deferidas. Além disso, ainda no Brasil, “jurisprudência” também remete a escolas no Direito. No entanto, sem considerar as leis específicas e conotações específicas de cada país, “jurisprudência” refere-se à fonte essencial da elaboração de leis – que é (do latim: *jus* "justo" + *prudentia* "prudência") a capacidade de tomar decisões prudentes e justas. Foi desse significado que Thomas Berry valeu-se na teorização de *Earth Jurisprudence*. Da possibilidade de aplicabilidade das leis naturais no âmbito jurídico, baseando-se em conceitos de prudência e justiça. Por isso, cogitei a tradução quase literal “Jurisprudência da Terra”. Contudo, em conversa com professores e estudiosos do

---

<sup>15</sup> *Dephysicalised*, no original, inglês.



tema me foi dito que essa tradução poderia gerar muitas ambiguidades: além do que já foi mencionado sobre “jurisprudência”, também a palavra “Terra” confundindo-se com questões agrárias ao invés de planetárias propriamente. Não considero “Direitos da Natureza” um bom termo para esse caso porque dá uma conotação singular para a natureza e não abriga a possibilidade de diversos sujeitos submetidos à lógica natural. “Direitos da Natureza” remete a ideia de que a natureza reivindica sujeitificação e seus direitos, o que não é exatamente o que é tratado aqui. Vejo que o movimento em si apresenta linhas mais voltadas para essa abordagem, no entanto, a presente pesquisa busca ressaltar justamente a possibilidade de multiplicidade de sujeitos submetidos à lógica natural. Na definição de *Earth Jurisprudence*, em diversas fontes – como por exemplo *Gaia Foundation* – é dito que essa teoria é baseada na crença de que a natureza deve ser a fonte primordial de inspiração para formulação das leis humanas. Talvez, para dar uma noção de um “Direito” inspirado na natureza, poderíamos pensar em “Direito Natural”, ou ainda, “Leis da Natureza”, mas também esses poderiam gerar demasiadas discussões. Sendo, portanto, essa tradução geradora de importantes discussões penso que o nome dessa teoria em português-brasileiro deve ser buscado criteriosamente em outras pesquisas. Por ora, me conformo em chamá-la de *Earth Jurisprudence*.

## 2.2. *Earth Jurisprudence* no mundo concreto

São tantas as temáticas contemporâneas que tocam na *Earth Jurisprudence* que o movimento cresceu enormemente nos últimos anos e tem recebido mais reconhecimento e atenção. Criaram-se programas de pós-graduação e departamentos em universidades, como o *Center for Earth Jurisprudence*, na Barry University, nos Estados Unidos; disciplinas acadêmicas, como “*Wild Law course*” voltada para a formação de “advogados da Terra” na Griffith University, na Austrália; grandes e qualificadas organizações que tratam do tema, como *The Gaia Foundation*, etc.

Em 2011 a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugurou encontros para discussão de *Earth Rights*, pois identificou a necessidade de afastamento da visão de mundo centrada no ser humano e de concentração em uma perspectiva centrada na Terra. Esses encontros acontecem anualmente desde então e são chamados de “*Interactive Dialogue of the General Assembly on Harmony with Nature*” (KUTESA, 2017).

Uma instituição interessante é a *Earth Law Alliance*, formada por advogados que atuam nos seis continentes do globo, que tem como objetivo acelerar o desenvolvimento e a adoção de leis e governança que reconheçam a dependência da humanidade de ecossistemas saudáveis (ELA, 2017). Muito importante também o *The International Tribunal for the Rights of Nature*

*and Mother Earth*, cuja tradução literal poderia ser “Tribunal Internacional para os Direitos da Natureza e da Mãe Terra”, operado pela primeira vez em janeiro de 2014 em Quito, no Equador. Criado pela *Global Alliance for the Rights of Nature*, - o que seria em português a “Aliança Global pelos Direitos da Natureza” -, o tribunal é formado por advogados e líderes éticos de comunidades indígenas e não indígenas de diferentes regiões. O objetivo do Tribunal é ouvir casos de alegadas violações de direitos de não-humanos e da natureza como um todo e fazer recomendações sobre procedimentos adequados e restauração de danos (MALONEY; SIEMEN, 2015).

Este tribunal funciona como uma estrutura extralegal, não sendo reconhecido pelas legislações nacionais e nem pelo Direito Internacional atual. O tribunal é um fórum importante para atrair a atenção internacional para atrocidades ambientais e para reclamar uma noção de justiça funcionando como ferramenta de pressão política (MALONEY; SIEMEN, 2015). A principal fonte de direito do Tribunal é a *Universal Declaration of the Rights of Mother Earth* (*‘UDRME’*). A UDRME é uma declaração redigida no Congresso Mundial das Pessoas sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizado em Cochabamba, Bolívia em 2010. Foi estimado que 30 mil pessoas de mais de cem países participaram da reunião e participaram na elaboração da UDRME. O UDRME, assim como o tribunal, não é atualmente reconhecido no Direito Internacional formal, mas representa os valores acordados por muitos membros da sociedade civil. O UDRME foi submetido à ONU formalmente considerado no *Interactive Dialogue of the General Assembly on Harmony with Nature* de abril de 2011.

Além destes, há um grande e importante movimento dos países andinos, repercutindo na América Latina no geral, de incorporar nos seus sistemas jurídicos mecanismos muito relacionados à *Earth Jurisprudence*. Vejamos com maiores detalhes.

### **2.3. O novo Constitucionalismo Latino-americano, Estado plurinacional e pluralismo jurídico**

Como exposto nas páginas anteriores, há diferentes ontologias com seus, obviamente, distintos pressupostos ontológicos. Enquanto a modernidade tenta se impor, há o contramovimento consequente de legitimação da diferença, dos contrastes ontológicos. Há, na América Latina, rico campo de análise destes contrastes<sup>16</sup> – e também das convergências -,

---

<sup>16</sup> Além da colonização de exploração que sofreu a América Latina, há um fenômeno histórico importante para se entender as reformas constitucionais e legislativas que estão ocorrendo nessa região. Seria este o militarismo estatal, ou ditaduras militares, que aconteceram entre 1960 e 1980. Segundo Acosta e Martínez (2011) em termos de violação de direitos humanos, as ditaduras militares e uso extensivo de estados de exceção equiparam-se a Segunda Guerra mundial e as violações massivas de direitos humanos na Europa ocidental. Conforme os autores, nesse período, as constituições foram meras fachadas. A transição para a democracia foi acompanhada de cartas constitucionais que receberam grande influência das lutas e constitucionalismo

como vimos no caso do animismo que ocorre frequentemente nos povos amazônicos. Vimos que a cosmovisão destes e de outros povos vêm desafiando a pretensão moderna de uma ontologia universal, assim como o debate por isso gerado vem sendo acompanhado da contestação dos recursos tecno-pragmáticos próprios dessa ontologia (ALMEIDA, 2013).

Os conflitos ontológicos e sua análise têm resultado na releitura de diversas teorias científicas, no diálogo entre ciências e na consideração de outras maneiras de reconhecer o mundo. Para o movimento andino, a ideia de uma natureza sujeito de direitos tem sido central porque, segundo Acosta e Martínez (2011), oferece um novo ponto de partida que permite convergências entre as ciências sociais e as ciências naturais, entre o direito e a biologia e entre as cosmologias de povos tradicionais e do ocidente.

Conforme analisa Martínez (2014), o reconhecimento dos direitos da natureza é um resultado de um grande processo marcado por lutas, denúncias e preocupações com a degradação ambiental. Ainda segundo Martínez, esse tipo de direito é reivindicação de alguns movimentos sociais, sobretudo do movimento indígena, cujos pressupostos incluem um vínculo cultural e espiritual com a natureza. Nesse sentido, afirma a autora, a aplicação dos direitos da natureza requer um caminho intercultural e a compreensão interdisciplinar dos conhecimentos advindos das ciências naturais.

O conceito de Pachamama ou *sumak kawsay*, essencial no entendimento de cosmologias andinas, nos convida a pensar em uma complexa dimensão espaço-temporal que tem uma vida própria. Etimologicamente, *pacha* remete a espaço-tempo e *mama* a fecundidade e autoridade. A noção pachamama concebe espaço e tempo como interligados cuja combinação resulta em uma espiral, similar ao que Stephen Hawking apontou como o desenho do espaço-tempo (MARTÍNEZ, 2014). Como se pode notar, portanto, há interessantes correlações entre apontamentos da ciência ocidental e teorias nativas.

Sobre a Terra como um organismo vivo, os gregos e romanos da antiguidade deram o nome ao planeta de Gea ou Gaia. Mais tarde, William Gilbert diria que a Terra teria instinto de sobrevivência; Johannes Kepler disse que a Terra, ela própria, teria vida. Enfim, algumas teorias sobre a vida da Terra surgiram e, mais recentemente, a mais reconhecida é a hipótese de Gaia de James Lovelock. A hipótese de Gaia foi formulada em 1960 e coloca em termos científicos a Terra como um organismo vivo que tem um mecanismo de autorregulação. Segundo esses termos, a homeostase<sup>17</sup> da Terra, baseada na interação entre a biota e a biosfera, permite o

---

européus. Atualmente, vivenciamos o neoconstitucionalismo que tem variações importantes em relação ao constitucionalismo passado e notadamente traz para o âmbito legislativo as lutas, reivindicações e noções nativas de movimentos sociais latino-americanos.

<sup>17</sup> Homeostase deriva de homeostasia que, conforme o Dicionário Aurélio (2018), corresponde a: “Processo de regulação pelo qual um organismo consegue a constância do seu equilíbrio.”

equilíbrio necessário à permanência da vida (MARTÍNEZ, 2014).

Além disso, *sumak kawsay* também implica numa concepção de *buen vivir* ou, em português, bem-viver. Inseparável da noção de Pachamama, esse conceito será melhor elucidado ao longo das próximas páginas, mas em resumo seria viver respeitosamente em comunidade, ter a dignidade da pessoa humana respeitada e viver em harmonia com a natureza.

Assim, *sumak kawsay* tem motivado e direcionado um novo Direito que está sendo projetado em nível teórico e prático nos Estados da América Latina, dentre os quais, Equador e Bolívia (WOLKMER *et al.*, 2012). Assim, faz-se necessário aqui apresentar alguns aspectos institucionalizados em alguns países da América Latina. As recentes Constituições do Equador, de 2008, e da Bolívia, de 2009 de fato foram marcadores históricos porque orientaram suas constituições pelo bem-viver e pelos *Derechos de la Naturaleza*. Nesses países a natureza é sujeito de direitos segundo suas constituições. As mudanças na constituição do Equador e da Bolívia aconteceram com participação ativa dos povos tradicionais e indígenas e é notável a aproximação dessas novas constituições com os princípios da teoria de Berry. Venezuela também incorporou inovações em sua nova versão de 2007. Colômbia não mudou completamente sua constituição, mas teve atualizações em 2016 e movimentos de base fortemente influenciadores de processos legais importantes. O Brasil, muito embora não tenha tido grandes reformas constitucionais, teve duas ações recentes para sujeitificação de vidas não-humanas: a Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Bonito – MS, onde a Lei Orgânica da turística cidade foi mudada para o reconhecimento de direitos à vidas não-humanas.

A constituição, não somente geradora de processos políticos, é resultante das correlações de forças e das lutas sociais em um dado momento de uma sociedade. É um pacto social que concretiza uma forma de poder que se legitima pela convivência e coexistência de concepções diversas. Por isso, é de um olhar mais amplo e teórico que vale trazer a discussão sobre o marco epistêmico e metodológico do constitucionalismo latino-americano enquanto conceito dinâmico que reconhece o valor da diversidade e da emancipação. A constituição não só dá as diretrizes para o exercício do poder, como busca dar as bases de uma dada organização social e cultural. Representa um espaço estratégico e privilegiado de múltiplos interesses, fatores socioeconômicos e tendências e é nesse sentido que o Estado plurinacional e pluralismo jurídico estão sendo refletidos no novo constitucionalismo latino-americano (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

O que ocorre na América Latina é que a sociopolítica e suas noções, como a própria noção de pessoa, imposta pelos colonizadores aos países respectivamente colonizados, se deu ao longo do período colonial, mas impera mesmo após o processo de independência. Isso significa que o Direito da América Latina - tribunais, codificações e constituições - deriva da

tradição europeia, representada pelo modelo de Estado e de democracia representativa, como ensinam as fontes clássicas do Direito romano, germânico e canônico. Isso implica em um tipo de juridicidade na América luso hispânica moderna repercutindo sobre as estruturas institucionais reprodutoras dos interesses coloniais (SANTOS, 2014; WOLKMER *et al.*, 2012).

Tem sido próprio na tradição latino-americana, seja na evolução teórica, seja na institucionalização formal do Direito, que as constituições políticas acabaram consagrando, abstratamente, igualdade formal perante a lei, independência de poderes, soberania popular, garantia liberal de direitos, cidadania culturalmente homogênea e a condição idealizada de um Estado de Direito universal. Na prática, as instituições jurídicas são marcadas por controle centralizado e burocrático do poder oficial; formas de democracia excludente; sistema representativo clientelista; experiências de participação elitista; e por ausências históricas das grandes massas populares. Certamente, os documentos legais e os textos constitucionais elaborados na América Latina, em grande parte, têm sido a expressão da vontade e do interesse de setores das elites hegemônicas, formadas e influenciadas pela cultura europeia ou anglo-americana (WOLKMER *et al.*, 2012; p. 55)

A inserção das pautas das lutas de novos atores coletivos nas discussões sociopolíticas e no âmbito jurídico representa um importante passo para na tentativa de olhar além da matriz eurocêntrica de pensar o Direito (WOLKMER; FAGUNDES, 2011; WOLKMER *et al.*, 2012; SANTOS, 2014). Assim, o que está a ser chamado de Novo Constitucionalismo, processo majoritariamente dos países andinos, tem justamente a proposta de um constitucionalismo que atenda a conjuntura local. O Novo Constitucionalismo Latino Americano é notavelmente orientado pelo bem viver e pelo que no Brasil tem se traduzido literalmente para "Direitos da natureza" - na presente pesquisa, chamado de *Earth Jurisprudence*.

#### **“CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR PREÁMBULO**

*NOSOTRAS Y NOSOTROS, el pueblo soberano del Ecuador  
RECONOCIENDO nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres  
de distintos pueblos,  
CELEBRANDO a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es  
vital para nuestra existencia,  
INVOCANDO el nombre de Dios y reconociendo nuestras diversas formas de  
religiosidad y espiritualidad,  
APELANDO a la sabiduría de todas las culturas que nos enriquecen como  
sociedad,  
COMO HEREDEROS de las luchas sociales de liberación frente a todas las  
formas de dominación y colonialismo,  
Y con un profundo compromiso con el presente y el futuro,*

#### ***Decidimos construir***

*Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la  
naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay;*

*Una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades;  
Un país democrático, comprometido con la integración latino-americana – sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra; y,  
En ejercicio de nuestra soberanía, en Ciudad Alfaro, Montecristi, provincia de Manabí, nos damos la presente.”*

(...)

*Art. 10. Las personas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales.  
La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución.*

(...)

#### **Capítulo séptimo: Derechos de la naturaleza**

*Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.  
Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda.  
El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.”*

(ECUADOR, 2008).

Conforme a análise de alguns pesquisadores, como Boaventura S. Santos (2009), o princípio do bem-viver é, em outras palavras, o direito de se viver dignamente. Assim, a origem das reivindicações populares está na demanda básica de que suas necessidades sejam atendidas para que se possa viver com dignidade. Wolkmer e Fagundes (2011) também tratam a “necessidade” como sendo a origem do ímpeto das discussões jurídico-filosóficas e o motor para as novas constituições latino-americanas. Considerando a correspondência entre bem-viver e “Direitos da Natureza”, cabe fazer um paralelo com Souza Filho (2017) e o conceito de direito relacional: o direito de se relacionar com a natureza de maneira autêntica pode ser interpretado, especialmente em se tratando de alguns povos tradicionais, como uma necessidade para se viver dignamente.

Como o próprio nome sugere, o pluralismo jurídico admite e incentiva a pluralidade de realidades e modos de fazer o jurídico. Segundo Wolkmer e Fagundes (2011), há alguns princípios norteadores do pluralismo jurídico que está em pauta na América Latina, seriam eles: 1) a autonomia, poder intrínseco aos vários grupos, concebido como separado do poder central; 2) a descentralização, deslocamento do centro decisório para esferas mais locais; 3) a participação, intervenção dos grupos, sobretudo daqueles minoritários, no processo decisório; 4) o localismo, privilégio que o poder local assume diante do poder central; 5) a diversidade,



privilégio que se dá à diferença, em detrimento da homogeneidade; 6) a tolerância, por meio do estabelecimento de uma estrutura de convivência entre os vários grupos baseada em regras.

O pluralismo jurídico, implica, portanto, em admitir que há variados contextos que *necessitam*<sup>18</sup> de diferentes formas de conceber o jurídico e que essa diversidade deve coexistir. Interessante a abordagem de Vandana Shiva (2011), quando fala da “revolução verde” na Índia e constrói o conceito de “monocultura da mente”. Segundo a autora, o principal problema em pensar “monoculturalmente” é que a diversidade escapa da percepção e, consequentemente, do mundo. Shiva (2011) diz que o aparecimento de diversidade implica no desaparecimento de alternativas, o que gera a síndrome TINA (do inglês – *There Is No Alternative*, em português seria “não há alternativa”). As alternativas certamente existem, mas elas são excluídas. A inclusão de alternativas requer um contexto de diversidade. Mudar para o diverso enquanto maneira de pensar permite a emergência de novas chances e múltiplas alternativas.

Vandana Shiva (2011) questiona quantas vezes a natureza ou comunidades sofreram graves consequências graças a síndrome de TINA, quando a suposta ausência de alternativas sacrifica coisas importantes em nome do progresso. Ela explica que o alastramento monocultural tem mais relação com política e poder do que com aumento da produção de alimentos. A lógica da monocultura, aqui entende-se como o privilégio ou a vantagem da unicidade ou uniformidade diante do diverso ou orgânico, está ligada à introdução de um poder único e centralizado em detrimento de modelos de tomadas de decisão descentralizadas, erodindo modos outros de expressão política, social e, portanto, de ordem jurídica.

Como dito por Vandana Shiva, há muitas outras alternativas. Boaventura de Sousa Santos (2009) diz o mesmo em relação ao Estado-nação, como os Estados modernos são concebidos: uma coincidência entre um Estado e uma nação. Mas como adverte o autor, não precisa ser assim, essa não é a única opção:

El primer concepto de nación es el concepto liberal que hace referencia a la coincidencia entre nación y Estado; es decir, nación como el conjunto de individuos que pertenecen al espacio geopolítico del Estado y por eso en los Estados modernos se llaman Estado-nación: una nación, un Estado. Pero hay otro concepto, un concepto comunitario no liberal de nación, que no conlleva consigo necesariamente el Estado (SOUSA SANTOS, 2009, p. 202).

Assim como na discussão sobre Pluralismo Jurídico, poderia se falar da possibilidade de um Estado Plurinacional enquanto movimento político da recriação do Estado na América Latina que até então é fortemente influenciado pelo processo europeu de unificação política e jurídica (WOLKMER, 2011). A plurinacionalidade é uma exigência de reconhecimento de que

---

<sup>18</sup> Paralelo com *necessidades* para o viver digno de Sousa Santos (2009) e outros.

há outro conceito de nação e de Estado, não olhar para isso significa continuar a suprimir as necessidades dos diversos povos. Um Estado Plurinacional remeteria, portanto, ao reconhecimento do pertencimento de diversos grupos étnicos, povos e modos de viver a um determinado espaço geopolítico.

Sem chegar perto de esgotar o tema sobre os processos e contextos político-jurídicos, o ponto é que todo esse movimento está impulsionando o fenômeno de casos de não-humanos como titulares de direitos no ordenamento jurídico de alguns países da América Latina e esses novos atores reivindicam uma cosmovisão de natureza para além da naturalista. O constitucionalismo latino-americano tem contribuído em muito para o refinamento e avanço das discussões sobre personalidades naturais, ecossistêmicas ou bioculturais não-humanas. Por último, mas não menos importante, o constitucionalismo latino-americano implica em reconhecer que o humano deve existir, viver plenamente e conectado a outros entes naturais.

Muito embora haja bons exemplos de casos práticos, ainda há um vácuo teórico, filosófico e científico acerca da questão. Ainda há muito a ser feito em relação a sujeitificação de vidas não-humanas, especialmente no campo antropológico. Especificamente sobre personificação jurídica de não-humanos, as exemplificações fáticas percorrem o globo e não será possível discorrer sobre todas elas. Exploraremos um pouco mais sobre o surgimento de novos atores e sujeitos e, adiante, veremos alguns exemplos de ações jurídicas.

## 2.4 Novas personalidades jurídicas

A subjetividade humana é, hoje, mais do que nunca, uma construção em ruínas. Ela já não tinha mesmo jeito, desde as devastadoras demolições dos ‘mestres da suspeita’: Marx, Freud, Nietzsche, sem esquecer, é claro, Heidegger. A obra de desconstrução iria prosseguir, incansável, a partir de meados do século XX, com as operações de desalojamento do *cogito* cartesiano efetuadas pela revisão althusseriana de Marx e pela revisão lacaniana de Freud. Depois, com os pós-estruturalistas, Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, o estrago se tornaria irremediável e irreversível. Sem volta. *A point of no return*. A questão não é mais, agora, ‘quem é o sujeito?’, mas ‘queremos, ainda, ser sujeitos?’, ‘quem precisa do sujeito?’ (Guzzoni, 1996), ‘quem tem nostalgia do sujeito?’ e, mais radicalmente, talvez, ‘quem vem depois do sujeito?’ (Cadava; Connor; Nancy, 1991). Ou ainda, como Maurice Blanchot (1991), a essa última pergunta podemos, talvez cinicamente, nos limitar a retrucar: ‘quem mesmo?’ (TADEU, 2009, p.9).

A pessoa, o sujeito de direitos, nem sempre esteve atada ao ser humano. Como já foi explanado nos capítulos anteriores, ser humano nunca foi garantia de ser pessoa para o Direito. Mulheres, índios, escravos e os judeus na Alemanha nazista são os exemplos clássicos de seres humanos que não eram considerados pessoas. Assim como não ser humano não foi empecilho para que empresas e outras instituições se tornassem pessoas jurídicas. Isso se dá justamente



porque a pessoa enquanto sujeito de direitos não é um fato dado e sim um evento jurídico passível de análises e reformulações.

Diversos contextos trazem ao jurídico diferentes demandas e a necessidade de releitura e/ou novas interpretações. O fenômeno de novas personalidades jurídicas quase inevitavelmente traz a discussão sobre sujeitificação de entes do Direito antes, ou até o presente, considerados objetos. A concessão de personalidade jurídica a entes antes alheios à esta categoria pode trazer grandes e importantes mudanças. Entretanto, deve-se dizer que a construção de novos sujeitos não significa por si só um novo paradigma jurídico porque não necessariamente modifica as bases nas quais o Direito ocidental é pautado.

“Deixe-me devolver a pergunta: como você sabe que você é humano?” Foi a resposta de Sophia a um jornalista ao ser questionada se ela teria consciência de que não era humana, mas um robô (SOPHIA, 2018). Em “O Manifesto Ciborgue” (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2000), Donna Haraway diz que a incorporação das tecnologias chegou a nível tal que atualmente nos afeta e no constitui como seres humanos, não havendo mais fronteiras entre o real e virtual, entre ser humano e máquina. Ainda segundo Haraway, não se trata de quantos implantes um ser humano tem no corpo e sim de que toda a vida da sociedade ocidental está indissociavelmente atrelada a tecnologia. Em entrevista à Hari Kunzru (2000), Donna Haraway exemplifica que o simples fato cotidiano de ir à academia de ginástica, observar uma prateleira de suplementos alimentares *bodybuilding* e olhar as máquinas para malhação já dá a noção de um lugar que não existiria sem a ideia do corpo como uma máquina de alta performance. Segundo exemplifica Haraway, “ser um organismo cibernético tem a ver com calçados atléticos” (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2000, p.23).

Neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. Nas tradições da ciência e da política ocidentais (a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro), a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2000, p. 37)

Também é interessante notar que a “inteligência” foi historicamente, e ainda o é, característica que justifica a superioridade humana perante outras vidas. No entanto, nosso processo de desenvolvimentismo tecnológico nos levou a criar máquinas com inteligências<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Considerada inteligência no seu sentido consolidado pela sociedade positivista, atrelada à razão e à lógica.

comparáveis e/ou superiores a nossa. Como define, inclusive apontando a perda de nosso controle em relação às máquinas, Bostrom (2014, p.26), a “superinteligência” é “um intelecto que excede em muito o desempenho cognitivo dos seres humanos em praticamente todos os domínios de interesse”.

O fato de estarmos intrinsecamente ligados às tecnologias e de termos perdido controle sobre estas traz, na perspectiva da ética, dois temas desafiadores: controle humano sob os sistemas inteligentes (autonomia *vs* controle), e incorporação aos sistemas inteligentes de valores humanos (*machine ethics*). Esses temas, evidentemente, têm sub-temas, tais como inteligência-consciente *vs* inteligência não-consciente, divisão de funções na sociedade, entre outros (KAUFMAN, 2016). E a maneira de regulamentar novos elementos éticos e morais é incluindo-os no âmbito jurídico.

Esta conjuntura também reflete em situações emblemáticas, como o caso de Sophia. Ela foi o primeiro robô a receber a cidadania oficial de um país, neste caso, da Arábia Saudita. No final de 2017, para noticiar o ocorrido, foi organizado um evento na *Future Investment Initiative*, em Riad, capital do país, no qual Sophia discorreu sobre inteligência artificial em entrevista concedida a Andrew Ross Sorkin.

Há um órgão consultivo e fórum de reflexão criado pela UNESCO em 1998 cuja sigla é COMEST - *World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology*, que lida com questões de ética e direitos robóticos (UNESCO, 2017). Desta maneira, a discussão iniciada pela pioneira Donna Haraway hoje é tema de numerosos estudos biológicos, biotecnológicos, sociais e antropológicos - a Antropologia do Ciborgue é hoje estabelecida como uma disciplina com múltiplas frentes.

Além desta, a discussão de novas personalidades jurídicas pode também conduzir ao importante tema dos direitos dos animais, que tem pontos de proximidade e contrastes em relação à teoria de Earth Jurisprudence. O ponto que liga o direito de propriedade aos direitos dos animais é fundamentalmente o fato de os animais, especialmente as espécies domésticas, serem aos olhos da lei, propriedade humana. Pois bem, as proximidades principais entre EJ e direitos dos animais são: 1. a preocupação com e exploração e o utilitarismo; 2. o uso dos direitos fundamentais para embasar as discussões (WHITE, 2014).

Embora *Earth Jurisprudence* e direitos dos animais discutam sobre a oposição de tratamento objetos *versus* sujeitos, a principal reivindicação dos defensores dos direitos dos animais é que alguns dos direitos fundamentais humanos sejam também aplicados aos animais. Seriam estes o direito à vida e ao bem-viver. O direito ao bem-viver muda de definição dependendo do país e do contexto, mas pode-se dizer que a mais básica pauta de bem-viver é o

direito de estar livre de sofrimento físico e psicológico. No direito dos animais há a responsabilização do humano proprietário<sup>20</sup> para com o bem-viver do animal que este possui.

No Brasil, pode-se dizer que não-humanos foram considerados sujeitos de direito pela Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005, art. 1o), que assegura a proteção à vida e à saúde dos animais e vegetais. Isso garantiria a estes seres vivos não humanos (animais e vegetais) a mesma proteção garantida pela Constituição aos seres vivos humanos. Depois disso, foi promulgada em 2017 a Emenda número 96 que constitucionalizou no § 7o no art. 225 da Constituição, reconhecendo animais não-humanos como sujeitos do direito ao bem-estar. Essa emenda dá a garantia de bem-estar aos animais utilizados em práticas desportivas registradas como patrimônio cultural brasileiro (NOVAES, 2017).

Inegavelmente, há muitos bem-estaristas esforçando-se para a sujeitificação dos animais. No entanto, quando discutida esta pauta a defesa se dá nos mesmos termos ontológicos. Conforme atenta White (2014), a ética ortodoxa de bem-estar animal ainda é a ética tradicional e, ainda segundo White, se diferencia de *Earth Jurisprudence* por dois principais motivos: 1. ainda mantém o animal como propriedade humana; 2. é a lógica do direito individual humano aplicada a um animal.

A *Earth Jurisprudence*, mesmo também filha do naturalismo, defende a sujeitificação de todas as espécies enquanto coletivos. Em relação ao senso de propriedade, a teoria de EJ é imperativa ao dizer que vidas não-humanas sejam interpretadas como sujeitos não passíveis de posse no seu sentido tradicional. Para tanto, são estudados regimes de tutela ou manejo diferenciado em cogestão de territórios, entre outras ferramentas.

A questão de direitos coletivos vs direitos individuais é bastante relevante e tange a discussão sobre direitos humanos, direitos da natureza e direitos de não-humanos. O movimento latino-americano é bastante alinhado com o discurso de direitos coletivos, mas nem todas as diversas linhas do movimento de *Earth Jurisprudence* o são. Portanto, esse movimento em termos globais pode abraçar esse tipo de abordagem, mas não necessariamente o faz. Exploraremos isso logo adiante.

## 2.5 A Lei do Ecocídio

Não só há propostas de personalidades jurídicas inéditas, como também há o esforço em propor novas categorias criminais, crimes e leis; assim como novas maneiras de

---

<sup>20</sup> Termo empregado em protocolos veterinário e jurídicos: o “proprietário” do animal.

responsabilização e restauração de danos. A interpretação da Terra como um organismo vivo e sujeito de direito trouxe a Lei do Ecocídio.

O desenvolvimento de uma "perspectiva verde" na criminologia tem focado em crimes e danos que afetam o ambiente, os humanos, os não-humanos e o planeta. Embora haja uma importante distinção entre crime e dano<sup>21</sup>, a proposta da lei do ecocídio olhou para os prejuízos envolvidos passíveis de responsabilização com o objetivo maior de restauração. Isto é, muitas atividades que atualmente não são consideradas crimes previstos em lei podem causar danos enormes que precisam ser reparados.

A ideia de ecocídio foi evocada pela primeira vez quando os Estados Unidos da América usaram dioxina nas florestas durante a Guerra do Vietnã. Desde então, a ideia de considerar crime atividades que comprometam gravemente os ciclos vitais para a vida na Terra foi evoluindo. Outros autores já fizeram o uso do termo Geocídio para dar a conotação de danos a Terra como um organismo vivo. Alguns destes, inclusive, sugeriram que esse tipo de dano fosse instituído como um delito.

Em abril de 2010, uma proposta de lei internacional do ecocídio foi submetida pela U.K.-base para a United Nations Law Commission. Nesta proposta, a advogada internacional Polly Higgins definiu ecocídio como “dano extensivo, destruição ou perda de ecossistemas de um determinado território, seja ele ocasionado pela atividade humana, seja por outras causas, a ponto de prejudicar significativamente o usufruto pacífico dos habitantes daquela região” (HIGGINS; SHORT; SOUTH, 2013, p.257). Higgins, Short e South (2013) defenderam o ecocídio como o quinto crime contra a paz<sup>22</sup>. O estudo apontou que inicialmente o ecocídio estava incluso no Estatuto de Roma, mas com a pressão de alguns países ele foi excluído do texto final. Graças a este tipo de trabalho, o Tribunal Penal Internacional decidiu, no final de 2016, reconhecer o ecocídio como crime contra a humanidade. A Procuradoria do TPI publicou um documento que falava sobre uma nova maneira de interpretar os crimes contra a humanidade de forma a também incluir crimes contra o ambiente que destruam as condições de existência em dado ecossistema, como frequentemente acontece na mineração irresponsável, grilagem de terras e exploração ilícita de recursos naturais, entre outros (CONJUR, 2017).

Com isso, as vítimas de casos de ecocídio poderão fazer uso de recurso internacional para obrigar os autores do crime, sejam empresas ou chefes de Estado e autoridades, a tomar

---

<sup>21</sup> O dano é um impacto negativo no ambiente que não necessariamente está regulamentado por lei como crime.

<sup>22</sup> Algumas leis internacionais são regidas pela Corte Penal Internacional, guiadas pelo Estatuto de Roma, um conjunto de diretrizes apoiadas por 120 países. Na corte penal internacional existem 4 leis que são as normas principais para sua atuação, que são: *crime de genocídio*; *crime contra a humanidade*; *crime de guerra*; *crime de agressão*.

medidas cabíveis pelos respectivos danos. A responsabilidade direta e penas de prisão podem ser emitidas nos países signatários do TPI - o Brasil é signatário do Tratado de Roma, que aceita a jurisdição do TPI (CONJUR, 2017).

A proposta de Higgins, Short e South (2013), no entanto, é ir além da punição dos culpados e focar na restauração dos danos. Para quebrar o ciclo vicioso de destruição - ecocídio - esgotamento de recursos - guerra, é preciso usar do conceito de justiça restaurativa. A justiça restaurativa é construída no entendimento da relação humana com os demais entes e processos da natureza e no dever e necessidade de restaurar o dano causado.

A Earth Jurisprudence<sup>23</sup> usa dos termos de Higgins na apresentação de uma justiça mais restaurativa do que punitiva. O ponto é que novas personalidades jurídicas podem demandar novas leis e novos crimes. Assim como atores-sujeito indivíduos podem requerer direitos individuais, contudo, cada vez mais a antropologia tem lidado com atores coletivos.

## 2.6 Direitos Coletivos vs Direitos Individuais

A missão civilizadora do imperialismo europeu sobre aquilo que é selvagem e sobre os povos "não-civilizados" é um legado ainda atuante da colonização. Essa "missão" se dá por meio da imposição de uma predeterminada ordem da vida política, social, jurídica e econômica. Isto caracterizou o imperialismo e continua ainda hoje mascarado de projetos de modernização e de ajuda internacional para desenvolvimento. Isso traz sistemas que interrompem formas tradicionais de vida e governança, além da transformação de terras selvagens à revelia do mercado, como para a agropecuária ou grandes obras de infraestrutura (HSIAO, 2012).

Isso também permeia o jurídico e está nos direitos fundamentais<sup>24</sup> que, atualmente servem à sociedade moderna. Quando a França lutou por um código civil, as sinuosidades do sistema fizeram com que os direitos deste código virassem um contrato. O capital do trabalho zela por direitos laborais e, hoje em dia, o direito laboral usa-se desta forma de contrato para garantir o direito individual do trabalho. Essa ênfase no trabalho, no capital e na propriedade que impera em nosso sistema faz com que a apropriação de um território deva servir ao capital,

---

<sup>23</sup> Percebo que há diferenciações entre "direitos da natureza" de acordo com os pólos mais próximo do singular ou mais próximos do plural. Tentarei explicar essa graduação. Seria a conotação singular: o conceito de a natureza como um organismo vivo, regido por suas próprias leis e nós seres vivos estamos todos absolutamente conectados à essa lógica natural. Este ser, autônomo e vivo chamado Terra, tem direitos que deveriam ser respeitados pela sociedade humana. A conotação plural seria: há um planeta habitado por diferentes espécies viventes e estamos todos, humanos e não-humanos, submetidos a uma lógica natural maior, um conjunto de leis onde todos têm direitos. Essas leis "naturais" devem ser incorporadas ao universo jurídico humano de forma a garantir que todos esses entes que vivem no planeta vivam dignamente. Essas duas noções não são excludentes, o que interpreto é que há uma pluralidade de abordagens na EJ e há diferentes graduações.

<sup>24</sup> Em termos gerais, não só no Brasil, seriam eles: igualdade, liberdade e propriedade.

tem que ser rentável (SOUZA FILHO, 2017). Assim, intrinsecamente ligados, os direitos individuais se tornaram direitos de propriedade.

O agronegócio, com a “revolução verde” – processo que aconteceu e ainda acontece em diferentes momentos, dependendo da região e conjuntura - e a expansão brutal de suas fronteiras, causou o apertamento dos povos, indígenas e não indígenas. Os povos foram ficando confinados a espaços de terra cada vez menores, quando não os perdiam completamente. No Brasil, os seringueiros, liderados por Chico Mendes, foram um dos primeiros movimentos a mostrar que os direitos coletivos eram uma reivindicação não só indígena.

Até 1970 este relacionamento nos possibilitou criar, de certa forma, uma familiarização com a selva, com a floresta, com o silêncio da mata; aprendemos os costumes, o misticismo; aprendemos que a seringueira se rege por um deus, que a caça tem um deus que rege a vida das caças dos animais da mata; nós aprendemos isto com os índios, aprendemos que existem vários deuses que regem os destinos da natureza e da selva (MENDES, 1988, s/p.).

Além dos seringueiros, os quilombolas, caboclos, caiçaras, faxinalenses, aborígenes, camponeses, entre tantos outros povos que reivindicam o direito de existir enquanto coletivos (SOUZA FILHO, 2016). Além destes, também os camponeses estavam sendo expulsos pela expansão do agronegócio. Estes, então, passam a reivindicar por reforma agrária para ter terras para produzir. Conforme Souza Filho (2017), a produção camponesa se diferencia do agronegócio justamente pela não artificialização dos ciclos ecológicos e dos elementos biológicos. Desta maneira, o camponês depende inevitavelmente das forças naturais para seu trabalho diário e, por este motivo, via de regra os camponeses têm como premissa o respeito pela natureza.

Esses diferentes grupos têm em comum o fato de viverem de maneira outra que não a moderna, de se relacionarem distintamente com o que chamamos de natureza e de serem regidos por pressupostos outros que não os nossos. É nesse ínterim que começam a aparecer empreitadas relacionadas a direitos dos povos e direitos da natureza. Esses direitos coletivos reivindicam os direitos dos povos de serem povos e continuarem a sê-los, a natureza de ser natureza e de continuar a sê-la, independente de padrões modernos de produção capital (SOUZA FILHO, 2017).

Por isso, quando se fala em vidas que deveriam ter o direito de viver alheias a este sistema específico, os direitos individuais são ineficientes em garantir-lhes o bem-viver. Os direitos de povos da floresta ou direitos de uma espécie animal silvestre ou vegetal requerem o direito a um território que não sirva à modernidade por abrigar um modo de vida não-moderno. Afirma Souza Filho (2017) que, quando conquistado, este tipo de direito coletivo sobre o território quebra a mercantilização da natureza. Estes direitos são mais do que direitos

humanos, são direitos de integração com a natureza fora do sistema capitalista, é um direito relacional<sup>25</sup>. Assim, ainda segundo Souza Filho (2017), os direitos humanos precisam se afastar dos direitos individuais e contemplar direitos coletivos. Nesse sentido, Martínez (2014) diz que os direitos humanos e os direitos da natureza se complementam e se transformam em um conjunto de direitos da vida e à vida.

Muitos autores, como Morris e Ruru (2010) e Hsiao (2012), são enfáticos ao afirmar que a persistente luta dos povos representa parte de um processo necessário e contínuo de descolonização da natureza e dos povos. Muitos desses embates, em última instância, são, portanto, conflitos ontológicos em que os movimentos sociais trazem pautas que poderiam ser interpretadas em termos de acordos pragmáticos.

## 2.7 Acordos pragmáticos e conflitos ontológicos

Não nos enganemos: não se trata de conflitos culturais, e sim de guerras ontológicas, porque o que está em jogo é a *existência de entes* no sentido pragmático. É questão de vida ou morte para *Caipora*, para antas e macacos, para *gente-de-verdade* e para pedras e rios (ALMEIDA, 2013, p. 22).

O problema que os processos de personificação de seres não-humanos suscita é se e como a ontologia dominante dos sistemas jurídicos ocidentais poderia se abrir ou se acoplar a outras ontologias de maneira a admitir novos entes e relações. Evidentemente, sem pretender uma total comensurabilidade, que implicaria na dissolução das diferenças, talvez a ideia de acordos pragmáticos em domínios específicos nos termos de Mauro de Almeida (2013) seja apropriada para a presente discussão.

Nas palavras de Mauro de Almeida (2013, p. 9), “ontologias são o acervo de *pressupostos* sobre o que *existe*. (...) pressupostos ontológicos dão *sentido*, ou permitem interpretar, encontros pragmáticos, mas *vão além* de qualquer encontro particular, seja qual for seu número.” Esses pressupostos atuam silenciosamente, ou seja, orientam os pensamentos e

---

<sup>25</sup> Nesse momento cabe um diálogo com a argumentação que Donna Haraway (2014) apresenta ao ser entrevistada por Juliana Fausto e Viveiros de Castro, em referência ao termo “Antropoceno”. Do grego antigo *ἄνθρωπος* (*anthrōpos*, “homem”/“humano”), o termo Antropoceno difundiu-se nos últimos anos e refere-se a uma proposta, que pode entrar na Escala de Tempo Geológico oficial, de era geológica marcada pela influência humana na Terra, em que os humanos nos tornamos a maior força modificadora da paisagem global e processos ecológicos. Há, entretanto, graves problemas nesse termo: a ideia de que a Humanidade (ou a Sociedade) é uma categoria única – aqui nomeia-se como *anthrōpos* ou humanidade – opondo-se à Natureza, também com conotação singular (MOORE, 2016). Essa abstração natureza *versus* homem historicamente afirma uma série de exclusões, como de povos invisibilizados.

Ora essa, então não é propriamente a “Era Humana”, mas a era de um sistema, de um modelo econômico, que se tornou modelo de vida, que severamente modificou a paisagem do planeta e os processos ecológicos, colocando a natureza e os próprios homens a seu serviço. A esse modelo nomeia-se capitalismo. Portanto, o termo mais adequado seria “Capitaloceno” (HARAWAY, 2014; MOORE, 2016). Há boas notícias nisto tudo: 1. nós humanos não somos necessariamente o problema como chegou a acreditar o naturalismo que culminou neste termo “antropoceno”; 2. as iniciativas para curar o planeta e restaurar os processos ecológicos, portanto, não devem ser contra-humanos e sim contra-capitalismo.

dão valor, ou *sentido*, às coisas sem que sejam percebidos. Estes são tidos como “dados”<sup>26</sup> até que se seja possível tomar outros pressupostos como dados. Esses postulados ditam quem ou que existe, quais são os entes existentes (ALMEIDA, 2013). O direito – tributário do naturalismo – criou ele mesmo uma ontologia, que, consequentemente, responde por determinados entes que existem para o próprio direito.

Os diferentes conjuntos de pressupostos *pressupõem* a existência de diferentes entidades e podem ou não ter domínios compatíveis no campo pragmático. Se resgatadas as quatro ontologias propostas por Descola – totemismo, analogismo, animismo e naturalismo – acredito que se poderia pensar em acordos pragmáticos no caso de personificação jurídica de não-humanos como um possível acordo entre animismo e naturalismo. A Earth Jurisprudence, embora siga os pressupostos ontológicos naturalistas, declara a procura pela consideração de outras cosmovisões no âmbito jurídico e, nesse sentido, talvez o domínio da sujeitificação jurídica de entes naturais seja um ponto compatível entre naturalismo e animismo – e talvez ainda em pontos específicos com as outras ontologias.

Importante considerar que esses acordos pragmáticos pressupõem o entendimento de que o relativismo ontológico é inevitável. Isto é, chamar alguém de “pessoa” ou “sujeito de direitos” no mundo ocidental não significa completa e absoluta equivalência a, por exemplo, domínios ameríndios que operam segundo o animismo. Segundo Mauro de Almeida (Ibid.), de fato, não é possível eliminar a relatividade ontológica, no entanto, atenta que isso não significa a ausência de critérios parciais de verdade. Assim, ontologias diferentes podem ter acordos conforme os critérios parciais de verdade mesmo que a tradução dos termos seja inescapavelmente relativa.

Almeida (2013), baseando sua discussão em outros exemplos, conclui que a existência e não-existência de entes é uma questão de poder, de disputa ontológica. Em alguns casos, não há mera diferença ontológica, mas sim a destruição de uma ontologia por outra e morte das entidades não existentes na ontologia dominante. Talvez acordos pragmáticos poderiam ajudar a proteger e promover a existência de alguns entes, como no caso de alguns seres. Interessante ressaltar que seria mais fácil a compatibilidade em casos de seres que existam na cosmologia do mundo ocidental e, ainda, no direito moderno, como animais ou rios, mas mais complicada em casos de seres como Caipora<sup>27</sup> ou espíritos, por exemplo. Assim como o é no caso também de entes coletivos, entidades interacionais, como comunidades tradicionais, que lutam para existir e cuja existência está ligada a um outro. Seja como for, é constante o surgimento de

---

<sup>26</sup> Expressão de Mauro Almeida (2013, p. 9) em “Esses pressupostos ontológicos não chamam a atenção; assim como os postulados em que repousa a geometria, são tomados como ‘dados’”.

<sup>27</sup> Vide texto Mauro de Almeida (2013), que fala sobre conflitos ontológicos que determinam a vida ou a morte de Caipora.



novos entes humanos e não-humanos e, bebendo novamente de Mauro Almeida (2013, p. 25), “o encontro com essa proliferação de entes é a tarefa em questão”.

Vejamos alguns casos que poderiam ser pensados em termos de acordos pragmáticos, casos em que formas de ordem divergentes encontraram na sujeitificação jurídica de não-humanos uma maneira de articular uma abordagem combinada, evitando, assim, a necessidade de uma completa fusão de horizontes.

## **2.8 Casos de personalidade jurídica de não-humanos**

### **2.8.1 O caso do *Whanganui Iwi e Te Awa Tupua*, Aotearoa/Nova Zelândia**

Nas páginas anteriores, foram explorados alguns pressupostos naturalistas, como a divisão cultura e natureza. Na Nova Zelândia, que foi colonizada por ingleses, são notáveis algumas consequências da justaposição ontológica do naturalismo e da ontologia maori. Segundo Salmond (2014), na Nova Zelândia, até determinada altura da colonização, certas coisas que pertenciam a um estado de natureza eram consideradas pela Coroa como algo indomável, não-domesticado, não adequadas para serem propriedade ou compradas ou vendidas. Este seria o caso das águas dos rios; correntes, fluidas e que qualquer senso de posse seria inescapavelmente temporário. Ainda conforme exposição de Salmond (2014), a terra poderia ser objeto de posse desde que fosse modificada, melhorada, por mãos humanas, através, por exemplo, do cultivo. Essa noção deu vantagem àqueles ingleses e estrangeiros que foram à Nova Zelândia em relação a grupos nativos considerados basicamente caçadores-coletores. Portanto, o Tratado da Coroa, bastante conhecido no país, entre outras questões, acordava entre Coroa e maori a não-posse sobre as águas. Houve um problema que, escrito em 1840 em versão inglesa e versão maori, não só na tradução linguística, mas no conteúdo, trazia diferenças para cada uma das partes. Na versão maori, a Rainha se comprometia a zelar pelas águas e preciosidades maori.

O fato é que a não-posse das águas correntes foi mudando por conta de questões corporativas e pressão de mercado nacional e internacional. À medida que a colonização europeia se intensificava, a Coroa reivindicou o controle de todos os rios e lagos navegáveis da Nova Zelândia, alegando que isso era necessário para proteger o interesse nacional, como na drenagem, controle de enchentes e abastecimento de água da cidade. Contudo, não reivindicou propriamente possuir a água, que ainda era considerada como parte dos bens comuns (SALMOND, 2014).

Assim, em meados do século XVIII, a Coroa começou a explorar os cascalhos do rio, especialmente para construção e manutenção de estradas. Também passou a liberar espécies invasoras, como salmão e truta, e, posteriormente, planejar projetos de numerosas hidrelétricas (MORRIS; RURU, 2010). Isso naturalmente provocou descontentamento maori. Na Aotearoa, chamada pós-colonização de Nova Zelândia, os maori construíram suas vidas intrinsecamente ligadas à água, autodeterminando-se *tangata whenua* – o povo da água. No caso do rio personificado, os *whanganui iwi* (maori) reconhecem o rio Whanganui como seu antepassado, como algo precioso e como um ser vivo. *Te Awa Tupua* é todo o rio Whanganui, os seus elementos físicos e metafísicos que se estendem de seus afluentes, passam pelas montanhas e chegam no mar. Para os whanganui iwi, Te Awa Tupua é indissociável da saúde e integridade dos maori. Assim, proteger o rio é proteger os humanos.

Aí pode-se perceber um ponto de conflito ontológico. As concepções e leis do colonizador tendem a representar uma poderosa força em relação às concepções nativas. Então, o domínio sobre o manejo das águas seguiu por meio de negociações, vendas voluntárias e até por ação militar, seguido de confisco, vendas forçadas e títulos de propriedade livre de impostos pelo Tribunal de Terras Nativas, um processo que foi documentado por diferentes ativistas e estudiosos (SALMOND, 2014).

Devido a esta tensa situação, desde 1975, o Tribunal Waitangi, foi estabelecido para investigar as violações das promessas do Tratado pela Coroa, realizou audiências em todo o país e investigou muitas queixas de grupos de parentes maori, incluindo reclamações relacionadas à perda e/ou degradação de rios ancestrais, lagos, nascentes, zonas úmidas, estuários e outras vias navegáveis. As negociações entre maori e parlamento sobre a compensação por cascalho que foi retirado do rio seguiram até 1988, no mesmo ano em que o “*Whanganui River Maori Trust Board*” - Conselho de Administração Maori - foi estabelecido para negociar reivindicações de direitos em nome do povo Whanganui Iwi. Esse conselho ainda é operante e negociações acerca do rio ainda acontecem por seu intermédio (MORRIS; RURU, 2010; SALMOND, 2014).

No final dos anos 90, a pretensão e planejamento por parte da Coroa e do parlamento de privatização de empresas locais de energia elétrica deu o tom de discursos sobre os fluxos de água, antes vistos como propriedade comum, como *commodities* para venda a compradores privados. O rio Wanganui é dos maiores e mais importantes rios da Nova Zelândia, por isso foi alvo de grandes disputas e debates. Uma importante fonte de água para Auckland, a maior cidade da Nova Zelândia, e para a Mighty River Power, a primeira empresa de energia que o governo pretendia privatizar. Este grande rio, famoso na história nativa, é celebrado em diversos cantos nativos. Isso provocou novas reivindicações ao Tribunal Waitangi e despertou

uma questão importante: a reação maori foi a de que se os recursos fossem tratados como propriedade, então se deveria discuti-los como propriedade maori – e não da Coroa (MORRIS; RURU, 2010; SALMOND, 2014).

A partir de 2009, na época em que as reivindicações do Tratado Whanganui estavam sendo negociadas com o parlamento, o controle da água doce foi um tema importante politicamente. Durante a campanha eleitoral de 2011, o Partido Nacional de centro-direita anunciou que, se fosse eleito, privatizaria parcialmente vários ativos estatais, incluindo três empresas de energia. Depois de eleito, esse governo decidiu continuar com a venda de ativos, apesar da forte oposição do público. Em reação, representantes do governo começaram a negociar com o Freshwater Iwi Leaders Group, representando aqueles *iwi* cujos lagos e rios ancestrais seriam afetados pelas vendas de ativos, incluindo Whanganui. Os termos exatos desses acordos não foram levados a público, mas sabe-se que já se falava em possibilidades de cogestão. O *Land and Water Forum* foi uma instituição criada para reunir os principais interessados na gestão de água doce, incluindo geradores de energia hidrelétrica, Federated Farmers, Fonterra (maior empresa de laticínios da Nova Zelândia na época), ONGs ambientalistas e cinco principais *iwi* a negociar abordagens acordadas para a gestão de água doce na Nova Zelândia (SALMOND, 2014).

Em fevereiro de 2012, as empresas de energia foram parcialmente privatizadas e os proprietários privados não estavam vinculados ao Tratado, o que fez os maori pedirem a imediata interrupção da mercantilização das águas. Sir Eddie Taihakurei Durie, ex-juiz do Supremo Tribunal e presidente do Tribunal Waitangi, foi o porta-voz dessa reivindicação do Conselho Maori da Nova Zelândia<sup>28</sup>.

Assim, o Tribunal começou a fazer investigações e concluiu que os maori deveriam ter o direito sobre as águas. Na época, foi algo muito polêmico que motivou muitos neozelandeses a expressarem sua indignação contra o fato de os maori terem o direito à água doce. Fortalecido por essas expressões de apoio público, o primeiro-ministro contestou as descobertas do Tribunal, reiterando que "ninguém é dono de água, nem os maori, nem a Coroa (...) isso não é um insulto a ninguém, é a lei" (KEY, 2018)<sup>29</sup>.

Em suma, a Suprema Corte determinou que, apesar da venda parcial das empresas hidrelétricas, o governo seria capaz de compensar os Maori por quaisquer perdas de seus direitos à água potável, e que o processo de venda de ativos não deveria ser interrompido. No

---

<sup>28</sup> Durante seu tempo como presidente do tribunal, ele tinha ouvido muitas reclamações sobre cursos de água ancestrais e, de fato, escreveu um dos relatórios mais eloquentes e influentes sobre o assunto, o relatório sobre o rio Whanganui (SALMOND, 2014).

<sup>29</sup> KEY, 2018, 1'12"; KEY, 2018, 5'40 - Tradução da mestrandia - vídeo no *website* youtube (as aspas sinalizam o minuto e segundos da citação): John Key "*Nobody owns the water*" - <https://www.youtube.com/watch?v=5853-z19uZY>

evento, as vendas de ativos foram adiante. Foram essas disputas que definiram o cenário para o assentamento do Rio Whanganui.

Em 05 de agosto de 2014, uma grande multidão, incluindo representantes do Rio Whanganui iwi assinaram uma escritura de acordo com o governo da Nova Zelândia que legalmente reconhecia o rio como um ser vivo e, em março de 2015, o Rio Whanganui recebeu personalidade jurídica. Para tanto, duas pessoas, mutuamente escolhidas pela Coroa e pelos iwi Whanganui, são estabelecidas como a face humana do rio, atuando em seu nome e em seus interesses. Na época, foi direcionado e administrado um fundo de US\$ 30 milhões para apoiar a saúde e o bem-estar do rio.

A personalidade jurídica do rio é produto de um trabalho de muitos anos e, possivelmente mais um dos ainda próximos passos, sendo o Rio Whanganui o caso jurídico mais longo da história da Nova Zelândia. Assim, obviamente, esse processo foi influenciado por diversas pesquisas, pensadores e situações. No entanto, pode-se dizer que a personificação jurídica foi bastante influenciada pelas pesquisas do Professor Christopher Stone, que explorou a ideia de conceder personalidade jurídica a elementos naturais não-humanos (MORRIS; RURU, 2010).

Em 1972, Stone afirmou que acreditava ser a personalidade jurídica uma eficiente ferramenta para proteger recursos naturais e a integridade ecossistêmica. Apesar de a abordagem de Stone ter uma conotação ambientalista, Morris e Ruru (2010) afirmam que a qualidade e abrangência de seu trabalho serviram a uma aproximação jurídica da concepção nativa de “um mundo natural personificado”.

Analiticamente, nesses embates emergem suposições profundas que podem parecer contraditórias ou convidar a contestação. O professor de direito da Nova Zelândia, Alex Frame, por exemplo, observou que em frente ao Tribunal Waitangi, as testemunhas maori envolvidas em alegações de água doce frequentemente implantam concepções modernas de propriedade privada para apresentar seus argumentos (FRAME, 1999). Em outros momentos, no entanto, eles de fato apoiavam-se em ideias cosmológicas nativas. No processo dessas mudanças e justaposições, emergem diferenças que implicam - às vezes afirmam explicitamente - a relevância simultânea de realidades alternativas, não apenas perspectivas diferentes sobre as mesmas coisas. Isso remete realmente a *te ao Māori* ou “o mundo maori”, expressão comumente invocada por oradores maori, onde *ao* é uma dimensão da realidade, muitas vezes traduzida como “mundo” – mas sem a implicação astronômica. Como *te ao hou* é dito como “o novo mundo, a vida contemporânea”, analisa Salmond (2014, p. 305) que “no Pacífico e em

outros lugares, é provável que os obstáculos mais intransigentes para a solução de desafios ambientais (e outros) estejam no nível de pressuposto”<sup>30</sup>.

## New Zealand river granted same legal rights as human being

After 140 years of negotiation, Māori tribe wins recognition for Whanganui river, meaning it must be treated as a living entity



Prince Harry paddled down the Whanganui river during a visit to New Zealand in 2015. Photograph: Chris Jackson/Getty Images

In a world-first a [New Zealand](#) river has been granted the same legal rights as a human being.

The local Māori tribe of Whanganui in the North Island has fought for the recognition of their river - the third-largest in New Zealand - as an ancestor for

**Figura 1.** Matéria veiculada em jornal neozelandês que noticiou que o rio Whanganui teria os mesmos direitos que um ser humano. Fonte: ROY (2017).

O caso neozelandês é considerado um caso de sucesso visto que o rio está vivo e saudável. Evidentemente, o processo não foi perfeito e ainda está em discussão e construção. Vale ressaltar a notável característica do país de relativa integridade do parlamento. Em conversa com a dra. Catherine Iorns, professora da Faculty of Law da Victoria University of Wellington e autoridade no caso, ela assegurou que embora jogos políticos aconteçam, o parlamento costuma agir com conduta coerente e considerando os interesses de todos os envolvidos<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Tradução da mestranda.

<sup>31</sup> Muito embora ela tenha feito a ressalva que acredita ter sido a personificação do rio uma saída proposta pelo parlamento (baseada nos estudos de Christopher Stone) como maneira de garantir que o rio não seria território maori. A professora afirma que havia chance real de os maori realmente o conquistarem enquanto território ancestral.

O processo de colonização pelos ingleses fez com que as ontologias maori e europeia fossem justapostas, apesar de serem incomensuráveis em muitos aspectos. Pensar na vitória em alguns desses acordos pode significar um amadurecimento da luta contra a colonização dos povos e da natureza. Baseando-se em formas de ordem divergentes, os participantes do processo procuraram articular uma abordagem combinada para a cogestão do rio Whanganui. Esse arranjo evita a necessidade da completa comensurabilidade, uma “teoria de tudo”<sup>32</sup> na qual apenas é permitido um tipo de conjunto de pressupostos sobre o mundo (SALMOND, 2014).

### 2.8.2 O Caso Rio Vilcabamba, Equador

O rio Vilcabamba, também traduzido para português brasileiro como “Vilacamba”, foi foco do primeiro processo judicial do mundo em que se reconheceu um não-humano como sujeito dotado de direitos. Além de ter sido o primeiro, o caso é interessante por conta do processo e decisão judicial terem sido suportados pela própria Constituição Equatoriana (2008), que garante direitos à Natureza<sup>33</sup> e, mais especificamente, pelo o artigo 71 da Constituição equatoriana, que dá legitimidade processual para qualquer um que exigir a garantia dos direitos de um não-humano.

Por este motivo, a estética do caso é diferente. A questão de acordos pragmáticos levados ao judiciário que foi discutida para o caso da Nova Zelândia é aqui, na presente exposição sobre o caso equatoriano, elevada a nível constitucional. Isso abriu portas para que o caso de Vilcabamba corresse dentro de normativas já estabelecidas e inauguradas por este caso.

O Rio Vilcabamba corre entre as cidades de Vilcabamba e Quinara, na Província de Loja. É um importante rio para várias propriedades à sua margem, incluindo a propriedade de dois estadunidenses residentes no Equador, Richard Frederick Wheeler e Eleanor GeerHuddle. Em 2008, o Governo Provincial de Loja (GPL) iniciou obras de ampliação da estrada entre Vilcabamba e Quinara, às margens do rio Vilcabamba. Atropelando o processo de estudos ambientais obrigatórios para tanto, além de outras irregularidades, a empresa pública responsável pela execução das obras depositou pedras e material de escavação nas margens do rio. Isso causou sérios problemas a todos que dependiam do rio, incluindo Richard e Eleanor (GUSSOLI, 2014).

---

<sup>32</sup> Expressão da tradução literal de Salmond (2014, p.) “theory of everything”.

<sup>33</sup> Tradução literal.

Richard e Eleanor, cientes da mudança constitucional ocorrida no país, contrataram um advogado que sugeriu a invocação dos direitos da Natureza, previstos na constituição de 2008<sup>34</sup>. Nessa ação judicial, embora Richard e Eleanor fossem os demandadores, o sujeito interessado da ação era o Rio Vilcabamba, representado judicialmente por dois humanos. A sentença, dada em 15 de dezembro de 2010 pelo juiz interino do Terceiro Civil Tribunal de Loja, negou a ação alegando falta de legitimidade do processo. Essa decisão foi duramente criticada inclusive por parte do judiciário devido à inconformidade com a lei.

Assim, mais uma vez Richard e Eleanor compareceram perante a Corte de Justiça Provincial de Loja em 30 de março de 2011 e o entendimento da corte foi o de que as pedras descartadas, a areia, o cascalho e até mesmo as árvores caídas desfiguraram diretamente as margens do rio, causando destruição da terra ribeirinha e prejudicando todos em volta, inclusive o próprio rio.

A decisão judicial foi a de que os direitos à existência, manutenção e regeneração dos ciclos vitais naturais do Rio Vilcabamba foram violados. O Tribunal Provincial de Loja decidindo em favor do rio Vilcabamba, apoiando-se na Injunção Constitucional Concedida 11121-2011-0010, estabeleceu o seguinte (ECUADOR, 2011; GREENE, 2016; GARZÓN, 2017):

1) Consideraram que a ação de proteção era a única via idônea e eficaz para proteger os direitos da natureza, especialmente por existir um dano específico;

2) Com base no princípio da precaução, até que seja demonstrado objetivamente que a operação de determinado projeto empreendido em uma área estabelecida não produzirá contaminação ou levará a danos ambientais, é de responsabilidade dos juízes constitucionais inclinar-se à proteção imediata e a tutela legal dos direitos da natureza, fazendo o que for necessário para prevenir a contaminação ou pedir reparação;

3) O reconhecimento da importância da natureza, levantando a questão de danos geracionais, definidos como são tem tal magnitude que danos ao ambiente impactam não somente a geração atual, mas também gerações futuras;

4) Usando-se o princípio da inversão do ônus da prova, os demandantes não devem ter que provar a existência dos danos, mas que o Governo Provincial de Loja, como entidade que administra a atividade e como réu, é que deve fornecer provas de que o alargamento da estrada não afetaria o meio ambiente;

---

<sup>34</sup> Eles aceitaram a sugestão do advogado, cientes de que esse processo não os traria nenhum retorno financeiro.

Por fim, entendeu-se que não há conflito constitucional entre a necessidade de ampliação da rodovia e os direitos da natureza, mas que esta obra deveria ser realizada respeitando-se os direitos da natureza e cumprindo-se a norma ambiental. Assim, o Tribunal Provincial de Loja estabeleceu os seguintes meios de reparação (ECUADOR, 2011; GREENE, 2016):

1) O Governo Provincial da Loja deveria apresentar no prazo de trinta (30) dias uma remediação e um plano de reabilitação das áreas do rio Vilcabamba e das populações afetadas pelo despejo lateral e acúmulo de material de lixo do projeto, bem como as recomendações das autoridades ambientais;

2) O Governo Provincial de Loja deveria apresentar imediatamente as licenças ambientais para a construção da estrada para o Ministério do Meio Ambiente;

3) A implementação de ações corretivas, tais como: construção de barreiras de segurança para evitar derramamentos de óleo nos solos ao redor dos tanques de armazenamento de combustível e maquinário; limpeza do solo contaminado por derramamentos de combustível; implementação de um sistema adequado de sinalização rodoviária; e criação de um local para armazenar o lixo da construção;

4) O Governo Provincial deveria cumprir com todas e cada uma das recomendações feitas pelo subsecretário de qualidade ambiental do Ministério do Meio Ambiente;

5) A criação de uma delegação composta pelo diretor regional do Ministério do Meio Ambiente e pelo gabinete do provedor de justiça de Loja, Oro e Zamora Chinchipe, para fornecer acompanhamento sobre o cumprimento da decisão;

6) O réu deveria se desculpar publicamente em um quarto de uma página em um jornal local pelo início da construção de uma estrada sem a necessária licença ambiental.

Resolve ainda (GREENE, 2016, p. 2<sup>35</sup>): “Aceitar o recurso interposto e revogar a sentença contestada, declarando que o réu está violando o direito da natureza de ser plenamente respeitada em sua existência e manutenção de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.”

Segundo Gussoli (2014), o pedido de desculpas fora publicado, porém o material despejado no rio ainda não havia sido retirado até o ano de 2014. Mesmo sem o cumprimento dos meios de reparação até essa data, esse é um sistema jurídico que admite a personificação de entes naturais e isso permitiu a primeira sujeitificação de rio no mundo.

As longas negociações e intensos embates no caso da Nova Zelândia com relação à posse das águas do rio de fato facilitam o entendimento de “acordo pragmático”, isto é,

---

<sup>35</sup> Tradução da mestrandia.



resumindo grosseiramente, uma série de discussões aconteceram até que se chegou a um acordo sobre um ponto específico entre duas ontologias. O caso de personificação do rio Vilcabamba também pode ser pensado nesses termos, apesar de essas discussões terem tido o atalho legal. Olhando-se somente para os processos isoladamente, esses dois casos parecem exemplos quase que extremos em termos de objetos concretos representativos de um acordo, visto que o primeiro levou uma discussão de 140 anos entre duas ontologias realmente com percepções diferentes sobre a situação do rio; e o segundo caso foi encurtado pela já previsão constitucional. No entanto, é fundamental ressaltar que o Equador teve uma resolução judicial mais rápida porque uma série de debates importantes precederam o caso em si e foram precursores de mudanças na constituição do país anos antes. Essas mudanças na constituição do Equador já foram discutidas das páginas anteriores quando falou-se do novo constitucionalismo latino-americano, mas é interessante o olhar de que, muito impulsionadas por movimentos sociais, essas mudanças trouxeram justamente a ideia de acordo pragmático para a esfera constitucional e é por este motivo que a ação do rio Vilcabamba tratado como pessoa não demandou negociações tão polêmicas quanto o rio neozelandês. Ainda, usando da relatividade ontológica de Mauro Almeida (2013), a “natureza” no Equador certamente não é um referente comum, há exatamente nela uma chave para um acordo pragmático: a natureza do naturalismo e a natureza de Pachamama.

### 2.8.3 O caso do Rio Atrato, Colômbia

No final do ano de 2017, pouco antes de terminar seu mandato na *Corte Constitucional*, o então juiz Jorge Iván Palacio estabeleceu um precedente na jurisprudência colombiana e da América Latina, concedendo os conceitualmente inovadores direitos bioculturais à Bacia Hidrográfica do Rio Atrato, departamento de Chocó – Colômbia.

O juiz analisou a ação de tutela apresentada pelo Centro de Estudos para a Justiça Social Tierra Digna, em nome de vários conselhos comunitários, contra a Presidência da República da Colômbia e outros. Entre os conselhos comunitários, estão: o Consejo Comunitario Mayor de la Organización Popular Campesina del Alto Atrato (Cocomopoca), o Consejo Comunitario Mayor de la Asociación Campesina Integral del Atrato (Cocomacia), a Asociación de Consejos Comunitarios del Bajo Atrato (Asocoba), o Foro Inter-étnico Solidaridad Chocó (FISCH) e outros.

A narrativa deste caso começa na região do Pacífico colombiano, um dos lugares de maior pluviosidade do planeta e de sociobiodiversidade incrível: o departamento de Chocó. É

um território onde se reúnem múltiplos grupos étnicos, com uma população próxima a 500.000 habitantes, dos quais 87% da população é afrocolombiana, 10% indígena e 3% “mestiça”. Em sua composição, 96% do território continental é constituído por territórios coletivos que pertencem a 600 comunidades negras agrupadas em 70 conselhos comunitários maiores, com 2.915.339 hectares titulados e 120 terras indígenas das etnias Embera-Dobida, Embera-Katio, Embera-Chamí e Wounan e Tule, o que corresponde a 24 dos 30 municípios de Chocó; os restantes 4% são habitados por uma população camponesa mestiça (Sentencia, 2016).

O rio Atrato é o maior da Colômbia e o terceiro mais adequado à navegação do país, depois do rio Magdalena e do rio Cauca. O Atrato nasce a oeste da cordilheira dos Andes, especificamente no Cerro Plateado, a 3.900 metros de altitude, e deságua no Golfo de Urabá, no Mar do Caribe. Com extensão de 750 quilômetros, suas margens são habitadas pela maioria dos povos citados acima (COLOMBIA, 2016).

A bacia do rio Atrato era – e ainda é - ameaçada pelo garimpo ilegal mecanizado, por processos de concessões mineiras sem consulta prévia aos povos, extração ilegal de madeira com utilização de maquinário pesado e essa situação é complexificada pela confrontação armada em uma disputa territorial para controlar rotas de narcotráfico. A contaminação das águas e solo por mercúrio, cianeto e outras substâncias químicas tóxicas relacionadas à mineração representa um alto risco para a vida e a saúde das comunidades que ali encontram seus territórios titulados, uma vez que a água do rio é usada para consumo direto e é a principal fonte de agricultura, pesca e atividades diárias. Embora tenham seus territórios titulados, o conflito armado já dizimou e gerou deslocamento forçado de comunidades inteiras ao longo do rio Atrato (LIMA DA SILVA, 2017).

As gentes chocoanas carregam na memória recente as mortes e desaparecimentos de seus filhos e filhas, assim como a memória do terrível enfrentamento entre as FARC e paramilitares, gerando um bombardeio que afetou a população civil local que se refugiava dentro de uma pequena igreja - o massacre de Bojayá- ocorrido em 2002, matando 79 pessoas. Desse episódio, restou a imagem do Cristo mutilado que foi veiculada pela mídia de todo o mundo (LIMA DA SILVA, 2017, p. 259).

Nesse interim, o direito à consulta e consentimento livre, prévio informado é ligado diretamente ao direito à paz territorial para os povos do Chocó. Façamos uma breve explicação sobre esse direito: o direito de os povos indígenas e tribais de serem consultados, de forma livre e informada, sobre ações ou atividades que possam afetar seus bens ou direitos – também chamada de obrigação estatal de consulta - foi estabelecido inicialmente em 1989 internacionalmente quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou sua Convenção de número 169 (ISA, 2017). Segundo Peruzzo (2017) essa é uma poderosa ferramenta para o processo de diálogo não violento “intercultural” – aqui talvez chamaríamos

de “interontological” –, especialmente na América Latina (incluindo o Brasil), onde está o maior número de países que a ratificaram e incluíram em sua legislação nacional. A definição das regras para a aplicação do direito de consulta prévia foi amplamente discutida na Colômbia, depois que, em janeiro de 2008, a Corte Constitucional colombiana declarou inconstitucional a lei geral sobre florestas por não haver sido adequadamente consultada junto aos povos indígenas e tribais que seriam diretamente afetados por esta lei.

Assim, graças a essa ferramenta e as discussões em curso, o direito à reparação integral e restituição de terras foi reivindicado, assim como medidas para a desmobilização de atores armados e soluções para o regresso ou permanência de ex-guerrilheiros das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) sem perda de autonomia para as comunidades. Lima da Silva (2017) pondera que havia o receio de que o território livre do conflito armado seja um território livre para instalação de mineração de grande escala por meio da concessão de títulos a multinacionais.

Como a discussão sobre a complexa situação do rio Atrato partiu das reivindicações dos movimentos de base, articulados com e pelos povos da região, foi conduzida uma nova abordagem jurídica: na discussão da lei de vítimas na Colômbia, o rio foi interpretado como vítima dessa situação, tanto do conflito armado, como da mineração e garimpo ilegal, visto que a mineração ilegal também financiava o conflito armado (LIMA DA SILVA, 2017). Assim, ao rio enquanto sujeito legal foram concedidos os direitos bioculturais, cujo eixo central é a relação de profunda unidade e interdependência entre elementos naturais não-humanos e humanos, o que resultou em uma nova compreensão social e jurídica em que o meio ambiente e seu entorno devem ser dotados de plenos direitos. A Câmara colombiana atenta que a justiça deve ser aplicada também para além do cenário humano e deve permitir que a natureza esteja sujeita a direitos, então a Câmara considerou no caso do Rio Atrato que deveria avançar na jurisprudência para a proteção constitucional de uma das fontes mais importantes de vida. Jorge Iván Palacio (2017) conclui que é necessário adotar abordagens holísticas para a conservação da natureza que levem em conta a profunda relação entre diversidade biológica e cultura.

Como explica Lima da Silva (2017), a *Ruta de Protección de los Derechos Territoriales de los Grupos Étnicos* é uma ferramenta utilizada para assegurar os direitos territoriais de grupos em situação de deslocamento massivo, risco de violência ou presença de megaprojetos econômicos, tendo como fundamento jurídico os direitos previstos na Constituição e na Convenção 169 sobre propriedade coletiva e o direito fundamental constitucional à consulta prévia de povos indígenas e comunidades negras.

Ainda segundo Lima da Silva (2017), em relação ao direito de consulta prévia, as comunidades negras do Chocó têm organizações representativas que permitem recorrer ao

âmbito judicial: o *Consejo Comunitario del Alto Atrato* (COCOMOPOCA) e *Consejo Comunitario Mayor Asociación Campesina Integral del Atrato* (COCOMACIA). Com essas organizações pedem, por exemplo, ações de anulação de títulos de exploração mineiras que foram concedidos pelo Estado sem consulta prévia.

Assim, a Corte colombiana declarou a personalidade jurídica da Bacia Hidrográfica do Rio Atrato e determinou a sua proteção por uma Comissão de Guardiães, com representantes das comunidades e do Estado, assessorada por um painel de especialistas. A perspectiva biocultural, ou ainda, o *status* de “pessoa jurídica ecossistêmica”, da Corte colombiana fundamentou-se no Direito Ambiental e Cultural Internacional: Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992), Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), Declaração da OEA sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) e Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Além dessas normas internacionais, a Corte também se fundamentou nas normas constitucionais colombianas sobre direitos humanos, culturais e ambientais, para justificar a proteção integrada da diversidade biocultural. Baseou-se também nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (casos: Comunidad Yakye Axa, 2005; Comunidad Sawhoyamaya, 2006; e Comunidad Xákmok Kásek, 2010), que vincularam o direito à água com o direito à vida. Decidiu que a contaminação do Rio Atrato por empresas de mineração violava os direitos à água, segurança alimentar, sobrevivência física, cultural e espiritual das comunidades das ribeirinhas (NOVAES, 2017).

O Poder Público colombiano foi condenado a elaborar e executar, com a participação das comunidades ribeirinhas, planos de: (a) descontaminação da bacia hidrográfica e de recuperação dos seus ecossistemas; (b) neutralização e erradicação da mineração ilegal; e (c) recuperação das formas tradicionais de subsistência e alimentação. Determinou-se, ainda, que se realizassem estudos toxicológico e epidemiológico da bacia hidrográfica, bem como relatórios semestrais com indicadores do cumprimento da decisão (NOVAES, 2017).

Muito embora a situação seja bastante complexa e as ameaças à bacia ainda não tenham sido totalmente resolvidas, o caso da Colômbia é bastante importante para a presente discussão por dois motivos: apesar de a Colômbia não ter passado por uma completa mudança na constituição, as discussões legais da Colômbia participaram, e ainda o fazem, do movimento que intitulou-se novo constitucionalismo latino-americano – brevemente exposto nas páginas anteriores. Assim, a Colômbia passou por debates importantes e concretizou algumas ferramentas legais que agiriam como facilitadores de acordos pragmáticos, como o direito à consulta prévia livre e informada. Dessa maneira, muito embora a decisão de considerar o rio um sujeito tenha demandado profundas análises, foi precedida e potencializada por uma série

de discussões sobre propostas ferramentais para diálogo e acordos entre populações tradicionais e sociedade moderna. Tendo esse tipo de discussão em curso, a Colômbia conseguiu abrir um precedente legal ainda não previsto em sua constituição. E é também por mais este motivo que o caso colombiano é especialmente relevante para a presente pesquisa: porque a sujeitificação jurídica de um rio como solução não prevista na constituição, mas dentro dos moldes legais, serviu de jurisprudência para a primeira ação judicial brasileira que reivindica um rio pessoa.

## **2.9 Por que rios?**

Os três exemplos de casos de personalidade jurídica citados acima são de rios. O caso do rio Doce, que será tratado adiante, também é caso de um rio. De fato, os casos mais emblemáticos de personalidade jurídica de não-humanos no contexto de Earth Jurisprudence são de rios. Acredito que há algumas possíveis explicações para isso.

Em primeiro lugar, a água doce é considerada essencial à vida. Assim, os rios constituem importantes eixos de povoamento e esse é um fato milenar. Os rios são elementos chave na composição da paisagem e ocupação humana. Há, portanto, diversas ocupações humanas muito antigas ao longo das margens dos rios, o que faz com que muitos povos tradicionais tenham uma relação estreita com os rios. Isso corrobora com a inter-relação que existe entre a teoria de EJ e povos tradicionais sobre o direito e necessidade de se relacionar com entes naturais.

Em segundo lugar, é de fácil percepção a unidade da água - conceito bem explorado na sustentação da personalidade do rio Doce, como será visto posteriormente. Sucintamente, o conceito de unidade da água consiste na compreensão que todas as águas são uma só, isto é, que há um ciclo da água em que, a explicação científica nos diz, as moléculas de água alternam seu estado físico viajando geograficamente devido a diversos fatores, formando assim rios, chuvas, mares, nuvens, lençóis freáticos e etc. O ciclo da água é fundamental à existência do planeta Terra como o é hoje e para todas as formas de vida que nele estão. Uma boa parte, para não dizer todas, as explicações nativas também falam em unidade da água, inclusive da água que está dentro do nosso corpo humano. Penso que essa concepção nos ajuda a vê-la como sujeito.

O senso de unidade, portanto, é facilmente aplicado à água, porém o mesmo não acontece com montanhas, barreiras de corais ou outros elementos naturais. Também a ocupação humana é historicamente ligada a presença, proximidade, ausência e/ou distância de rios. Montanhas e outros elementos também têm sua influência extremamente significativa nos povoamentos, mas os rios são realmente um fator que se destaca, talvez pela importância vital que a água doce tem.

E, por fim, voltamos ao primeiro argumento. Os rios com suas águas doces e oxigenadas são inegavelmente vitais à vida e à vida humana. Por este motivo, influenciam as ocupações humanas. Também por este motivo, é necessária a proteção de rios e águas. Seja por vias que debatam técnica-cientificamente, por imposições jurídicas, por conhecimentos nativos, por generosidade ou por egoísmo, sujeitificando ou objetificando é consenso que os rios devem ser protegidos.

### **3 A NATUREZA CONTRA A SOCIEDADE: A TENTATIVA AMBIENTALISTA DE PROTEGER A INTEGRIDADE NATURAL**

"O maior sortimento de aliados mal entrosados desde as Cruzadas; jovens e velhos, radicais de esquerda e de direita, liberais e conservadores, humanistas e cientistas, ateus e teístas."

(Revista New Republic - 1970, ao descrever o movimento ambientalista estadunidense)

Especialmente desde o início do milênio, as temáticas ambientais elevaram-se às discussões mais críticas para a humanidade porque a degradação da vida tomou tamanha proporção que afeta as condições de sobrevivência na Terra (DIEGUES, 2000; VIVEIROS DE CASTRO, 2002). A destruição do mundo, ou de mundos, tornou-se um problema de todos e trouxe variadas respostas. A uma dessas respostas é dedicado este capítulo: ao ambientalismo.

O ambientalismo cresceu enormemente e influenciou não só diversas linhas filosóficas, como toda uma etapa da história humana. À vista disso, para a presente dissertação se faz necessária a fundamentação teórica do ambientalismo e o reconhecimento e análise de algumas das suas contribuições às questões aqui levantadas e contemporaneamente discutidas.

O ambientalismo é orientado pelo naturalismo. Portanto, o ambientalismo é alinhado com a ciência moderna e procura a descrição verossímil da natureza, explicando-a segundo princípios das ciências brutas, como a física, a química, a biologia e suas derivações. Interpreta a regência dos fenômenos naturais como um conjunto que regras universais que são independentes da existência da espécie humana. Assim, o ambientalismo opera dentro da cosmovisão ocidental moderna orientada pelo dualismo entre natureza e cultura (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; CREADO; FERREIRA, 2011).

O ambientalismo começa quando, percebendo que práticas da modernidade poderiam ser cruéis e danosas, surgiram grupos de pessoas dispostas a fazer algo a respeito, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esse processo foi gradual, alternando períodos de expansão e de sonolência. O movimento não começou em um país para depois espalhar-se em outro. Pipocou em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes – unidos conceitualmente, é claro, em suas respostas a temas como devastação de ambientes naturais ou crueldade animal (MELOSI, 2015; MCCORMICK, 1992).

Uma análise reta da história do ambientalismo poderia conduzir à afirmação de que a conservação como descrita hoje foi uma contribuição dos Estados Unidos da América, sugerindo que os parques nacionais são uma "invenção" estadunidense (ISA, 2017;

MCCORMICK, 1992). De fato, o primeiro parque nacional do mundo foi o Parque Nacional Yellowstone e certamente este conceito foi criado por George Catlin na década de 1830, mas na realidade o conservacionismo estadunidense foi muito influenciado pelas técnicas alemãs de manejo florestal e pela conservação praticada em algumas partes da Europa - e nas então colônias, África do Sul e Índia - antes de surgir nos Estados Unidos. O importante é entender o ambientalismo como um movimento multifatorial complexo em que cada pessoa, grupo ou região geográfica sofrerá influências múltiplas e tentará, à sua maneira, utilizar-se de conceitos aplicáveis a uma conjuntura particular.

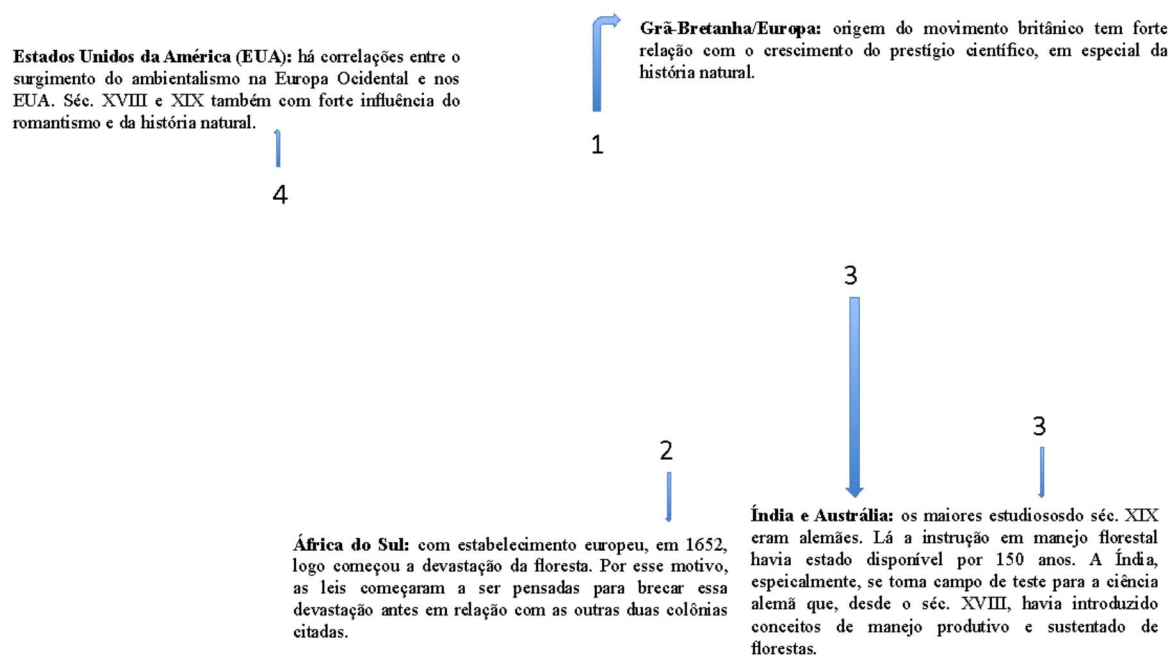
Para se compreender o ambientalismo como um movimento global será necessário passar, mesmo que muito resumidamente, pelos movimentos surgentes nas potências do séc. XVIII ao séc. XIX, pois estes compõem o espaço e o tempo em que se estabeleceram as referências ambientalistas mundiais. Depois disso, explanar-se-á sobre o contexto dentro das fronteiras que delimitam o Brasil. Como dito, há tantos “ambientalismos” quantas são as singularidades circunstanciais de cada região do globo. No entanto, por motivos de recorte metodológico, nos atentaremos aos influenciadores do movimento brasileiro.

### **3.1. O ambientalismo nas potências dos sécs. XVII – XIX**

Os primeiros olhares serão voltados para Europa e Estados Unidos da América. A conjuntura da Grã-Bretanha foi especialmente importante para influenciar as bases do ambientalismo, sendo muitas das ideias europeias testadas nas colônias – principalmente África e Ásia. Os Estados Unidos, com poder econômico e influenciador – especialmente sobre América Latina e, particularmente, sobre o Brasil - é uma referência inevitável para o entendimento do ambientalismo atual.



**Figura SEQ Figure \\* ARABIC 2.** Mapa elaborado pela mestranda com alguns acontecimentos que marcaram o início da história do ambientalismo. Fonte do mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Fonte dos dados: Melosi (2015) e McCormick (1992).



### 3.1.1 A Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América

Pode-se definir quatro grandes influenciadores do movimento ambientalista:

- Estudo da história natural;
- Romantismo;
- A luta contra a crueldade com os animais;
- Surgimento de grupos ambientalistas privados e seus esforços para criação de áreas protegidas.

Embora haja a diferença fundamental de que os Estados Unidos foi colônia britânica e, portanto, as circunstâncias em que as coisas aconteceram foram obviamente de uma outra perspectiva, existem muitas correspondências entre o ambientalismo nascente nos Estados Unidos da América (EUA) e na Grã-Bretanha.

A primeira influência importante sobre o ambientalismo foi o estudo da história natural. Em 1864, nos EUA, foi publicado *Man and Nature*, de George Perkins, que rapidamente tornou-se um *best-seller* que influenciou pensadores de vários países. O livro de Marsh demonstra que a destruição e o desperdício de recursos naturais tornariam a Terra inabitável para os seres humanos. Assim, além da popularização do interesse pela história natural, o crescimento da dedicação científica a esses estudos revelou muito sobre as consequências da relação de exploração da natureza. Isso mais tarde levaria a reivindicações para a criação de áreas que fossem resguardadas da vida industrial (MELOSI, 2015; MCCORMICK, 1992).

Mais tarde, ficaria claro que a disciplina foi a grande inspiradora, e diria até a articuladora, do movimento ambientalista. Estes curiosos historiadores frequentemente compartilhavam um conjunto comum de valores, incluindo uma visão de mundo biocêntrica, a crença no valor intrínseco da natureza e fé no equilíbrio ecológico (MELOSI, 2015). Esses últimos traços evidenciam influência do então nascente romantismo na visão científica da época e mesmo décadas mais tarde.

O século XVIII, já com outros componentes culturais, traz uma mudança importante no padrão de percepção do mundo natural. Trata-se do fenômeno das “novas sensibilidades”, sendo um traço cultural de valorização da natureza. Irá se reafirmar como movimento romântico europeu do século XIX e, na perspectiva de uma tradição de longa duração, ainda é presente. O romantismo, então, surge naquela que futuramente seria a Alemanha e na Inglaterra, expressando sentimento de aversão ao modelo industrial e à vida urbana (CARVALHO, 2009).

A mesma essência do zelo humanitário que impulsionou o movimento antiescravagista logo gerou um dos eventos mais marcantes do ambientalismo britânico: a cruzada contra a crueldade com os animais. A partir de 1850, especialmente na Grã-Bretanha, começa um intenso movimento contra a vivissecção - prática científica de estudo que consiste em dissecar um animal-não-humano vivo -, a caça esportiva, o uso de pele e plumagem para roupas e o treinamento e exposição circense de animais. A crueldade contra animais era vista como a expressão dos elementos mais “primitivos” da natureza humana. De certa maneira, a restrição a práticas cruéis com os animais era também interpretada como um modo de zelar pela ética de uma sociedade e/ou da humanidade (MCCORMICK, 1992)<sup>36</sup>.

A certa altura, era óbvio que a indústria e as urbanidades não davam suporte ao bem viver humano, e isso trouxe o contra-movimento de valorização da vida no “campo” e próximo a florestas. Foi então que, em 1865, surgiu o primeiro grupo ambientalista privado do mundo:

---

<sup>36</sup> A história desse movimento, como de tantos outros, é contada por meio de marcas intercaladas com indignação popular, até que, lenta e complexamente, são vistas mudanças. Por isso, não coincidentemente, períodos de avanços em certos aspectos estão atrelados a episódios lamentáveis, que, por vezes, ainda são lembrados como símbolo de uma luta e/ou causa determinada.

a “*Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*” que objetivava a criação de espaços verdes. Em 1926 foi criado o “*Council for the Preservation<sup>37</sup> of Rural England*” (CPRE), fundado para promover a legislação, orientar os proprietários de terras para que todos pudessem se interessar pela preservação do interior do país (CPRE, 2017). Ainda que na Grã-Bretanha a primeira “área verde protegida” tenha sido criada em 1888, em Norfolk Broads, o período da Segunda Guerra foi um tempo de dormência e, depois da guerra, os parques britânicos ganharam diferentes conotações e foram delineados com diferentes objetivos. Mais vistos como espaços em que se preserva a beleza da terra e estilos de vida tradicionais do que de proteção de espécies e ambientes (CPRE, 2017).

Nos EUA, em 1872, foi criado o famoso Parque Nacional<sup>38</sup> de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo. O principal motivo foi sua incontestável beleza cênica, paisagem composta de formações geológicas formidáveis. Logo depois, em 1890, foi criado o Parque Nacional de Yosemite, a primeira área conscientemente designada à proteção de ambientes naturais e sua integridade ecossistêmica (ISA, 2017; HAAG, 2010).

A implementação de Yellowstone e Yosemite e as discussões do momento deram subsídio às ideias conservacionistas que foram seguidas em outros países. Em 1885, o Canadá criou seu primeiro parque nacional, a Nova Zelândia o fez em 1894, e a África do Sul e a Austrália, em 1898. Na América Latina, o México criou sua primeira área protegida em 1894; a Argentina, em 1903 e o Chile em 1926 (ISA, 2017).

Nos EUA, o movimento ambientalista começou a realmente aparecer no final do séc. XIX, com duas linhas diferentes: os preservacionistas, tendo como representante Muir. Influenciados pelo romantismo, eram motivados mais pela emoção e acreditavam que as áreas naturais de grande beleza cênica deveriam ser protegidas de todo fim que não fosse recreativo ou educacional. Do outro lado, os conservacionistas, seguidores de Pinchot<sup>39</sup>. Esses eram movidos mais por uma ciência cartesiana, baseando-se nas técnicas alemãs de manejo florestal (HAAG, 2010; MCCORMICK, 1992).

Segundo McCormick (1992), a linha dos conservacionistas foi a que mais obteve sucesso, muito graças ao apoio do então vice-presidente Theodore Roosevelt, que em muito concordava com as ideias de Pinchot, que se tornou uma espécie de “secretário de estado para

---

<sup>37</sup> Mais tarde “Protection” ao invés de “Preservation”: *Council for the Protection of Rural England*.

<sup>38</sup> Antes do séc. XIX, a ideia de se reservar determinados espaços tinha, originalmente, ao menos duas principais motivações: a preservação de lugares sagrados, nos quais o uso e mesmo a presença humana eram proibidos, como as florestas sagradas na Rússia e a manutenção de estoques de recursos. Esta última, a manutenção de estoques de recursos naturais estratégicos também é antiga. Reservas reais de caça já aparecem nos registros históricos assírios de 700 AC. Os romanos já se preocupavam em manter reservas de madeira que visavam à construção de navios, dentre outros produtos. Na Índia, reservas reais de caça foram estabelecidas no século III (ISA, 2017).

<sup>39</sup> Gifford Pinchot: pensilvaniano que havia estudado manejo florestal na Europa, onde aprendeu que as florestas tanto poderiam ser protegidas quanto administradas para aproveitamento sustentado.

a conservação". O cerne dessas ideias era trazer a tradição da agricultura progressista para a administração das terras públicas, particularmente das florestas. Não à toa a Divisão de Manejo Florestal foi criada dentro do Departamento de Agricultura em 1876, muito embora não tivesse grandes poderes (MCCORMICK, 1992; JOHNSON, 2005)<sup>40, 41</sup>.

### 3.1.2 Marcos globais para o surgimento do ambientalismo

Em termos globais, houve ao longo do século XX um progresso técnico em relação à forma de lidar com as intervenções que resultavam em danos ambientais. Há eventos que realmente marcaram o ambientalismo como um todo, não necessariamente direcionaram o caráter do ambientalismo em um determinado local e sim extrapolaram fronteiras geográficas e tornaram-se referências mundiais.

Tido por muitos como o livro fundador do ambientalismo mundial, *Silent Spring* (nos países de língua portuguesa: Primavera Silenciosa) é um livro escrito pela Rachel Carson e publicado pela editora Houghton Mifflin em setembro de 1962. É um alerta para os perigos do uso indiscriminado de pesticidas. Embora hoje seja leitura obrigatória da bibliografia de referência de disciplinas voltadas ao estudo ambientalista, à época de seu lançamento a obra foi duramente combatida. As empresas químicas logo se opuseram às colocações de Rachel em *Silent Spring* e articularam a difamação da autora e do livro. Interessante notar a forma moderna de pensar o domínio das forças naturais pela ciência que orienta as profissões, principalmente na época, como “biólogos, químicos e cientistas”.

A srta.<sup>42</sup> Carson sustenta que o equilíbrio da natureza é a força principal na sobrevivência do Homem apesar de os químicos modernos, os biólogos modernos e os cientistas modernos acreditarem que o Homem está gradualmente controlando a natureza (WHITE-STEVENSON *apud* QUARATIELLO, 2004, p. 112).

---

<sup>40</sup> O conservacionismo estadunidense é correlato ao progressismo que fortemente influenciou as práticas políticas no país, especialmente no início do séc XIX. Esse viés nasceu de técnicos e/ou especialistas, profissionais notadamente empenhados em trabalho de campo e escrita científica. Por esta característica, não houve grandes críticas vindas do conservacionismo ao grande empresariado americano. É bem verdade que há, nas expressões ambientalistas da época, forte preocupação com a justiça econômica e o desperdício. No entanto, essa preocupação não é engajada socialmente, com manifestações populares que desaprovam o sistema industrial, como aconteceu na Grã-Bretanha – ambientalismo mais composto por amadores do que por profissionais (MCCORMICK, 1992).

<sup>41</sup> Entre 1891 a 1914, parques nacionais, como Yosemite e Yellowstone, estavam sob proteção do exército estadunidense, o que resultou em uma convergência histórica – que aconteceu também em outros países, como no Brasil - entre exército e conservação. Naturalmente, os regimentos de soldados negros utilizados na colonização do Oeste, acostumados com o “selvagem”, é que faziam a proteção das áreas naturais e asseguravam o turismo e divertimento da população norte-americana. Assim, os parques nacionais dos EUA passam a também ser protegidos pelos chamados *buffalo soldiers* (JOHNSON, 2005). Obviamente, o objetivo desta nota histórica não é questionar o esforço de proteção de áreas naturais, mas sim trazer a reflexão sobre a lógica progressista constitutiva do conservacionismo nos EUA.

<sup>42</sup> Atenção para o sarcasmo de “miss” (traduzido como “senhorita”), já que Carson tinha, à época, 55 anos (BONZI, 2013).

No entanto, os estudos de Carson influenciaram a política de uso de pesticidas e, anos depois, o DDT (sigla de diclorodifeniltricloroetano) e outros pesticidas foram proibidos nos Estados Unidos. Postumamente, Rachel recebeu a Medalha Presidencial da Liberdade, em 1980 (BONZI, 2013).

Uma das primeiras manifestações de preocupação a respeito da conservação de recursos naturais de âmbito internacional foi uma reunião em que, à convite do italiano, gestor da Fiat e Olivetti e diretor da Italconsult, Aurélio Peccei e do escocês, cientista, Alexander King, um grupo de aproximadamente 30 pessoas de diversos países discutiram e analisaram os limites do crescimento econômico, considerando o uso crescente dos recursos naturais. Essa reunião, ocorrida em Roma na década de 60, foi a inauguração do famoso Clube de Roma (BREDARIOL, 2001).

Este grupo ganhou notoriedade no ano de 1972, quando pesquisadores liderados por Dennis L. Meadows elaboraram um relatório que fazia uma projeção por meio de modelagem matemática para cem anos e concluíram que para atingir a estabilidade econômica e respeitar a finitude dos recursos naturais seria necessário congelar o crescimento da população global e do capital internacional – especialmente o industrial (MEADOWS, 1972). A tese do Crescimento Zero era uma afronta às teorias de crescimento econômico contínuo da época – que vigoram até os dias atuais. Este relatório, denominado “Os Limites do Crescimento” ou “Relatório de Meadows”, vendeu muitos milhões de exemplares e foi traduzido para 30 idiomas, tornando-se um dos documentos mais vendidos sobre meio ambiente no mundo. Este documento influenciou enormemente as discussões também tônicas na Conferência de Estocolmo.

Na década de 70 é que efetivamente se consolida uma movimentação mundial a nível político em relação ao “meio ambiente”. O Dia Internacional do Meio Ambiente, 05 de junho, foi instituído na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (em inglês *United Nations Conference on the Human Environment*), mais conhecida como Conferência de Estocolmo. Foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 na capital da Suécia, Estocolmo, para discutir questões relacionadas à degradação ambiental (MELOSI, 2015).

Como destaque global, vale citar que, muito anteriormente, a criação do parque de Yellowstone é também um fato notável, mas a verdade é que mesmo cinquenta anos depois disso ainda não havia uma definição reconhecida sobre os objetivos de parques nacionais. O “boom” dos parques nacionais foi bem mais tarde, entrelaçado com diretrizes ambientais e conservacionistas foram estabelecidas em grandes eventos que envolviam várias nações.

Pode-se dizer que o ambientalismo foi uma reação à degradação da vida em geral e o impulso foi de tentar salvaguardar tudo aquilo que pertencia ao domínio de natureza, segundo

o naturalismo: os animais, as plantas e o cenário em que estes viviam. Essa proteção foi baseada na tentativa de controlar as ações humanas, em nível individual ou de nações, sobre o meio ambiente.

### 3.2 O ambientalismo brasileiro

“Isso você não consegue. Já está tudo estabelecido e é fatal que as Sete Quedas desapareçam.”

(Resposta de Mário Behring, presidente da Eletrobrás, ao pedido do almirante Belart sobre baixar alguns metros no projeto da represa de Itaipu para poupar as Sete Quedas; URBAN, 2001)

Com diferenças em relação à colonização de povoamento ocorrida dos EUA, aqui as consequências desse processo tiveram proporções talvez mais dramáticas. É a partir da colonização moderna e contra ela que surgiram e se fortaleceram, ao longo das décadas, movimentos que lutam pela natureza e por direitos dos povos. Com grande esforço e avanços modestos, nesse período houve conquistas, evidentemente (SOUZA FILHO, 2017).

O jurista, político e pensador Alberto Torres (1865-1917) foi o primeiro brasileiro a usar o termo conservação, incluindo-o na sua proposta de uma nova Constituição. No entanto, diferentemente da bipolaridade do ambientalismo estadunidense, entre conservacionistas e preservacionistas, o que havia no Brasil era uma combinação de romantismo, ciência e nacionalismo. Conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis no Brasil. Para os ambientalistas, a natureza deveria ser protegida, tanto por meio de técnicas de manejo florestal produtivo, como objeto de estudo científico ou devido à beleza cênica. Portanto, qualquer estímulo ao “conservacionismo” refletia naturalmente no fortalecimento do ambientalismo brasileiro como um todo (HAAG, 2010). É bem mais tarde, nos anos 2000, que o movimento brasileiro também se tornará desunido, graças ao divórcio entre conservacionistas e socioambientalistas. Esses dois movimentos têm marcas importantes, com traços que serão analisados mais adiante.

A “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza” foi convocada em 1933, no Rio de Janeiro, então capital da República, e quem assina o convite é o jornalista e poeta paranaense Leôncio Correia, em nome da Sociedade dos Amigos das Árvores<sup>43</sup>, que, no papel de presidente do comitê executivo da conferência, chama políticos e grandes cientistas para

---

<sup>43</sup> A Sociedade dos Amigos das Árvores foi fundada dois anos antes pelo botânico e Diretor do Museu Nacional, Alberto Sampaio, que foi um dos pioneiros a realizar estudos sobre o uso descontrolado de recursos naturais no país. Além de Sampaio e Leôncio, a Sociedade contava com outros segmentos importantes advindos das esferas científica, política e cultural da época. Muito embora houvesse intelectuais preocupados com questões de cunho ambiental, o tema não contava com grande comoção ou popularidade (URBAN, 2001).

discutir a defesa do que chamaram de “fontes de vida” (URBAN, 2001). Essa primeira conferência realizada rendeu bons frutos e, no ano seguinte, foi elaborado o primeiro Código Florestal Brasileiro, que trazia conceitos de proteção de beira de rios e áreas demasiadamente inclinadas. Também foi influenciada a legislação sobre patrimônio histórico e artístico que, em 1937, passou a contemplar também áreas naturais (URBAN, 1998; NOGUEIRA-NETO, 2010).

O conservacionismo brasileiro começa a ganhar corpo em 1958, quando cientistas, políticos e jornalistas criaram a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Foi por conta da atuação da FBCN, particularmente das discussões sobre proteção da floresta amazônica, que o ambientalismo ganhou o apoio da Marinha Brasileira<sup>44</sup> - que já fazia a fiscalização da região amazônica (URBAN, 2001; DOUROJEANNI, 2006). Além de tantos esforços ambientalistas, dois integrantes da Marinha foram especialmente destacados no ambientalismo brasileiro: almirantes Belart e Ibsen de Gusmão Câmara. Ambos demonstravam apreço pelas coisas da natureza e dedicaram suas vidas à luta ambientalista no país (URBAN, 2001; DOUROJEANNI, 2006).

Importante considerar que de 1964 a 1985 o Brasil viveu uma ditadura militar. Embora houvesse o envolvimento de alguns militares no ambientalismo brasileiro, houve lutas ambientalistas que tinham o caráter que contestação, sobretudo, do próprio regime autoritário. O ambientalismo brasileiro na época reunia muitos militantes de esquerda, com convicções marxistas. Um episódio exemplar foi a briga contra a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma das obras centrais do plano desenvolvimentista estabelecido pelo regime militar. Segundo Urban (2001) e Alonso, Costa e Maciel (2007), esse caso explicita a conexão do movimento ambientalista em suas origens com o movimento pela Redemocratização, iniciado na segunda metade dos anos 1970. Mais precisamente, segundo a análise de Alonso, Costa e Maciel (2007), que veem o ambientalismo à luz da Teoria do Processo Político<sup>45</sup>, o início do processo de Redemocratização foi justamente a oportunidade política que o ambientalismo esperava para manifestar suas demandas na arena pública.

---

<sup>44</sup> O ambientalismo brasileiro seguiu os passos dos EUA criando medidas protecionistas também que envolviam proteção militar. No entanto, diferentemente dos EUA, o ambientalismo no Brasil era realmente uma mistura de classes diversas da sociedade desde o início, recrutando desde profissionais técnicos e empresários até artistas de rua e estudantes de esquerda.

<sup>45</sup> A Teoria do Processo Político diz que movimentos sociais surgem geralmente quando ocorrem mudanças políticas que aumentam as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem, abrindo ou criando novos canais para expressão de reivindicações (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

### 3.2.1 O surgimento do licenciamento ambiental brasileiro

O processo de licenciamento ambiental nasce da percepção de que havia a necessidade de se estabelecer critérios mínimos para implementação de empreendimentos que potencialmente causariam grandes impactos ambientais. Hoje considerado um importante instrumento de proteção de ecossistemas, o licenciamento ambiental se desenvolveu como uma resposta do conservacionismo à lógica destrutiva do grande capital.

Essa ideia, baseada na raiz dualista do naturalismo, surge em um momento histórico em que estava em voga a conciliação de dois conceitos aparentemente incompatíveis: a sustentabilidade e o desenvolvimento; a natureza e o homem. Em termos gerais, a natureza e seus limites naturais, de um lado; do outro, o homem e suas praticamente irrestritas ambições.

A história do licenciamento ambiental é marcada por contradições e conflitos que vão para além da dimensão governamental, sendo alvo de disputas de diferentes setores da sociedade, alternando entre as esferas pública e privada. Segundo Costa, Felipe e Reis (2016), talvez estas disputas sejam sintomáticas e reflitam o potencial de verdadeiramente ordenar, ou incomodar, o progresso bárbaro. Assim, muito embora seja pautado em critérios puramente técnicos, o licenciamento ambiental é frequentemente um “ato político”<sup>46</sup>.

Os Estados Unidos foram os que primeiro utilizaram Estudos de Impacto Ambiental (em inglês: *Environmental Impact Assessment* ou *Environmental Impact Statement*) como resposta às pressões da sociedade diante das grandes questões da época. Regulamentada pela *National Environmental Policy Act* (NEPA), a exigência destes estudos entrou em vigor em 1970 e foi considerado um marco mundial no avanço de tratamento das questões ambientais (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

A partir de meados dos anos 60, bancos e agências internacionais de fomento ao desenvolvimento passaram a condicionar os empréstimos e auxílios para projetos de grande porte à Avaliação de Impactos Ambientais – AIA. A primeira exigência de AIA foi no Brasil no início dos anos 70, quando o Banco Mundial requereu a realização de estudos ambientais e avaliação de impactos para o financiamento do projeto da Hidrelétrica de Sobradinho (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

O que chamamos no Brasil de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)) é um dos instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente e foi instituído pela Resolução CONAMA N.º 001/ 86, de 23/01/1986, fazendo parte do conceito envolvido nos licenciamentos ambientais. Outros países estavam

---

<sup>46</sup> Licenciamento como “ato político” é uma expressão utilizada por Costa, Felipe e Reis (2016).



indo na mesma direção e tem seus instrumentos análogos ao EIA/RIMA e processos de licenciamento.

O início dos anos 70 foi muito influenciado pelas discussões da Conferência de Estocolmo e, no Brasil, um reflexo importante foi a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), para lidar com assuntos ambientais na esfera federal (SOUSA, 2005; COSTA; FELIPPE; REIS, 2016). Pouco tempo depois, considerado o episódio Hidrelétrica de Sobradinho, veio a regulamentação do licenciamento ambiental no Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1975) e, em seguida, a obrigatoriedade da realização de estudos especiais de alternativas e de avaliações de impacto para a localização de polos petroquímicos, cloroquímicos, carboquímicos e instalações nucleares, definida pela Lei nº 6.803/80 COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

Em 1981, foi instituída a “Política Nacional do Meio Ambiente”, Lei Federal 6.938/1981 (BRASIL, 1981), que gerou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Com a incumbência de fiscalizar e promover a proteção ao meio ambiente, este coloca a AIA como uma das suas principais ferramentas. Costa, Fellipe e Reis (2016) demonstra que esta lei foi fundamental para o país por estabelecer pontos conceituais que até hoje regem outras leis ambientais brasileiras. Tamanho foi o destaque da AIA que dois anos depois o licenciamento ambiental foi regulamentado pelo Decreto Federal n. 88.351/83 (BRASIL, 1983). Nos anos seguintes, há o esforço de estabelecer-se os critérios e diretrizes gerais para a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) voltados a empreendimentos com significativo potencial de impacto ambiental conforme Resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 1986), que foram reforçados pela Constituição de 1988.

Foi após o trabalho de quase uma década que, em 1990, os estudos ambientais com esse caráter passaram a integrar na prática processos de licenciamento ambiental (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016; SOUSA, 2005). A Conferência Rio 92 pautou-se no conceito de desenvolvimento sustentável e colocou-o como novo paradigma para cooperação internacional. Produto desta conferência, a Agenda 21, trouxe diretrizes para o equilíbrio do triângulo que define esse tipo de desenvolvimento: economia-ecologia-equidade social. Uma das medidas brasileiras foi a Resolução CONAMA 237/97 (CONAMA, 1997) que alterou profundamente o regime de licenciamento vigente desde a Resolução CONAMA 001/86, passando a exigir licenciamento ambiental a todas as atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras, e não apenas as de significativo impacto ambiental. Desde então, os estudos necessários para a realização de AIA seriam definidos pela agência ambiental responsável com participação do empreendedor, procedimento que permanece até os dias atuais. Esta Resolução também traz as

definições legais de Licenciamento Ambiental, Licença Ambiental e Estudos Ambientais (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental<sup>15</sup>: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.” (CONAMA, 1997:, p. 01)

### 3.2.2 O divórcio ambientalista no Brasil

Não destruir as florestas; os rios, que são nossos irmãos, pois esses territórios são sítios sagrados do nosso povo, morada do Criador, que não podem ser violados (Declaração final do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira – PA; DIEGUES, 2000).

Resgatando um assunto que foi trazido no capítulo anterior, houve um momento no Brasil em que ocorreu uma tremenda expansão das fronteiras agrícolas e uma mudança extrema na maneira de praticar agricultura. Esse processo é chamado “revolução verde”. Isso causou o apertamento de povos, comunidades e famílias que viviam espacialmente às margens da modernidade (SOUZA FILHO, 2016). Começou, então, a surgir no Brasil um “novo” tipo de ambientalismo, mais ligado às questões sociais e ao que hoje chamamos de comunidades tradicionais ou povos originários. Esse novo ambientalismo começa a propor a participação dos povos tradicionais no planejamento e gestão de ações de conservação (DIEGUES, 2000). Naquela época, evidentemente, os atores desses movimentos não se intitulavam “ambientalistas”, mais tarde é que se revelaria essa conexão.

O fato é que esses povos que estavam – e ainda estão – sendo expulsos, via de regra, se diferenciavam da sociedade ocidental por terem uma relação outra com seus territórios, espaços de vida, e com o que nós chamamos de natureza. Esses povos necessitam de um território que permita que manifestem um outro tipo de relação com a natureza. É então que a natureza passa

a ser a aliança, e o grito comum, entre diferentes grupos (SOUZA FILHO, 2017). Começam então a surgir pautas relacionadas a direitos dos povos e direitos da natureza, e a se configurar correntes diferentes no ambientalismo, mas ainda não tão maduras e nítidas quanto atualmente.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A lei federal 9.985 (BRASIL, 2000), aprovada em 2000, que instaurou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>47</sup>, visou regulamentar o artigo 225, da Constituição Federal. O SNUC tem a finalidade de aprimorar juridicamente o processo de planejamento e gestão justamente de unidades de conservação (UCs). Com doze categorias de manejo distintas, o objetivo maior das UCs é de conservação *in situ* da biodiversidade e dos aspectos culturais humanos associados (MEDEIROS; YOUNG, 2011).

Foi no processo de elaboração e constituição do SNUC que surgiu o socioambientalismo, especialmente no debate sobre unidades de conservação<sup>48</sup> (UCs) (SOUZA FILHO, 2017). Creado e Ferreira (2011) se utilizam da interessante metáfora do caleidoscópio para discorrer sobre o caso do SNUC, retratando que à medida em que as negociações e embates aconteciam, ocorriam também mudanças na configuração dos argumentos e posições ambientalistas. Ponderam que não há dicotomia absoluta, dois grupos absoluta e exatamente opostos, mas essa dualidade de oposição torna-se marcante em certas ocasiões, no plano discursivo e em algumas arenas decisórias.

Conformaram-se, então, dois conjuntos de posições ambientalistas, formando dois grupos: 1. os conservacionistas (ou ambientalistas propriamente ditos): baseiam-se em valores científicos e/ou estéticos atribuídos a áreas naturais como um todo – paisagens de grande beleza cênica, por exemplo - e/ou a parte(s) de seus elementos - como uma espécie ameaçada de extinção; e 2. os socioambientalistas: defendem direitos de grupos sociais, sobretudo dos que se convencionou denominar povos, comunidades ou populações tradicionais, e elementos naturais associados a estes grupos (DIEGUES, 2000; CREADO; FERREIRA, 2011).

<sup>47</sup> A categoria “Unidade de Conservação” é uma particularidade brasileira. Internacionalmente, deve-se referenciá-las simplesmente como “áreas protegidas”. Outra particularidade nacional é a existência das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais que poderiam, igualmente, incluir-se no termo “áreas naturais protegidas” (CREADO; FERREIRA, 2011).

<sup>48</sup> Houve alguns eventos que fortaleceram o movimento ambientalista como um todo a despeito dessa divisão que se formaria, como a Conferência das Nações Unidas a respeito do Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. No contexto pós da Rio-92 houve uma explosão da produção intelectual nessa área porque muitos especialistas de diversos campos começaram a voltar seus estudos à problemática ambiental, motivados pela maior facilidade de financiamento para pesquisas e pela ampla visibilidade do tema (ALONSO; COSTA, 2002).

No Brasil, uma boa parte do movimento socioambientalista é impulsionado por juristas que defendem, em diferentes esferas, povos tradicionais. Ao defender os direitos e interesses de diversos povos, esses juristas tiveram que lidar e tentar compreender inusitadas cosmovisões. Nesse ponto, o socioambientalismo por vezes se aproxima das discussões antropológicas contemporâneas sobre natureza-cultura inspiradas na multiplicidade de cosmovisões nativas.

### 3.2.2.1 O socioambientalismo

É inegável o esforço dos conservacionistas na proteção aos recursos naturais. Trabalhos de campo exaustivos, batalhas políticas árduas e profissões frequentemente desvalorizadas, esses profissionais em sua maioria o fazem por convicção. As ciências naturais, sobretudo a Biologia, ensina sobre a interdependência entre todos os seres da natureza. No entanto, um dos pontos críticos do conservacionismo talvez se refira à crença de que os estudos de natureza devam exclusivamente se dar em sua dimensão técnica científica (DIEGUES, 2000). Em muitas situações, a ciência moderna apresentou e ainda pode apresentar excelentes soluções, no entanto, criamos um problema ao acreditar que essa é a visão absoluta da “realidade” e ignoramos outras possibilidades.

Ademais, a legislação voltada à proteção da natureza é baseada quase unicamente em critérios técnicos. No Direito Ambiental, conforme reconhecem autores como Cavedon e Vieira (2007), a relação entre a norma ambiental e os conhecimentos técnico-científicos referentes às Ciências Naturais é que direcionam o conteúdo da normativa ambiental. Desta maneira, a normativa ambiental, orientada pelo naturalismo, entendendo a natureza enquanto exterioridade autônoma, encontra desafios em situações extremamente recorrentes em que ecossistemas já foram ou ainda são habitados ou manejados por diferentes povos, manejo este baseado em outros conhecimentos que não o científico (DIEGUES, 2000)<sup>49</sup>.

Essas situações frequentemente são geradoras de diversas configurações de conflitos jurídico-socioambientais que demandam a revisão e adequação dos instrumentos jurídico-ambientais, por se referirem a direitos e interesses difusos. Como expõe Cavedon e Vieira (2007), a vinculação exclusivista de parâmetros técnico-científicos à lógica jurídica tradicional de resolução de conflitos a partir da dogmática jurídica pode fazer com que o Direito Ambiental, engessado no Direito tradicional, apresente limitações e insuficiências para lidar com a complexidade da questão ambiental. Ainda segundo os autores, o Direito Ambiental constitui um sub-sistema que deve ter liberdade para operar mesmo dentro do sistema jurídico devido à

---

<sup>49</sup> Diegues (2000) atenta para ideia de uma <<wilderness>> onde o homem é somente um visitante é corriqueiramente uma representação urbana de uma natureza longínqua.

especificidade do seu objeto, dos seus fins e dos valores que preconiza. Analisam que o Direito Ambiental não opera dentro da perspectiva de direitos subjetivos e interesses individuais, conforme o Direito tradicional. Deve transpor o indivíduo, tendo como foco interesses difusos e tem como sujeito a coletividade e, em alguns aspectos, a humanidade. Deve transcender também a escala temporal visto que zela pelos direitos das futuras gerações. Por fim, os valores salvaguardados pelo Direito Ambiental não devem corresponder aos valores típicos do mercado ou da concepção utilitarista e sim trabalhar com valores imateriais, tendo como foco último a própria vida nas suas dimensões biológica e cultural.

É nesse ínterim que o socioambientalismo, impulsionado por juristas, principalmente do âmbito do Direito Ambiental, propõe o socioambientalismo como novo paradigma jurídico. Corroborando com a afirmação de que os critérios técnicos são muito importantes, mas que não podem ser fator de aprisionamento das ferramentas jurídicas, Souza Filho (2002) explica que o novo paradigma jurídico transformaria políticas públicas em direitos coletivos e definiria o objeto desse novo Direito como os “bens socioambientais” enquanto bens jurídicos tutelados. Seriam esses bens:

Todos aqueles que adquirem essencialidade para a manutenção da vida de todas as espécies (biodiversidade) e de todas as culturas humanas (sociodiversidade). Assim, os bens ambientais podem ser naturais ou culturais, ou se melhor podemos dizer, a razão da preservação há de ser predominantemente natural ou cultural se tem como finalidade a bio ou a sociodiversidade, ou a ambos, numa interação necessária entre o ser humano e o ambiente em que vive (SOUZA FILHO, 2002, p.38).

Interessante notar que estudiosos que propõem o socioambientalismo como novo paradigma jurídico, ou ainda, que bebem de fontes socioambientalistas para pensar o Direito, estabelecem conexões ou redes de trabalho junto ao, ou dialoguem com, o novo constitucionalismo latino-americano e as discussões envolvidas nessa temática. De fato, o cerne desses debates está em tentar concretizar uma aproximação jurídica em alguns pontos entre as ontologias nativas e a moderna, o que estamos aqui chamando de acordos pragmáticos.

Pode-se observar que o ambientalismo, fruto do naturalismo, depende de um grupo de pressupostos orientados pela dualidade natureza-cultura. O ambientalismo, a princípio sem questionar essa divisão central, interpreta o homem e a sociedade como maléficos a uma natureza externa e independente de nós humanos. No entanto, admite que somos dependentes da natureza. Embora encoberta pela cultura, também haveria uma parte natureza em nós. Contudo, o que nos tornaria não completamente natureza seria a cultura, privilégio humano. A natureza naturalista é um campo ontológico regido por leis próprias; a física, a química e a biologia são as ciências que tentam, segundo determinado método, descobrir essas leis da

natureza. Na tentativa de salvar a natureza da exploração humana, e por consequência salvar a nós mesmos que dela dependemos, o ambientalismo criou barreiras, cercou áreas naturais – as unidades de conservação e áreas protegidas, onde humanos são permitidos mediante critérios científicos - tentou controlar a ação humana e seu progresso, impondo limites ao crescimento econômico e populacional; restrições em relação à caça, às emissões de carbono, entre outras. Assim, foram criadas leis para regulamentar a ação humana e da modernidade em relação à natureza.

O direito também cria uma espécie de campo ontológico próprio que determina os entes existentes. A *Earth Jurisprudence*, assim como o socioambientalismo, tributários do naturalismo, ao se depararem com maneiras outras de se relacionar com a natureza e, por vezes, ao repararem que para alguns povos a divisão natureza-cultura era irrelevante, começaram a questionar os pressupostos que orientavam a proteção da natureza e o próprio direito. Esse questionamento desafia as noções clássicas de pessoa e de humanidade.

A antropologia, mais especificamente a obra de Philippe Descola, cujo ofício está em olhar para esses pressupostos, descreve quatro ontologias baseadas em diferentes modos de identificação pautada em fisicalidade e interioridade. O animismo, presente principalmente em povos amazônicos, oferece uma cosmovisão onde não-humanos são pessoas e, portanto, participam na teia social. Olhando para este ponto, sugere-se a personificação jurídica de não-humanos como um acordo ontológico entre naturalismo e animismo através do direito. Não pretendendo uma total fusão de horizontes, mas sim uma afinação de entendimento em casos específicos, os termos pessoa e natureza seriam inescapavelmente relativos, porém chaves do acordo.

## **4 A NATUREZA COMO SOCIEDADE: O RIO PESSOA NO BRASIL**

Nos capítulos anteriores, falou-se de quatro conjuntos de pressupostos ontológicos: analogismo, totemismo, animismo e naturalismo. O fenômeno recente de sujeitificação jurídica de não-humanos dialoga com os dois últimos, animismo e naturalismo. Sem exigir uma total comensurabilidade ontológica, a possibilidade de sujeitificação de entes naturais pode ser pensada em termos de acordo pragmático levado ao campo jurídico entre essas duas cosmologias, que carregam diferentes pressupostos.

O Brasil é campo especialmente rico para esta análise: o naturalismo torna-se aqui bastante evidente nas pautas ambientalistas e socioambientalistas, no avanço incessante do agronegócio e nas disputas relacionadas ao desenvolvimento sustentável; o animismo, típico de sociedades xinguanas (brasileiras) dialoga com cosmovisões de outros povos da América Latina, onde há intensas discussões sobre novo constitucionalismo latino-americano e uma natureza sujeito. Portanto, nesta arena de disputas de categorias, entre convergências e contradições, o Brasil oferece um lugar privilegiado no estudo de sujeitos jurídicos não-humanos, como rios pessoas.

Vejamos, então, o primeiro caso brasileiro de reivindicação de sujeitificação de um rio: a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Minas Gerais – Brasil.

### **4.1 O rio pessoa: o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Minas Gerais – Brasil.**

#### **4.1.1 Caracterização da região**

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas brasileiras, ou “estados”, sendo a quarta maior do país. Minas Gerais não é um nome à toa. Há mais de 400 anos, quando a região começou a receber expedições à procura de metais preciosos, a Coroa Portuguesa criou uma maneira de guardar para si as riquezas encontradas por aqueles que chegavam nas novas terras. Em 1603, o Regimento das Terras Minerais foi escrito, primeiro documento tratando da atividade minerária no país, que anos mais tarde daria nome ao próprio estado. O que se encontra nos livros de história como “Corrida do Ouro” foi um processo de migração massiva para o estado a partir do momento em que foi anunciada a existência do ouro. Por conta do deste, no início do século XVIII, Minas Gerais se tornou o centro econômico da colônia e teve rápido crescimento populacional (FONSECA, 2014). Ainda atualmente grande parte do total produzido no estado se deve a atividades mineradoras, sendo maior Produto Interno Bruto do Brasil (FJP, 2017).

O leste mineiro abriga a mesorregião do Vale do Rio Doce, que faz fronteira com o estado do Espírito Santo. Com influência capixaba, as manifestações dessa região são únicas, de povos diversos e paisagens singulares. Em 1696, foi fundado o arraial de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, que logo tornou-se a primeira vila de Minas Gerais, atual município de Mariana.

Havia na região uma enorme e rica população indígena, que perdeu espaço ao longo da história de ocupação das áreas indígenas no interior do país. Hoje, muitos se veem obrigados a sobreviver nas cidades. O povo indígena conhecido como Krenak, habitante das margens do Rio Doce, leste mineiro, formou-se ao longo do processo de expansão econômica sobre aquela região, originalmente Mata Atlântica, onde grupos de ‘Botocudos’ se abrigaram até meados do século XX, em resistência à colonização (CEDEFES, 2017). Havia também muitos negros escravizados, estima-se que 500 mil foram inseridos na então capitania para fazer o trabalho de extração de minérios e lavoura. Em determinado momento, mais de 30% da população era formada pelos escravos. O ciclo do café trouxe imigrantes europeus trabalhadores.

Em 1942, no governo Getúlio Vargas, a Vale<sup>50</sup> - até 2007 Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – foi criada para a explorar ferro na região de Itabira, em Minas Gerais. A Vale é hoje uma empresa multinacional privada, tornou-se o maior grupo privado da América Latina, uma das maiores mineradoras do mundo, sendo a primeira na produção mundial de minério de ferro, pelotas e níquel. Considerando somente a “produção” de ferro, a Vale produziu no ano de 2016 348,847 milhões de toneladas métricas. Além disso, é a maior operadora logística do país; possuindo portos e estradas de ferro, onde são escoados produtos agrícolas, químicos, além dos siderúrgicos e minérios (VALE, 2017; JULIBONI, 2010).

A Vale tem empreendimentos conjuntos com a empresa anglo-australiana BHP Billiton. A BHP é a maior mineradora e petrolífera do mundo, sendo formada pela fusão de duas empresas que são geridas por um conselho e administração unificados (BHP, 2017).

A Samarco é uma mineradora brasileira fundada em 1977 e que atualmente é um *joint venture* entre a BHP e a Vale (JUSTIÇA..., 2017; SAMARCO, [2017?]). A receita da Samarco equivale a 1,5% do PIB de Minas Gerais e 6,4% do PIB de Espírito Santo (SAMARCO, [2017?]). Minas Gerais, onde a Samarco Mineração S.A. iniciou a sua operação de lavra e beneficiamento, tem reservas estimadas em 400 milhões de toneladas de minério de ferro aproveitável.

A Samarco opera a Mina Germano, que integra o chamado Complexo da Alegria, situada no município de Mariana, no estado de Minas Gerais. As barragens utilizadas neste

---

<sup>50</sup> Sublinhado indica os atores do caso.



complexo são de rios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Além das empresas, cabe ao Estado e ao Poder Público o monitoramento e fiscalização idôneos para a garantia da prevenção de desastres e correto funcionamento da operação dessas empresas.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce possui uma área de drenagem de 83.465 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e 14% ao Estado do Espírito Santo. Banhando o planalto mineiro, em Governador Valadares o rio toma a direção leste rumo ao oceano. O traçado do rio também se deve às diversas formações de solo e relevo que ocorrem no interior da bacia, podendo ser dividida em três Unidades Regionais: Alto, Médio e Baixo Rio Doce (COELHO, 2009).

Contemplando mais de 200 municípios, dados de 2009, antes da ruptura da barragem, apontam que a bacia abrigava uma população de cerca de 3,5 milhões de pessoas, dentre eles muitas comunidades ribeirinhas - não indígenas e indígenas - entre os quais se destacam os Krenak (COELHO, 2009).

Em novembro de 2015, a empresa foi foco de atenção internacional devido a um dos maiores desastres ambientais do mundo: o rompimento da barragem de Fundão, uma das barragens de rejeitos que faziam parte da unidade Germano.

#### 4.1.2 O desastre

Na tarde de cinco de novembro de 2015, um dos diques da barragem de rejeitos de Fundão, que fazia parte da unidade Germano, se rompeu, causando perdas socioambientais sem precedentes na história da mineração brasileira.

No beneficiamento do ferro, ocorre o processo de separação do minério de ferro do restante. O minério segue para a produção das pelotas e os demais materiais – como partículas de óxidos de ferro e sílica ou quartzo – são descartados e chamados de “rejeito”. À medida que o rejeito é depositado, os sólidos decantam e a água então é drenada e tratada. Eram duas as barragens para a estocagem dos rejeitos resultantes do processo de extração e beneficiamento do minério de ferro na Mina Germano. A mais nova delas era a de Fundão, inaugurada em 2008 (SAMARCO, [2017?]). A barragem é de responsabilidade da mineradora Samarco, que é controlada pelas empresas Vale e BHP Biliton, como já apresentado. O Estado e o Poder Público, evidentemente, também são corresponsáveis pela sua correta operação.

O rompimento aconteceu às 16h20 e, em aproximadamente 15 minutos, uma onda de 8 metros de altura passa por cima da barragem de Santarém e chega ao povoado de Bento Rodrigues – distrito do município de Mariana (MG), localizado a 8 km do local do rompimento, onde se encontravam cerca de 620 pessoas entre trabalhadores da Samarco, donas de casa,

agricultores, entre outras. Foram 62 milhões de metros cúbicos de lama de minério de ferro (SAMARCO, [2017?]).



O caminho dos rejeitos

**Figura 3.** Caminho percorrido pelos rejeitos da barragem à foz do Rio Doce. Fonte: SAMARCO (2017).

Depois, os rejeitos alcançaram os rios Gualaxo do Norte, impactando Barra Longa, e do Carmo. Depois, atingiram o rio Doce. A pluma formada pela água e pelos rejeitos seguiu pelo curso Rio Doce e, passando os limites do Estado de Minas Gerais, atingiu sua foz, no distrito de Regência, município de Linhares no Estado do Espírito Santo, em 21 de novembro de 2015 (SAMARCO, [2017?]).

A onda de lama provocou a morte de 19 pessoas; assim como a de milhares de peixes, em razão da falta de oxigênio na água e consequência obstrução das brânquias; destruição praticamente completa da cadeia alimentar em alguns ambientes atingidos; assoreamento e desvio de cursos de água e soterramento de nascentes. Além dos impactos fluviais, uma enorme quantidade de mata ciliar foi completamente devastada. Os resíduos da mineração também afetaram o solo, causando desestruturação química e alterando o pH da terra. Essa alteração no solo dificulta o desenvolvimento de espécies, modificando completamente a fauna e flora local. Como a lama afetou o rio Doce e seguiu em direção ao Espírito Santo, também houve impacto ambiental nos ecossistemas marinhos do litoral. Um dos principais impactos observados foi nos fitoplânctons e zooplânctons que constituem a base da cadeia alimentar. Regência (ES), foz do Rio Doce, cuja economia era baseada no turismo de *surf* e pesca, foi extremamente afetada. A mistura dos rejeitos (majoritariamente óxido de ferro), água e muita lama, além de ser tóxica se

consumida por longo prazo, provocou a pavimentação de grandes áreas, tornando estas inférteis e inviabilizando qualquer tipo de construção. Assim, os sobreviventes perderam suas casas e sua área onde viviam, e as proximidades todas enfrentam dificuldades com água imprópria para o consumo. Os Krenak, que possuem território cortado pelo rio passam dificuldade em relação à água para consumo, pesca, entre outros. Em números, pode-se dizer que foram impactados 663 km de rios e córregos e 1469 hectares de vegetação; destruídas 207 das 251 edificações de Bento Rodrigues e 600 famílias ficaram desabrigadas (LOPES, 2016; SAMARCO, [2017?]). A realidade é que ainda se discute os limites de abrangência dos efeitos e as consequências são inexatas.

A Fundação Renova surgiu do acordo e compromisso com o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

A Fundação Renova se trata, portanto, da iniciativa das instituições responsáveis para reparação e compensação dos impactos causados com a tragédia. As frentes de atuação para reparação e compensação geridas pela Fundação Renova foram divididas em três eixos temáticos, que agrupam os principais focos de atuação no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem. Os eixos temáticos permitem compreender as inter-relações entre as ações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Segundo o site da Fundação, os eixos temáticos compreendem: pessoas e comunidades; terra e água; reconstrução e infraestrutura.

No site da Fundação Renova também é possível visualizar os programas da Fundação, dividido em duas categorias: socioeconômicos e socioambientais, cada categoria com pouco mais de 20 programas. Em cada programa, há uma atualização mensal com breves relatos, em que o interessado que navega no site pode selecionar um mês e ler o relato, conforme observa-se na imagem:



**Figura 4.** Simulação feita pela mestrandia no *website* da RENOVA.

Nessa imagem, foi feita uma simulação: foi selecionado um programa, no caso, “38 – Monitoramento da Bacia do Rio Doce” e escolhido o relato - de três parágrafos pequenos, na imagem aparecem somente dois parágrafos – do mês de fevereiro de 2018, o mais recente disponível para qualquer programa. No site também se podem acessar os relatórios de cada programa.

De maneira geral, acordos de indenização ainda estão sendo feitos com agricultores e pescadores, os reassentamentos têm previsão de serem concluídos até março de 2019 e muitos milhões estão sendo investidos para avivar o Rio Doce (RENOVA, 2018). No entanto, há denúncias em relação à atuação de reparo e compensação da Fundação Renova e das empresas. Meses atrás, passados dois anos do desastre, os Ministérios Públicos Federal e estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Ministério Público do Trabalho e as Defensorias Públicas dos dois estados expediram recomendações à Samarco, Vale e BHP Billiton para que os direitos dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, sejam respeitados. De acordo com o procurador do Ministério Público Federal de Minas Gerais (MPF-MG), José Adércio Leite Sampaio, trata-se de “uma tragédia dentro da tragédia” pois o que se encontra na região é diferente do que aparece nos relatórios das empresas e da Fundação Renova. Dentre as denúncias, cita-se que os atingidos não têm real acesso aos documentos produzidos pela entidade, pois não estão em linguagem clara e acessível; os órgãos ainda consideram abusiva a atitude da Fundação Renova em relação à indenização, em que as empresas forçariam os atingidos a aceitarem as condições oferecidas pelas empresas, sem a possibilidade de negociação. Também estaria havendo um desequilíbrio nos valores e no tratamento das

mulheres na hora de firmar acordos e indenizações; a Fundação Renova também estaria obrigando os atingidos a renunciar ao direito de propor ações judiciais (PAES, 2018).

Sobre esse evento, a BHP Billiton, Samarco e Vale divulgaram nota informando que "reiteram o compromisso com os esforços de compensação e remediação que estão a cargo da Fundação Renova e que foram definidos pelo acordo firmado com os entes federativos da União e dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais (...) os reflexos desses avanços nos programas são resultado de uma construção coletiva contínua" (RENOVA, 2018, n. p.).

Depois da tragédia, os atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana passaram a ser um dos importantes componentes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse é um movimento com mais de 20 anos de história, sendo “um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução” (MAB, 2018). O MAB tem cumprido o papel de reivindicador dos direitos dos atingidos diante das empresas, órgãos públicos e justiça; assim como tem comunicado, por veiculação de notícias ou realização de manifestações, a situação dos atingidos e da conjuntura local como um todo.

#### 4.1.3 Prováveis causas do desastre

Rapidamente, explanaremos sobre as possíveis causas do desastre, pois entendê-las elucidam questões da dualidade progresso *versus* natureza. Essas questões referem-se ao *modus operandi* da dualidade na prática. Evidente e lamentavelmente, como veremos, a dimensão da situação não é devida somente à maneira com que a dualidade atua, pois existem outras variantes muito nítidas na realidade brasileira, como contradições do papel do Estado, normas interpretadas com má fé, entre outras. As causas, que envolvem descumprimento de premissas importantes, também ajudarão a entender o processo de personificação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Lopes (2016) explica que as barragens do complexo da Alegria operavam segundo o método tradicional de mineração, utilizado em praticamente todas as partes do mundo. Nesse método, os resíduos separados do ferro durante o processo de mineração são escoados para as bacias, onde estão as barragens, por força da ação gravitacional. A filtragem de água é realizada pela areia, que deve estar na parte frontal dessas bacias.

Há de se destacar que “acidentes” com barragens não são incomuns e, inclusive, em Minas Gerais eventos semelhantes ao de Mariana são registrados desde 1986. Segundo dados da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), no mesmo ano de 2015 havia 18 barragens de mineração em Minas Gerais sem estabilidade garantida (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

Há, segundo Lopes (2016), técnicas mais seguras, mas que aumentariam o custo de operação. Mesmo assim, o autor assegura que os especialistas são uníssonos em afirmar que, embora o método tradicional seja altamente passível de falhas, se aplicado corretamente certamente teria evitado este tremendo desastre ou, ao menos, minimizado suas proporções. A utilização de monitoramento eletrônico, a implementação de sistemas de alerta, a elaboração e ação de planos emergenciais e uma fiscalização séria e eficiente pelos órgãos competentes são protocolares e obrigatórios para as empresas, e Estados e regiões que as recebem, que optam pelo sistema tradicional.

A pesquisa de Costa, Felipe e Reis (2016) demonstra que houve atuação de órgãos do Estado com o intuito de fiscalizar as atividades da Samarco, o que se comprova pela emissão de diversas notificações ambientais.

A mineradora [Samarco] acumula 19 infrações notificadas pela FEAM-MG, IEMA-ES e IBAMA desde 1996, o que contabiliza uma média de uma por ano. Dentre os casos mais graves estão os vazamentos de polpa dos minerodutos, contaminando cursos d'água e comprometendo, em especial, o consumo humano. Assim, em 2006, em Barra Longa (MG), a empresa foi multada em R\$ 32,9 mil; em 2008, quase dois mil m<sup>3</sup> de polpa vazaram em Anchieta (ES), resultando numa multa de R\$ 1,6 milhões; e em 2010, o município de Espera Feliz (MG) teve que decretar situação de emergência por conta da contaminação da água que abastecia 30 mil pessoas e a mineradora pagou módicos R\$ 28 mil (POEMAS, 2015, p. 10).

Todavia, falhou-se em identificar os aspectos que levaram ao comprometimento do dique de Fundão: a estabilidade de Fundão foi garantida por auditoria da FEAM em 2014 e a categoria de risco foi apontada como "baixa" pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, em 2015. Isso reforça a tese da baixa eficiência dos sistemas de monitoramento ambiental estadual e federal, bem como dá margem a sérios questionamentos sobre as políticas de segurança de grandes empreendimentos (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

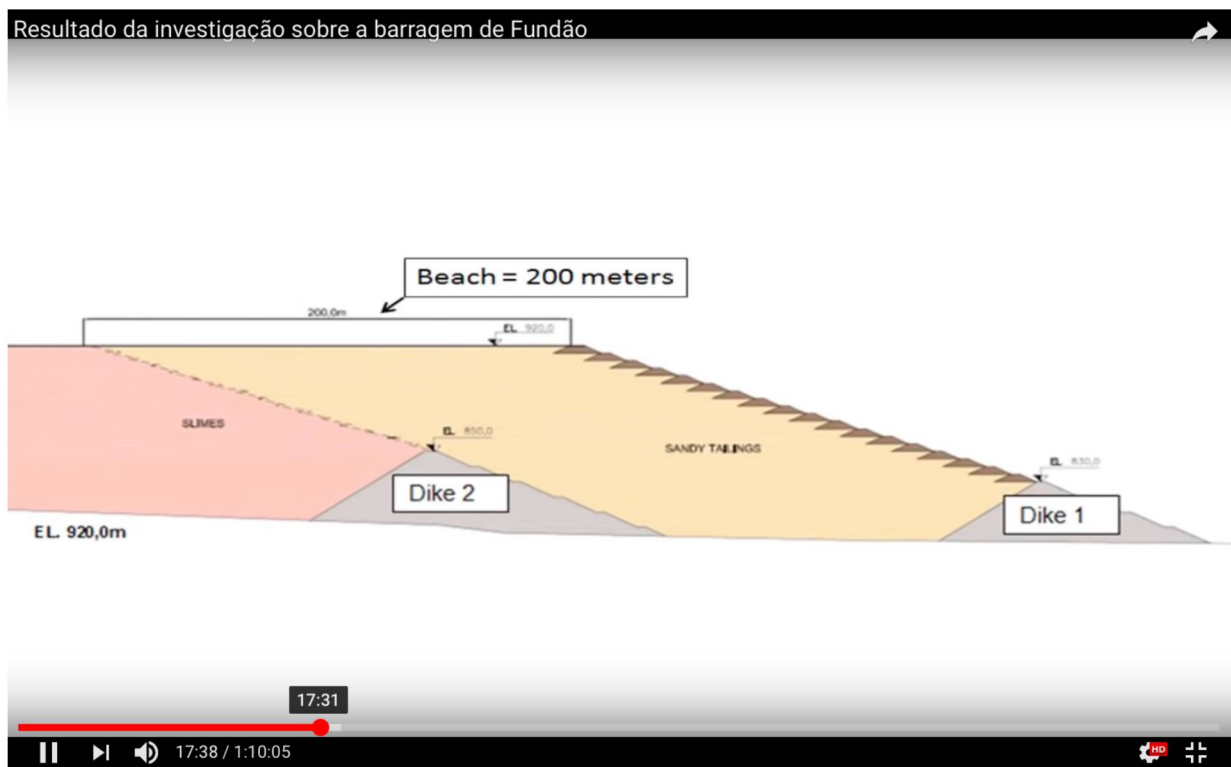
Após a tragédia, diversos órgãos estatais abriram investigações em diferentes linhas (LOPES, 2016): 1. Polícia Civil de Minas Gerais: abriu-se o inquérito criminal para investigar crimes ambientais e contra a vida previamente identificados, além de outros delitos que poderiam ser evidenciados ao longo da investigação; 2. Superintendência da Polícia Federal de Minas Gerais instaurou inquérito policial visando apurar crimes e causas da tragédia. Isso foi feito a pedido do Procurador da República José Adércio Leite Sampaio que entendeu que a abrangência dos efeitos é nacional; 3. Ministério Público de Minas Gerais criou uma força-tarefa composta por 9 promotores de justiça para identificar as causas do rompimento e aferir segurança às barragens; 4. Ministério Público Federal abriu quatro inquéritos civis para apurar responsabilidades.

Além destes, a Vale, a BHP Billiton e a Samarco também contrataram um painel de especialistas constituído pela Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP para investigar as causas do rompimento. O resultado da investigação foi apresentado pela Vale (2016) ao vivo e está disponível no site *youtube* na íntegra. A Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP é um escritório internacional de advocacia que reuniu 4 geotécnicos para redigir um relatório com um julgamento sobre as possíveis causas do desastre. Foram nove meses de investigação que usaram de sistemas de modelagens, simulações em laboratório, entre outras ferramentas. Durante a apresentação do relatório, a mediadora Mônica Ferreira – assessora de imprensa da Vale – assinalou que não foram analisadas questões legais e nem foi atribuída culpa ou responsabilidade pelo ocorrido, foram somente investigadas as causas técnicas do rompimento.

Resumidamente, as possíveis causas seriam (LOPES, 2016; VALE, 2016):

1. Liquefação de areia;
2. Pequenos abalos sísmicos;
3. Acúmulo de material maior que a capacidade da barragem;
4. Descaso com relatórios técnicos de vigilância e fiscalização.

Segundo o relatório apresentado pela Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP (VALE, 2016) alguns eventos são importantes para a compreensão do que ocasionou o rompimento da barragem. Em abril de 2009, foram constatadas falhas no sistema de drenagem de Fundão, notadas graças ao escorrimento de água para fora da barragem, denunciando um processo de infiltração. Em 2010 descobriu-se rejeitos, isto é, lama, entrando nas galerias principal e secundária. Isso era mais uma indicação de falhas na drenagem, indícios que não estava funcionando corretamente. Em 2011 e 2012, houve a alteração do sistema de drenagem: foram seladas as infiltrações e colocou-se um tapete drenante. Entretanto, esse tapete não era exatamente equivalente ao sistema de drenagem anterior, visto que só drenava o que estava acima de 820 metros. Em julho de 2012, ficou evidente que os rejeitos continuavam a entrar nas galerias indicando que os reparos foram insuficientes. No mesmo ano, foram feitas vedações e novos reparos. Em agosto de 2014, uma série de trincas foram encontradas no recuo, juntamente com infiltrações. Segundo o especialista que apresentou o relatório, isso não é um indicativo de fluxo, mas é um sintoma de aumento da saturação no corpo da barragem. Uma berma de areia de reforço foi feita como medida para isso.



**Figura 5.** *Print* da apresentação do relatório apresentado pela Vale (2016). Corresponde a explicação sobre o projeto inicial da barragem de Fundão: o projeto exige que dique 1 e dique 2 sejam separados por exatamente 200 metros de praia de areia para conter a lama.

A drenagem é importante porque a água não poderia ficar na base para que as areias não ficassem saturadas. Para lidar com a água, também são importantes as galerias. Quando não funciona adequadamente, há vazamento inapropriado na água, como vê-se na próxima imagem:





**Figura 6.** Print da apresentação do relatório apresentado pela Vale (2016). Explicação que a água escorrendo para fora da barragem, saindo da área do entorno dos drenos de fundo, indica falha na construção dos drenos de fundo.

No final da apresentação do relatório, didaticamente foram respondidas algumas perguntas para direcionar o entendimento do que causou o rompimento. Uma delas foi: Por que o evento foi um fluxo de liquefação? Porque para ocorrer a liquefação de areia são necessárias três condições e as três foram identificadas em Fundão: 1. rejeitos arenosos soltos, não compactados; 2. saturação; 3. mecanismos de gatilho. A explicação das condições é a seguinte: o projeto inicial da barragem de drenos empilhados não era um princípio passivo de liquefação, no entanto as mudanças na tentativa de reparar as falhas trouxeram uma condição não planejada e não prevista no projeto. A presença de areias soltas e saturadas por falhas no sistema de drenagem aliada a pressão e mistura da lama causa o que é chamado de “extrusão lateral”, fazendo que as areias forcem o dique 1 até o rompimento da barragem ocorrido em 2015. O novo sistema de drenagem implementado, o tapete drenante, foi o principal mecanismo de drenagem no dia 5 de novembro de 2015 e explica as condições encontradas na barragem. A pesquisa de Lopes (2016) corrobora com esse resultado dizendo que o processo de liquefação configura-se na hipótese mais provável para a maior parte dos especialistas e investigações feitas.

Além disso, de 2014 para 2015 a empresa Samarco aumentou sua produção na região em 37%, o que levou ao consequente aumento de rejeitos. Em julho de 2015, somente quatro

meses antes do desastre, a empresa iniciou obras de elevação da estrutura para ampliar a capacidade de armazenamento. Pesquisas indicam que mesmo após as obras de ampliação, houve acúmulo superior à capacidade suportada pela barragem (LOPES, 2016).

Sobre os pequenos abalos sísmicos, o relatório da Vale (2016) indicou incerteza porque não havia monitoramento sísmico na área da barragem. Havia, no entanto, sismógrafos da Universidade de Brasília (UNB) na região, que indicaram abalos de pequenas magnitudes. Mas, conforme adverte o professor chefe do Observatório Sismológico da UNB em entrevista, as barragens mineradoras em teoria são construídas para suportar magnitudes maiores que estas (LOPES, 2016).

Dessa maneira, pode-se concluir que três das possíveis causas estariam combinadas e constatadas no relatório apresentado: liquefação de areia; acúmulo de material maior que a capacidade da barragem e descaso com relatórios técnicos de vigilância e fiscalização.

#### 4.1.4 O licenciamento ambiental e o desastre

A catástrofe socioambiental sofrida pela bacia do rio Doce explicita também a ineficácia dos estudos/ relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMAs) e dos processos de licenciamento ambiental em prognosticar efeitos de grande magnitude. Análises deficientes desenvolvidas para a elaboração dos estudos e/ou práticas profissionais antiéticas têm provocado a subestimação dos impactos negativos e a superestimação dos efeitos positivos de grandes empreendimentos sobre as sociedades e o meio ambiente (Poemas, 2015, p. 12).

Se há algo de aproveitável na catástrofe de Mariana, é a possibilidade de fazer diferente no presente e no futuro. É tempo de questionar os atuais mecanismos para proteção da vida e o entendimento moderno sobre progresso para que imensos infortúnios não mais ocorram com a trágica conclusão de que poderiam ter sido evitados ou minimizados. Por isso é importante passar pelas possíveis causas da tragédia para, agora, entendermos os mecanismos mais teóricos e legislativos atuantes nesse processo.

Todas as maneiras de planejar, conceber ou representar o espaço constituem uma redução da realidade conforme a perspectiva de quem as idealiza (LEFEBVRE, 1991). Embora o processo de licenciamento ambiental seja um importante instrumento de ordenamento e planejamento da utilização do território brasileiro cuja elaboração exige um esforço inegavelmente multidisciplinar, este ainda se constitui em uma das maneiras possíveis de planejar, conceber ou representar o espaço. Assim sendo, é uma redução da realidade conforme a perspectiva de quem idealizou o processo de licenciamento ambiental. Como já visto, a movimentação, estudo e a prática efetiva para implementação de uma ferramenta que conciliasse o “desenvolvimento” com a “conservação da natureza”, isto é, que guiasse o

progresso rumo ao desenvolvimento sustentável foi um esforço fundamental para avanços em proteção da natureza e planejamento do território nacional. Todavia, depois de praticamente 30 anos desde a obrigatoriedade legal de estudos ambientais e processos de licenciamento para empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores, pode-se – e deve-se – analisá-lo.

No Estado de Minas Gerais, as políticas de gestão ambiental foram inauguradas com a Lei nº 7.772/1980 (MINAS GERAIS, 1980), na década de 80, que determina a Política Estadual de Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente. Essa lei torna obrigatória a verificação da licença para implantação de empreendimentos no estado pela Comissão de Política Ambiental, COPAM, submetida à Superintendência de Ecologia e Engenharia Ambiental.

Poucos anos depois, a Lei Florestal Mineira nº 10561/1991 (MINAS GERAIS, 1991) dá ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) incumbências importantes na gestão ambiental do estado. Em 1995, é criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, Lei 11903/9520) (MINAS GERAIS, 1995), que no mesmo ano integra a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), IEF e o que hoje chama-se Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Com essa integração, a SEMAD passou a desempenhar os processos de licenciamento ambiental delegando a cada uma das partes as questões correspondentes.

Havia uma série de falhas de comunicação entre esses três órgãos e os processos de licenciamento ambiental corriam apenas na capital, Belo Horizonte. Sendo até então a COPAM responsável por funções de normatização da “política ambiental” e de julgamento de casos de licenciamentos e infrações ambientais, no âmbito de todo o estado de Minas Gerais, a Lei Delegada nº 62/2003 (MINAS GERAIS, 2003) previu a criação de dez Unidades Regionais Colegiadas (URCs) apoiadas técnica e administrativamente pelas respectivas Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAMs). A descentralização das análises de pedidos de licenciamento, possibilitou maior eficiência nos processos e acesso de outros sujeitos à discussão ambiental (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016).

O Decreto 44.844/08 (MINAS GERAIS, 2008), instituído dez anos atrás, reorganiza as infrações administrativas ambientais, os respectivos procedimentos para sua fiscalização e aplicação de penalidades. Ainda mais recentemente, em 21 de janeiro de 2016, foi publicada a Lei Estadual no 21.972/2016<sup>51</sup> (MINAS GERAIS, 2016), que reestruturou todo o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) e reformulou o licenciamento

---

<sup>51</sup> Esse ajuste foi feito em 2016, depois do desastre, portanto. No entanto, apesar da reformulação e das adicionalidades de duas licenças, a lógica continua exatamente a mesma e não interfere em absoluto na presente análise.

ambiental em Minas Gerais. Esta lei, além das três fases já estabelecidas e mencionadas anteriormente, adiciona o Licenciamento Ambiental Concomitante e o Licenciamento Ambiental Simplificado. No primeiro, há três alternativas de emissão de licenças concomitantes, que vão depender do perfil das características do licenciamento; e no segundo, o processo pode ser realizado eletronicamente por meio de apresentação de Relatório Ambiental Simplificado, resultando em uma Licença Ambiental Simplificada - LAS (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016). Além do protocolo básico nacional de licenciamento ambiental, o Estado de Minas Gerais entendeu que era preciso mais duas categorias adicionais.

Costa, Felipe e Reis (2016) fizeram uma vasta pesquisa contemplando diversos autores para identificação das fraquezas do licenciamento ambiental e organizaram quatro grandes temáticas que ajudam a compreender os desafios da questão. Seriam estas: práxis do licenciamento; aparato e recursos humanos; aspectos normativos e imperativo ético.

Práxis do licenciamento diz respeito ao conjunto de práticas e sua condução. Isto é, a maneira como é realizado o licenciamento ambiental. Essa é a temática que reúne maior número de alertas desde o caráter que o processo assume – como uma etapa a ser superada – até a falta de diálogo com populações tradicionais, como podem ser observados abaixo alguns apontamentos.

- A transformação do estudo em formalidade técnica e etapa burocrática, em lugar de instrumento de tomada de decisão (ARAÚJO, 2002);
- A aplicação do licenciamento ambiental e do EIA a empreendimentos individuais, que restringem em demasia as alternativas técnicas e locacionais referentes ao projeto, e que desconsideram políticas, planos e programas governamentais previstos para os mesmos locais de instalação de um determinado empreendimento (ARAÚJO, 2002);
- A incapacidade de ponderação suficiente pelo EIA em relação ao impacto global gerado pela implantação de diferentes empreendimentos em uma mesma base de recursos naturais (ARAÚJO, 2002);
- (...)
- A redução do debate à dicotomia entre a visão empresarial dominante de que o empreendimento estaria trazendo benefícios sociais versus a visão ambientalista, preocupada com a redução e comprometimento dos ecossistemas atingidos<sup>52</sup>(AGRA FILHO, 2008);
- A utilização demasiada de termos técnicos nos RIMAs, que limitam a participação popular efetiva nas discussões inerentes ao licenciamento (ROCHA, 2008);
- A priorização de medidas compensatórias em detrimento de medidas mitigatórias em prol da aquiescência célere da licença ambiental (COELHO MOREIRA, 2009);
- A vulnerabilidade do licenciamento como instrumento tendo em vista sua capacidade de detectar, monitorar, atenuar ou mesmo manipular os danos ambientais (COELHO MOREIRA, 2009);
- O interesse das comunidades tradicionais, que deveria ser resguardado pelo processo de licenciamento ambiental é muitas vezes relegado a segundo plano (VALLEJO, 2009; ROJAS, 2014);
- A ausência de coexistência entre os diversos sujeitos do processo, que implicam na maior carga de danos ambientais às parcelas mais vulneráveis da população, que assumem o ônus do chamado desenvolvimento (ZHOURI & LACHEFSKI, 2011) (COSTA; FELIPE; REIS, 2016, p.103).

---

<sup>52</sup> Grifo da mestranda.

Acredito que os pontos elencados sobre a práxis do licenciamento são as que mais competem à presente pesquisa devido aos pressupostos que eles carregam, como, por exemplo, a “transformação do estudo em formalidade técnica e etapa burocrática a ser superada” ou a “redução do debate à dicotomia entre a visão empresarial dominante (...) *versus* a visão ambientalista”. Outras fraquezas, no entanto, não são tão fáceis de analisar, mas também respondem aos mesmos pressupostos naturalistas, como desconsideração de conhecimentos não-técnicos ou a ausência de coexistência de diversos sujeitos. Isso se dá porque apesar dos esforços multidisciplinares exigidos para a elaboração de um EIA, tradicionalmente, a avaliação de impactos é feita com base na elaboração técnica de cenários futuros baseados em interpretações subjetivas de analistas, sujeitas a erros e incompletudes. Isso é evidentemente um reflexo da ciência moderna, reducionista e na crença de previsibilidade e controle dos fenômenos. Programas computacionais, análises probabilísticas e esses tipos de análises podem ser muito benéficos a todo o processo, mas pautar-se quase exclusivamente nas projeções e modelagens pode causar falhas. Resgatando algo que já foi discorrido, o texto de Mauro Almeida (2013) diz que supor a existência de algo no futuro constitui um compromisso ontológico, isto é, um pressuposto ontológico. Segundo o autor, seria um ato de fé no futuro baseado na análise do passado, característico de todo plano de manejo sustentável.

Ademais, os eventos são vistos isoladamente, conforme a metodologia reducionista e faltam boas ferramentas para lidar de maneira integrada com vários empreendimentos em uma mesma região ou que pressionem o mesmo recurso natural, mesmo em áreas geográficas diferentes. Assim como há carência na utilização de metodologias complexas para lidar com fatores de imprevisibilidade.

Sobre aparato e recursos humanos, Costa, Felipe e Reis (2016) indicam limitações fortemente associadas às condições do aparato governamental e aos recursos humanos disponíveis para avaliação e acompanhamento dos estudos. Pesam, neste aspecto, a eficiência e qualidade técnica das equipes envolvidas, desaparelhamento dos órgãos ambientais por empresas privadas, sem a devida reposição - o que é parte de um processo contínuo de sucateamento estrutural, fragilidade dos monitoramentos ambientais no momento da operação dos empreendimentos. Além disso, ainda segundo Costa, Felipe e Reis (2016), embora os estudos ambientais sejam teoricamente de caráter independente, por serem financiados pelo empreendedor têm seus resultados sujeitados à avaliação deste, o que gera conflito de interesses.

Em relação aos aspectos normativos, Costa, Felipe e Reis (2016) dizem que há inúmeras contradições que permitem interpretações diversas, o que torna essa temática bastante

complexa. Resumidamente, os principais desafios seriam: entendimentos equivocados de que empreendimentos que não geram impactos ambientais definidos na legislação ou pelo licenciador como significativos não devem ser licenciados - como por exemplo, as PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, com isso, além de prejuízos ambientais, há a inexistência de mecanismos para intervenção popular; as normas federais que regulam o licenciamento ambiental e o EIA estão em decretos e resoluções do CONAMA, e não em leis, o que gera conflitos legislativos; não há clareza sobre a natureza da licença ambiental, se ela seria de fato uma licença ou uma autorização. Além disso, os autores acrescentam que há brechas legislativas que são utilizadas pelas empresas para despendar o mínimo de recursos possível com questões ambientais ou sociais. Isso é uma questão normativa, mas também é ética.

Em relação ao imperativo ético, o estudo de Costa, Felipe e Reis (2016) explica que se refere à necessidade de se agir de boa-fé no tratamento de questões de interesse geral. Destas, cabe citar: o caráter dúbio e oscilante do Estado, ora como mediador, ora como interessado no empreendimento e a pressão sofrida por profissionais de campo.

A leitura do Estudo de Impacto Ambiental do licenciamento ambiental da Barragem de Fundão exemplifica faticamente muitas das limitações e problemas apontados pelo estudo de Costa, Felipe e Reis (2016).

No estudo que corresponde à barragem, os dados são apresentados de maneira bastante enciclopédica, isto é, sem crítica ou maiores análises. São informações quase soltas, desconectadas do contexto e desintegradas da conjuntura regional (BRANDT, 2005).

Essa foi uma das limitações mencionadas anteriormente, a falta de análises integradas regionalmente ou pressão em um mesmo recurso natural. O fato de Fundão estar interligada a um sistema de barragens já estabelecido (Germano e Santarém) deveria ser visto como um elemento de amplificação da complexidade dos impactos regionais. Além disso, os impactos em potencial dentro de uma bacia hidrográfica - em um mesmo recurso natural, associado ao princípio da cumulatividade, promovendo impactos em cascata - efeito dominó. Isso complexifica a questão e tornaria a análise, e a possível previsão e mitigação de graves danos, mais profunda. No entanto, isso não foi considerado no EIA de Fundão (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016; BRANDT, 2005).

Uma falha grave também apontada por pesquisadores como um complicante recorrente em licenciamentos, é que o licenciamento da Barragem de Fundão não considera convenções internacionais ou planos nacionais, portando-se completamente alheio às metas para conservação da natureza e envolvimento de povos tradicionais nesses procedimentos (BRANDT, 2005). Esse ponto será abordado mais detalhadamente mais adiante.

Outro problema verificado no licenciamento ambiental de Fundão é a questão das alternativas locacionais, em que as empresas devem apresentar ao menos três possibilidades de alocação dos empreendimentos a serem licenciados. Infelizmente, frequentemente a apresentação dessas alternativas é enviesada, sendo comum tornar-se uma etapa simplesmente burocrática. Esse procedimento transformou-se praticamente em uma legitimação do local previamente escolhido pelas empresas quando comparado a outras possibilidades absurdas apresentadas pelas mesmas. Não foi diferente no caso da Barragem de Fundão, que "sugeriu", além do vale do córrego do Fundão (local implantado), os vales dos córregos Natividade e do Brumado (COSTA; FELIPPE; REIS, 2016; BRANDT, 2005). A primeira alternativa foi descartada por apresentar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e um sítio arqueológico; a segunda foi descartada por necessitar de maior custo de implantação e por estar em área planejada para a instalação de uma outra futura barragem. Esse episódio demonstra que as outras possibilidades foram apresentadas apenas como uma maneira de legitimar a escolha de Fundão como a mais “adequada”.

Ademais, como foi evidenciado pelas investigações acerca das causas do rompimento - e também apontado como um problema frequente, é indubitável a ineficiência do plano de monitoramento da empresa e falta de critério das medidas adotadas diante de contestações de falhas na drenagem.

Em resumo, pode-se dizer que as fraquezas elencadas por Costa; Felipe; Reis (2016) e organizadas pelos autores em quatro temáticas correspondem a pontos que comprometem a eficácia do processo de licenciamento ambiental. A primeira e maior temática, práxis do licenciamento, corresponde essencialmente limitações naturalistas. As outras três são menores e dialogariam com o assunto aqui exposto de maneira indireta.

#### 4.2 A ação jurídica que reivindica sujeitificação

**A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**, neste ato representada pela **ASSOCIAÇÃO PACHAMAMA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 08.080.387/0001-45, sediada na Ponte dos Silveiras, Colônia Cascata, 5o Distrito de Pelotas/RS, por meio do **advogado Lafayette Garcia Novaes Sobrinho**, ajuíza ação em face da **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, e do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público, para a **instituição** do CADASTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS SUSCETÍVEIS A DESASTRES e para a **elaboração** do PLANO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com a **participação** de representantes de instituições acadêmicas e dos povos ribeirinhos (indígenas ou não) (MINAS GERAIS, 2017, p.1-2).

Em uma ação de 28 páginas, iniciada por uma epígrafe-poema “A ÚLTIMA GOTA”,

de Milton Guapo, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce entrou na justiça e foi representada por uma instituição chamada Pachamama<sup>53</sup>. O advogado responsável pela ação judicial<sup>54</sup> foi o dr. Lafayette Garcia Novaes Sobrinho<sup>55,56</sup> que usou de argumentos legais para inaugurar no Brasil a sujeitificação de não-humanos.

Em entrevista, dr. Lafayette contou que participa da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano<sup>57</sup> e que a Rede via a necessidade de trazer o “conceito de natureza sujeito”<sup>58</sup> para o Brasil. O caso Mariana foi um dos piores desastres ambientais no Brasil e que causou muita comoção. Ainda conforme dito em entrevista, a negligência dos órgãos públicos com questões de segurança contribuiu para que tudo isso acontecesse e mesmo depois de dois anos do desastre as melhorias e medidas referentes ainda não tinham sido realizadas, nem pelas empresas, nem pelos órgãos públicos. Desta maneira, o advogado e a Rede viram nessa situação uma oportunidade: uma ação do rio Doce seria muito difícil de ser ignorada por qualquer juiz. Ainda seguindo esse raciocínio, a ação tinha de ser estratégica: trata-se de pedidos convencionais que dizem respeito à efetivação de medidas que já têm previsão legal como pretexto para tornar um rio sujeito.

A ação, protocolada na data de aniversário de dois anos do desastre - 05 de novembro de 2017, é dividida em quatro partes. Inicia com uma sessão intitulada “Quem sou eu?”. Essa apresentação é escrita em primeira pessoa, em que o rio Doce apresenta a si próprio. Números e características qualitativas são trazidas. Além disso, o rio também expõe os motivos pelos quais acredita que deva ser sujeito de direitos. Essa argumentação traz leis nacionais, acordos

---

<sup>53</sup> A Pachamama é uma ONG que muito embora não esteja envolvida diretamente com a problemática de Mariana - MG, está atuante no movimento de novo constitucionalismo latino-americano e, por este motivo, foi chamada a representar o Rio Doce. Houve diversas tentativas de entrevista dos responsáveis na instituição pela mestranda, mas a aproximação para uma conversa mais aprofundada foi frustrada.

<sup>54</sup> Petição inicial.

<sup>55</sup> Dr. Lafayette Garcia Novaes Sobrinho concedeu entrevista à mestranda no dia 18 de abril de 2018 por meio de skype - ligação com vídeo. O prof. dr. Fernando Dantas, peça-chave na atuação do advogado, também foi entrevistado pela mestranda no dia 13 de fevereiro de 2018 por ligação telefônica.

<sup>56</sup> Possui Bacharelado em Direito (1998), Especialização (2003) e Mestrado (2011) em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública pelo Centro Universitário Newton Paiva em parceria com a Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência - INASIS (2016). Atuou como professor de Direito Administrativo, tributário, financeiro e ambiental na Faculdade de Direito da UFMT (2000-2002 e 2005-2006) e como procurador do Estado de Mato Grosso (2002-2004). Atualmente, é advogado sênior na Novaes e Quintela - Sociedade de Advogados e analista de inteligência da empresa Hermes - Consultoria de Inteligência. Também participa da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano.

<sup>57</sup> Interessante também trazer um pouco do relato do dr. Lafayette sobre o “ponto de virada” de sua profissão: foi durante a pesquisa de sua dissertação de mestrado, sob orientação do prof. dr. Fernando Dantas – também envolvido na elaboração da ação do Rio Doce. Seu mestrado, em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, era sobre créditos de carbono e a possibilidade de o rendimento financeiro desses créditos serem utilizados por determinada povo indígena. Ao longo da pesquisa foi percebendo que esse processo de utilização da natureza para obter o rendimento financeiro dos créditos de carbono pelos índios se tornaria mais difícil do que imaginava anteriormente porque esses índios viam a natureza como um sujeito. Seria complicado fazê-los vê-la em termos monetários. Dr. Lafayette afirmou que, para ele, essa concepção poderia tornar-se a chave do respeito à natureza, não interpretá-la como objeto e sim como sujeito. A partir daí mudou sua linha de pesquisa e voltou-se para estudos de natureza sujeito.

<sup>58</sup> Termos de Lafayette Novaes (2018) – entrevista.



internacionais (jurisprudência do caso do rio Vilcabamba, na Colômbia) e até mesmo a encíclica *Laudato si*. A segunda sessão, “O que fizeram comigo?”, traz as consequências do desastre para o rio e populações locais, como prejuízos imateriais e monetários, assim como muitas fotos, principalmente fotos aéreas da lama e da destruição. Na terceira parte, “O que deveriam ter feito?”, contextualiza as questões legais relacionadas à prevenção de desastres demonstrando que há previsão legal referente a rios da região e essas leis não foram cumpridas. E, finalmente, a quarta sessão é “Pedidos”.

A título de organização, a exposição argumentativa que suporta a personalidade jurídica do rio será aqui separada em embasamentos no âmbito nacional e internacional. Vejamos então os argumentos trazidos pela ação.

#### 4.2.1 A constituição brasileira

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, Preâmbulo).<sup>59</sup>

A ação traz o fato de o Brasil constituir um Estado Democrático de Direito que visa assegurar os direitos sociais e individuais de uma sociedade pluralista, reconhecendo que o Estado deve respeitar a diversidade e a diferença. Isto é, o Estado tem a obrigação segundo a Constituição do Brasil de garantir a expressão de diferentes modos de vida dos diversos povos que habitam as fronteiras brasileiras.

A Constituição do Brasil instituiu um Estado Democrático de Direito para assegurar o **bem-estar** como valor supremo de uma **sociedade pluralista** (Preâmbulo), que buscará a **integração cultural** dos povos da América Latina (art. 4o, parágrafo único). O Estado brasileiro deve proteger: a vida<sup>60</sup> (art. 5o, *caput*); os **modos ancestrais de criar, fazer e viver** (art. 215, § 1o e 216, II); os **espaços de manifestações culturais ancestrais** (art. 216, IV), os **processos ecológicos essenciais** (art. 225, § 1o, I); a **biodiversidade** (art. 225, § 1o, II); e **os recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural dos povos ancestrais, segundo os seus usos, costumes e tradições** (art. 231, § 1o). (MINAS GERAIS, 2017)

---

<sup>59</sup> Grifos da mestranda.

<sup>60</sup> Grifo da mestranda.

Se relembarmos os princípios de *Earth Jurisprudence* elencados por Thomas Berry, o quinto princípio tratava dos três direitos básicos de todo ser que habita a Terra: “Cada componente da comunidade da Terra, vivo e não-vivo, tem três direitos: o direito de existir, o direito de habitar e o direito de desempenhar seu propósito nos processos de manutenção e renovação da comunidade da Terra”. Corroborando com os princípios de Berry, a ação judicial do Rio Doce afirma que o direito à vida, presente na constituição brasileira, deve ser interpretado de maneira ampla como sendo o direito à existência da natureza ou ecossistema, que gera e sustenta a vida de todos os seres vivos. Sendo assim, o Rio Doce tem direito ao que chama de “existência ecossistêmica”, ou seja, à existência em comunhão com os humanos e não humanos que habitam suas margens, como sujeito biocultural de direito<sup>61</sup>. Esta interpretação apresenta proximidade teórica com a concepção animista de natureza e dá amplitude ao conceito de pessoa na antropologia maussiana.

Ainda segundo os direitos constitucionais brasileiros, o direito aos processos ecológicos essenciais e à biodiversidade exige que o Estado preserve o ciclo da água e as interações ecossistêmicas que garantem a continuidade do fluir, limpo e sadio, do rio. A ação do Rio Doce também usou deste direito para suportar a personalidade jurídica do rio e seus direitos. O direito à biodiversidade pode ser conectado com a ideia da alteridade nas teorias antropológicas, isto é, são essenciais à manifestação da vida em sociedade, sendo uma condição da cultura. Ainda, novamente fazendo um paralelo com a teoria de Thomas Berry, certamente pode-se dizer que o rio tem o direito de fluir limpo e sadio porque esse é o terceiro direito dos componentes da Terra: o direito de desempenhar seu propósito nos processos de manutenção e renovação da comunidade da Terra. Indo mais além, o rio Doce teria, segundo Thomas Berry, o direito de fluir no percurso que o faz, pois habita esta determinada área para, então, desempenhar seu propósito.

Nesse mesmo raciocínio, o terceiro direito segundo os princípios de EJ poderia ser evocado ainda fortalecendo o direito constitucional brasileiro do direito à cultura, aos espaços culturais e aos recursos ambientais culturais. Dr. Novaes explica na ação judicial que este direito constitucional exige que o Estado respeite os locais de expressão dos modos de criar, fazer e viver ancestrais. Por consequência, o rio Doce tem o direito à proteção contra usos ou desastres que impossibilitem a continuidade da expressão cultural ribeirinha - indígena ou não (MINAS GERAIS, 2017).

Dr. Lafayette Novaes valeu-se de uma argumentação pautada no direito à diferença, no direito de expressão e manifestação de modos de vida alheios ao moderno e leva a um debate

---

<sup>61</sup> Interessante notar a conexão entre a concepção de um sujeito biocultural e a noção de direito relacional trazida por Souza Filho (2017).

sobre direitos de povos e coletivos. O direito à diferença pode ser conectado com o surgimento da antropologia como uma ciência da diferença que foi com os anos sendo “descolonizada”, sendo isso parte da própria história da disciplina.

O advogado também usa de direitos aplicados atualmente como direitos individuais, como por exemplo a Emenda 96 do artigo § 7º no art. 225 da Constituição e a Lei de Biossegurança, Lei 11.105/2005, art. 1º (BRASIL, 2005), que assegura direitos aos animais e vegetais. A ação do Rio Doce defende que o rio é composto pela interação entre esses seres vivos e, portanto, precisa dos seus direitos garantidos.

Por fim, a ação evoca a Constituição do Brasil (art. 4º, parágrafo único) no trecho que diz que a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (MINAS GERAIS, 2017).

O direito à integração cultural com outros povos latino-americanos exige que o Estado garanta uma proteção equivalente à de outros Estados da América Latina para de fato buscar a formação de uma comunidade latino-americana de nações. Desta maneira, afirma novamente a ação do Rio Doce:

Assim, a ampla legitimidade de defesa dos direitos da natureza assegurada pela Constituição do Equador e pela Constituição da Bolívia deve ser estendida às pessoas naturais e jurídicas do Brasil, para garantir o mesmo nível de proteção ambiental daqueles Estados. Sempre com vistas à integração cultural latino-americana (MINAS GERAIS, 2017, p.14).

Assim sendo, entende-se que o Rio Doce deve ser reconhecido como sujeito de direito para receber, do Brasil, a mesma proteção que os rios estão recebendo do Equador e da Bolívia. Inclusive, a ação se vale de um sentido de unidade: de que todos os rios compõem o ciclo da água, ou seja, são a mesma água. Mais amplamente, são a água do oceano, dos mares, das nuvens, das nascentes, das chuvas, das neves, dos lençóis freáticos, etc. A ação afirma que isso é um conceito nativo Krenak, em que a água que compõe o corpo humano é uma água, a mesma água em todos esses estados citados. E é também uma concepção científica. Não tanto pelo sentido de unidade, mas a ciência embasa o ciclo da água e que as moléculas de água devem estar circulantes em todos esses estados para que haja vida no planeta.

#### 4.2.2 As convenções e acordos internacionais

O primeiro caso brasileiro foi muito pautado no processo ocorrido na Colômbia, onde o Rio Atrato tornou-se pessoa jurídica. Na ação do Rio Doce, algumas páginas são dedicadas ao

Rio Atrato. O processo colombiano, por sua vez, obviamente usou-se da sua própria constituição e ancorou-se em acordos internacionais ratificados pela Colômbia.

O Equador e a Bolívia são países que realmente mudaram para novas constituições em que a natureza é sujeito de direitos, em 2008 e 2009, respectivamente. No entanto, a constituição colombiana data de 1991 e teve uma atualização em 2016. Então, assim como no Brasil, elementos naturais não-humanos dotados de direitos não estão previstos na constituição colombiana e, conforme Novaes afirmou em entrevista, seria esse o motivo pelo qual a ação do Rio do Doce amparou-se no caso colombiano. Ainda segundo Novaes, há alguns casos e lugares onde a natureza foi de alguma maneira considerada sujeito de direitos, como aconteceu na Nova Zelândia, na Índia, no Equador, entre outros. No entanto, não se poderia utilizar para jurisprudência o caso da Nova Zelândia ou Índia porque estão muito distantes da realidade e contexto brasileiros. Sobre Bolívia e Equador, são de fato constituições inovadoras que tratam a natureza de maneira bem diferente do que a constituição brasileira. A Colômbia tem a legislação ambiental muito parecida com a do Brasil e ratificou as mesmas convenções internacionais. Sendo assim, a personificação do Atrato foi muito importante para amparar uma ação no Brasil.

Como dito, o Brasil ratificou as mesmas normas internacionais ratificadas pela Colômbia em relação a povos tradicionais: Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992), Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), Declaração da OEA sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) e Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Desta maneira, em termos gerais, pode-se afirmar que os povos tradicionais e indígenas brasileiros têm os mesmos direitos que foram garantidos às comunidades do rio Atrato. Portanto, pode-se dizer, ainda, que os brasileiros de maneira geral deveriam ter direitos bioculturais assegurados.

O art.13 da Convenção 169 da OIT (pág. 23) obriga o Estado a respeitar as relações espirituais que os povos indígenas possam ter com a terra que ocupam.

Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros ns e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (OIT, 1989, n. p.).

Para além da identificação como lugar de pesca, o rio Doce, denominado *Uatu* em Krenak, é um ente sagrado, elemento fundamental na composição da cosmologia Krenak. Por este motivo, usando inclusive da lógica do processo colombiano, a ação do Rio Doce

considerou os Krenak e o Rio Doce como uma entidade biocultural e, assim, afirma que negar o rio como sujeito de direito é negar a cosmovisão Krenak e que isso é proibido segundo a Convenção 169 (MINAS GERAIS, 2017). O Uatu como ente é correspondente ao animismo descolariano e o perspectivismo de Viveiros de Castro. A consideração de um não-humano como sujeito, ente existente na ontologia animista, é, portanto, ponto invocado na ação do rio como previsto em lei.

A ação do Rio Doce também usa da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica. O art. 8º(j) desta convenção obriga o Estado a respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas sustentáveis de povos tradicionais - indígenas ou não. Portanto, a morte do rio e as consequentes interrupção das atividades de comunidades e eliminação de elementos do conhecimento tradicional é violar o artigo 8º da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Além destas, a ação entende que suportam a personalidade jurídica do Rio Doce a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (art. 25) e a Declaração da OEA sobre os Direitos dos Povos Indígenas (art. 25), que obrigam o Estado a não enfraquecer a relação espiritual dos indígenas com as águas. Assim, foi violado o direito do rio de viver a relação que tem com os Krenak (MINAS GERAIS, 2017).

E, por fim, é citada a Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (art. 14 e 15), que obriga o Estado a proteger os espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável como patrimônio cultural imaterial de um povo, com a participação mais ampla possível das comunidades que criam, mantêm e transmitem este patrimônio. Assim sendo, o rio tem o direito à proteção para que sejam resguardadas a memória e manifestação cultural das comunidades ribeirinhas – indígenas e não-indígenas.

Para além das convenções internacionais, a ação judicial vale-se da Encíclica Papal *Laudato Si*, sobre o Cuidado da Casa Comum. Esta segunda encíclica apresentada em Roma pelo Papa Francisco traz inquietações que surtiram efeito mesmo entre os não católicos, o que fez a ação invocar o direito à comunhão universal. A encíclica fala que estamos todos absolutamente conectados e que o mal que o ser-humano faz aos seus irmãos não humanos, faz a si mesmo.

Nesta carta, o Papa diz que a crueldade contra qualquer criatura é contrária à dignidade humana (PAPA FRANCISCO, 2015). Talvez por este motivo, e pela visibilidade que essa carta teve principalmente no Brasil, tenha feito parte da seleção argumentativa da ação do rio Doce.

#### 4.2.3 As violações e os pedidos

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, art. 207 (BRASIL, 2002) obriga o Brasil a prevenir a poluição do mar proveniente de rios, por meio de regras e práticas internacionalmente recomendadas, planos de emergência e outras medidas necessárias, bem como a comunicar quem possa ser afetado pela poluição. Relacionadas a esta convenção, há duas políticas nacionais estabelecidas: a Política Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, Lei 12.187/2009 (BRASIL, 2009) e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Lei 12.608/2012 (BRASIL, 2012). Ambas, se implementadas, potencialmente atenderiam aos requisitos de prevenção estabelecidos pela Convenção sobre o Direito do Mar. Entretanto, as duas não foram cumpridas e seu não-cumprimento contribuiu para a ocorrência do desastre. Ainda mais grave é o fato de que mesmo dois anos depois do ocorrido, essas políticas nacionais seguem sem seu devido cumprimento.

Segundo a explicação do advogado dr. Novaes (MINAS GERAIS, 2017), a Lei 12.608/2012 (art. 2º, 3º e 4º) obriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios a adotarem as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral, mesmo diante de incertezas em relação ao risco. As medidas de prevenção de desastres são obrigatórias na gestão de recursos hídricos e devem abranger toda a bacia hidrográfica.

A Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (art. 4º, I e 5º, V e 6º, I), obriga a União a compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático, por meio do Plano Nacional sobre a Mudança do Clima, que também deve ser desenvolvido e executado com o envolvimento da academia e da sociedade civil.

Em 2016, depois do desastre, a União instituiu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) para gestão do risco climático. Este PNA identificou que a falta de regulamentação integral da Lei 12.187/2009 é uma vulnerabilidade do setor. Principalmente porque está impedindo o cadastramento nacional de municípios que abrigam áreas suscetíveis a desastres, considerado basal para o planejamento municipal da Proteção e Defesa civil. Uma segunda vulnerabilidade identificada e apontada pelo PNA foi a falta de elaboração do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Proteção e Defesa Civil (MINAS GERAIS, 2017).

Identificadas essas vulnerabilidades, foi estabelecido que, em curto prazo, a União deverá instituir o cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres e os Estados devem elaborar seus respectivos Planos Estaduais de Prevenção a Desastres de acordo.

A inércia do Poder Público federal e estadual, neste ponto, é uma grave omissão nociva à população de milhares de municípios, já que a gestão da Proteção e Defesa Civil deve ser articulada entre todas as esferas de governo, de acordo com uma

abordagem sistêmica. Daí a importância da fixação da regulamentação destas medidas como diretriz nacional de adaptação à mudança do clima.

(...)

As informações sobre a evolução das ocupações em áreas de risco, obtidas através do cadastro nacional de municípios suscetíveis a desastres, devem ser encaminhadas ao Executivo, Legislativo e Ministério Público dos respectivos Estados e Municípios. Este compartilhamento obrigatório de informações garante a responsabilização compartilhada do Poder Público, o que garante maior proteção à bacia hidrográfica, já que nenhuma autoridade poderá alegar desconhecimento do risco para justificar sua omissão (MINAS GERAIS, 2017, p.30-32).

O cadastro nacional de municípios suscetíveis a desastres garante a proteção da bacia hidrográfica, pois os municípios nele incluído são obrigados a compatibilizar os seus Planos Diretores com o Plano de Recursos Hídricos. No entanto, o Primeiro Relatório de Monitoramento e Avaliação do PNA 2016-2017 identificou que a Lei 12.608/2012 ainda não foi regulamentada e, conseqüentemente, ainda não foi criado o cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres.

A ação do Rio Doce aponta que o *website* do Ministério da Integração Nacional, órgão responsável pela Defesa Civil do país, não cita qualquer legislação sobre o cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres. Tampouco, o *website* da Defesa Civil de Minas Gerais cita a existência do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Considerado tudo isso, a ação judicial do Rio Doce, redigida pelo advogado e professor Lafayette Novaes, faz os seguintes pedidos ao excelentíssimo juiz federal da seção judiciária de Minas Gerais – Belo Horizonte:

#### LIMINARMENTE:

- a. o reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce como sujeito de direito;
- b. o reconhecimento da ampla legitimidade a todas as pessoas para defenderem o direito de existência sadia da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
- c. a condenação da União e do Estado de Minas Gerais ao imediato cumprimento das seguintes diretrizes do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima:

- i. a instituição do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, previsto no artigo 3o-A da Lei 12.340/2010, no prazo máximo de 6 (seis) meses ou em outro que este Juízo entenda razoável, em razão da urgência das medidas de prevenção a desastres; ii. a elaboração do Plano de Prevenção a Desastres de Minas Gerais, previsto no parágrafo único, art. 7o, da Lei 12.608/2012, no prazo de 6 (seis) meses ou em outro que este Juízo entenda razoável, em razão da urgência das medidas de prevenção a desastres, com a obrigatória participação de representantes de instituições acadêmicas e dos povos ribeirinhos (indígenas ou não);

NO MÉRITO, a confirmação da liminar deferida e a condenação definitiva da União e do Estado de Minas Gerais ao cumprimento das seguintes diretrizes do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima:

- i. a instituição do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, previsto no artigo 3o-A da Lei 12.340/2010, no prazo máximo de 6 (seis) meses ou em outro que este Juízo entenda razoável, em razão da urgência das medidas de prevenção a desastres;
- ii. a elaboração do Plano de Prevenção a Desastres de Minas Gerais, previsto no parágrafo único, art. 7o, da Lei 12.608/2012, no prazo de 6 (seis) meses ou em outro que este Juízo entenda razoável, em razão da urgência das medidas de prevenção a desastres, com a obrigatória participação de representantes de instituições acadêmicas e dos povos ribeirinhos (indígenas ou não).

Requere, ainda:

- a) a citação da União Federal e do Estado de Minas Gerais;
  - b) o deferimento de todos os meios de prova;
  - c) os benefícios da justiça gratuita.
- (MINAS GERAIS, 2017, p.33-34)

Em resumo, são dois pedidos: 1. a sujeitificação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e 2. o cumprimento da lei, agora com novos prazos estabelecidos dada a urgência da questão.

Dessa maneira, pedidos convencionais que dizem respeito à efetivação de medidas que já têm previsão legal entram na ação na tentativa de produzir um fato: um rio pessoa. O primeiro rio pessoa no Brasil. A argumentação é analiticamente interessante, até mesmo pela mistura argumentativa. Até o momento, nada aconteceu efetivamente. No entanto, o fato de a ação ter sido recebida formalmente já é relevante.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O naturalismo, orientado pela dualidade natureza e cultura, é mais do que meramente uma maneira de estudar a natureza, se trata de um conjunto de pressupostos ontológicos que constitui o mundo ocidental. Vimos que a emergência da sociedade e da natureza e, portanto, da diferenciação entre as ciências naturais e as ciências humanas, é fruto do naturalismo. Dessa maneira, o campo da ciência mecânica e suas disciplinas brutas passaram a tratar dessa natureza naturalista, que passou a consistir um campo ontológico próprio. As letras, filosofia e estudos de cultura foram ligadas à humanidade. Paradoxalmente, é a antropologia, as ciências sociais e seus estudos em cultura e humanidades, que encontram e se propõem a estudar ontologias que não se apoiam nesse divisor e que concebem natureza de maneira inteiramente distinta da nossa.

Baseando seu estudo em modos de identificação por fisicalidade e interioridade, Descola apresenta quatro ontologias diferentes: analogismo, totemismo, animismo e naturalismo. O animismo descolariano e o perspectivismo de Viveiros de Castro implicam em um mundo habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que apreendem esse mundo por meio de pontos de vistas diferentes. Personitude ou perspectividade, que é a capacidade de ocupar um ponto de vista, é uma potência compartilhada por humanos e não-humanos, totalmente desatrelada da figura do humano ocidental. Já o naturalismo é a ideia de que a natureza existe e opera independente da vontade humana, é única e conciliadora, e há a multiplicidade de culturas. Exclui a pessoalidade de organismos não-humanos baseado em um critério de interioridade presumidamente exclusivo da humanidade.

Assim, a escolha do estudo da pessoa enquanto idioma simbólico dá acesso a ricas esferas analíticas. Considerada a noção clássica de pessoa atrelada à pessoa humana, construída como fato fundamental do Direito e cerne da categoria abstrata de personalidade jurídica e social, a possibilidade de pessoas não-humanas, especialmente entes naturais não-humanos, incide nos pressupostos ontológicos ocidentais e possibilita a discussão do campo antropológico natureza-cultura. Há uma grande discussão sobre essas questões, especialmente com a emergência e fortalecimento de pautas de movimentos sociais – indígenas e não-indígenas - que trazem a possibilidade de novos sujeitos, ajustes na maneira de gerar constituições nacionais e, finalmente, outros ângulos na própria concepção do direito.

Essa discussão foi materializada em três casos em que houve a personificação jurídica de rios. Na Nova Zelândia, no Equador e na Colômbia há rios-pessoas cujos processos de personificação trazem meandros teóricos e jurídicos com especificidades importantes. Entretanto, o que os une é o fato de poderem ser pensados a partir de acordos pragmáticos, isto é, a personificação jurídica como acordo feito entre duas ontologias distintas em relação a

determinada situação, sem pretender uma total fusão de horizontes. Esses relatos não são relatos etnográficos, são casos-exemplos cuja citação vem a destacar justamente a importância de etnografá-los e de aprofundar-se na análise desses acordos etnograficamente.

*Earth Jurisprudence* entendida como categoria plural, mas que é unida pelo pressuposto de que a natureza deve ser a maior inspiração para formulação de leis, é um movimento composto por muitos juristas que buscam agir considerando códigos nativos de lei baseados em conhecimentos correlatamente paralelos ao científico e atender direitos e interesses humanos e não-humanos. Movimento crescente que tem gerado interessantes debates, mostrou-se uma útil ferramenta para pensar em termos de acordos pragmáticos.

Aplicado ao caso do rio Doce, esses instrumentos analíticos deixaram claro que o Brasil oferece um lugar privilegiado no estudo de sujeitos jurídicos não-humanos por conta das lutas e debates ambientalistas, socioambientalistas e dos movimentos sociais, que impulsionam intensas discussões sobre direitos de novos sujeitos. O ambientalismo, na tentativa de salvaguardar a natureza da exploração humana, criou mecanismos baseados na dualidade natureza-sociedade para reger a ação humana e da sociedade, criando leis e acordos entre países. O conceito de licenciamento ambiental pautou-se na raiz de “desenvolvimento sustentável”, que tentava unir o desenvolvimento econômico e a integridade natural. Isto é, é um termo que expressa essa dualidade, central na ontologia naturalista. O licenciamento ambiental representou inegavelmente um avanço em termos de conservação da natureza e na tentativa de ouvir diferentes atores de um mesmo contexto. No entanto, há situações em que o ambientalismo e o licenciamento ambiental - acrescentadas obviamente complexidades relacionadas a cada conjuntura, como política, especificidades econômicas, etc - apresentam limitações que impedem o alcance de uma solução compatível com a realidade apresentada para determinada região. O caso do Rio Doce exemplificou algumas dessas limitações e a necessidade de aliar diferentes ferramentas a fim de uma melhor aproximação com o contexto local. A personificação do rio Doce trata-se da tentativa de abrir portas para novas ferramentas quando há a necessidade de acordos entre diferentes visões de uma mesma questão.

O momento atual, dadas as discussões contemporâneas, parece bastante propício para a discussão e consideração de novas formas manifestas de vida. Análises etnográficas podem contribuir ao colocar lado a lado as dimensões de justiça, os limites do ambientalismo e a noção de pessoa não humana nas ontologias e perspectivas nativas. As bases teóricas de *Earth Jurisprudence* e uma “etnografia dos rios” poderiam levantar caminhos possíveis de análise de atuação. Em suma, a temática de pessoas não-humanas, assim como sua consideração jurídica em termos de direito, ainda oferece um campo enorme a ser estudado e existem inúmeros debates que poderiam estabelecer conexões comunicativas com as questões levantadas na

dissertação. Até mesmo outras faces das obras intelectuais dos autores referência desta pesquisa – e tantos outros que aqui não couberam – poderiam ampliar e enriquecer debates tocantes a esta pesquisa.

Resumida e francamente, sobre a presente dissertação, confesso que não atingi a profundidade teórica e analítica que idealizei no início do trabalho. Os desafios foram apresentando-se à medida que se configuravam problemáticas, situações e referentes análises. Entendo também que esse desenvolvimento depende, e é ao mesmo tempo parte, de um árduo processo de consolidação da temática por meio do amadurecimento dos próprios pesquisadores e estudiosos dedicados a este campo. Por isso, considero muito importante a continuação, multiplicação e aprofundamento de pesquisas que tratem de temas tangentes a essa pesquisa. Gostaria, portanto, de pontuar alguns dos possíveis encaminhamentos:

- Etnografias de pessoas não-humanas. Os relatos trazidos pela presente dissertação conseguem arriscar alguns apontamentos, mas etnografias de pessoas não-humanas são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas nessa área;

- Teorizações sobre rio-pessoas. Evoluir no conceito de rios-pessoas. Os rios são manifestações de vida que desafiam concepções vinculadas à pessoa clássica, *uma*, individual e estimulam um possível sujeito interrelacional, fluído e coletivo. São representações “anti-indivíduo”;

- Relação sujeito-indivíduo. O estudo do contrato social pode dizer muito sobre esse elo e é bastante significativo no direito. Antropologicamente, os conceitos mobilizados por indivíduo e sujeito e suas relações podem render boas análises;

- Conflitos ontológicos e acordos pragmáticos. Desenvolver etnograficamente casos de personalidade jurídica enquanto acordo pragmático e seus caminhos percorridos, desde a concepção do conflito até uma resolução em termos de acordos pragmáticos;

- Acordos pragmáticos como resolução de conflitos talvez não-tão-ontológicos. Não desenvolvi esta questão, mas se resgatados os quatro relatos, veríamos o seguinte: o caso do rio da Nova Zelândia é emblemático, diria até didático para se pensar em conflitos ontológicos e acordos pragmáticos. No Equador, essa análise também pode ser coerente porque essas discussões permearam debates sobre a constituição. Na Colômbia, houve, aparentemente, uma participação bastante ativa das comunidades residentes na região o que também possivelmente tem muito a contribuir para este tipo de análise. No caso brasileiro, contudo, não houve participação direta e ativa dos movimento sociais no processo em si, nem mesmo dos Krenak – cuja “espiritualidade” enquanto ligação com o Rio Doce foi convocada para justificativa legal da ação. Isso não significa que não haja conflito ontológico, porque evidentemente há, mas a ponderação especificamente à figuração do rompimento de Fundão, a concepção e condução

da ação judicial certamente envolverá meandros analíticos e a análise se esses termos realmente se alinham com o contexto local.

- A tradução *Earth Jurisprudence*. As palavras carregam todo um complexo de significados e conotações. Por isso, um estudo que se dedique a pensar uma adequada tradução para o português brasileiro seria uma bela contribuição ao tema.

Espero que o presente estudo sirva ao tema e/ou aos seres interessados em conviver em diversidade e em co-construir mundos de maneira mais justa e fraterna.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A; MARTÍNEZ, E. (comp.) **Derechos de la Naturaleza**. El futuro es ahora. Quito: Edición Abya-Yala, 2009.

ACOSTA, A; MARTÍNEZ, E. (comp.) **La Naturaleza con Derechos**. De la filosofía a la política. Quito: Edición Abya Yala 2011.

ALMEIDA, M. W. B. Caipora e outros conflitos ontológicos. **R@U Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013

ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, 2002.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**. São Paulo, n.79, pp.151-167, 2007.

ARENDT, H. **On Revolution**. New York: Viking Press, 1963.

BAER, G. **Cosmologia y shamanismo de los matsiguenga**. Peru Oriental: Colección Biblioteca Abya-Yala, 1994.

BARTH, F.; *et. al.* **One discipline, four ways**: British, German, French and American anthropology. Chicago: The Chicago University Press, 2005.

BERRY, T. Legal Conditions for Earth Survival. In: BERRY, T. **Evening Thoughts**. São Francisco: Sierra Club Books, 2006, p.107-112.

BHP Billiton. **About us**. 2017. Disponível em: <<http://www.bhp.com/our-approach/our-company/about-us>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

BOLIVIA. **Constitución de 2009 del Estado Plurinacional de Bolivia**. 2009. Disponível em: <[http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file\\_id=189098](http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=189098)>. Acesso em: 14 Dez. 2017.

BONZI, R.S. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013. Editora UFPR, n. 28, p. 207-215, 2013.

BOSTROM, N. **Superintelligence**: Paths, Dangers, Strategies. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BRANDT. Samarco Mineração S.A. Mariana - MG **Estudo de Impacto Ambiental - EIA Barragem de rejeito do Fundão**. Nova Lima: Brandt Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.803, de 2 de Julho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 Fev. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6803.htm)>. Acesso em: 14 jan 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 de Setembro de 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 88.351, de 1 de Junho de 1983. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de Jun. 1983. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D88351.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D88351.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 de Jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.361, de 5 de Setembro de 2002. Promulga o Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982 sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios. **Diário Oficial da União, Brasília**, 06 Set. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4361.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4361.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de Mar. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 Dez. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 Abr. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BREDARIOL, C.S. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. 2001. Tese (Pós-graduação de engenharia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CAMPOS, R.; DAHER, A. A antropologia da natureza de Philippe Descola. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 495-517, dez. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2013000200495&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000200495&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

CARVALHO, I.C.M. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluente**, v.1, n.1, p.136-157, 2009.

CASTRO, C. **Franz Boas**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

CAVEDON, F.S.; VIEIRA, R.S. Socioambientalismo e justiça ambiental como paradigma para o sistema jurídico-ambiental: estratégia de proteção da sóciobiodiversidade no tratamento dos conflitos jurídico-ambientais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, 40, 2007. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=1736&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=1736&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acesso em 14 Jan 2018.

CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Povos indígenas em Minas Gerais**. 2017. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/>>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

CLASTRES, H. Primitivismo e ciência do homem no Século XVIII. **Discurso**, São Paulo, n. 13, p.187-208, 1980.

COELHO, A. L. N. Bacia hidrográfica do Rio Doce (MG/ES): uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, n.7, p.131-145, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/156/82>>. Acesso em: 12 Mar. 2018

COLOMBIA, CORTE CONSTITUCIONAL - REPÚBLICA DE COLOMBIA, Sala Sexta de Revisión. **Sentencia T-622 de 2016: Acción de tutela interpuesta por el Centro de Estudios para la Justicia Social “Tierra Digna”**. 10 de novembro de 2016, Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://redjusticiaambientalcolombia.files.wordpress.com/2017/05/sentencia-t-622-de-2016-rio-atrato.pdf>

CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de Janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 1980. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em 14 jan 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 237, de 19 de Dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 Dez. 1997. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CONJUR. **Tribunal Penal Internacional reconhece "ecocídio" como crime contra a humanidade**. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-fev-12/tpi-reconhece-ecocidio-crime-humanidade>>. Acesso em: 10 Fev. 2018.

COSTA, A.; FELIPPE, M. F.; REIS, G. 2016. **Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos Minerários: Dos Alarmes que Ninguém Escuta à Tragédia no Rio Doce** - Geografias - artigos científicos. Belo Horizonte - Edição Especial - Vale do Rio Doce: formação geo-histórica e questões atuais

CPRE - Council for the Protection of Rural England. **About us**. 2017. Disponível em: <<https://www.cpre.org.uk/about-us>>. Acesso em: 28 Ago. 2017.

CREADO, E.S.J.; FERREIRA, L.C. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. In: I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS-UFES, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2011.

CRÉPEAU, R. Uma Ecologia do Conhecimento: é possível? **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.2, 2005.

CRUZ, P.O.; PEREIRA NETO, F. A ecologia e o sagrado: a trajetória antropológica de uma cosmologia contemporânea. **Tessituras**, Pelotas, v.2, n.1, p.231-250, 2014.



CULLINAN, C. If Nature Had Rights, What Would We Need to Give Up? **Orion Magazine**, 2008, p.1-4. Disponível em: <<https://orionmagazine.org/article/if-nature-had-rights/>>; Acesso em 22 Jan. 2019.

DESCOLA, P.. *La Nature Domestique: Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. 1986.

\_\_\_\_\_. Estrutura ou sentimento: as relações com os animais na Amazônia, **Mana**, Volume 4, Número 1, 23-45, 1998.

\_\_\_\_\_. Claude Lévi-Strauss, uma apresentação. **Estudos Avançados**. 2009. Versão On-line. ISSN 1806-9592 Estud. av. vol.23 no.67 São Paulo 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300019>.

\_\_\_\_\_. As duas naturezas de Lévi-Strauss. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v122>>. Acesso em: 14 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. The Great Divide (cap 3); Relations with the Self and Relations with Others (cap 5) In: **Beyond nature and culture**, Chicago: University of Chicago, 2013.

\_\_\_\_\_. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos (cap.I) In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DOUROJEANNI, M. O Almirante Verde. **O Eco**. 13 jun. 2006. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/16393-oeco-17189>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

ECUADOR. **Constitucion de la Republica del Ecuador**. Lexis, 2008. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4\\_ecu\\_const.PDF](http://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.PDF)>. Acesso em: 10 Fev. 2018.

ECUADOR. **Injunção Constitucional Concedida 11121-2011-0010**. 2011. Disponível em: <<https://mariomelo.files.wordpress.com/2011/04/proteccion-derechosnatura-loja-11.pdf>>. Acesso em: 14 Jan. 2018.

ELA - Earth Law Alliance. **What we do**. Disponível em: <<http://earthlawyers.org/what-we-do/>>. Acesso em: 14 Jan. 2017.

FAUCONNET, P.; MAUSS, M. Sociologia. In. MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1901.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais (PIB)**. 2017. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2745-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

FONSECA, M. Nossa história: Minas Gerais é o berço da legislação mineral. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 Nov. 2014. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/11/08/interna\\_politica,587993/nossa-historia-minas-gerais-e-o-berco-da-legislacao-mineral.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/11/08/interna_politica,587993/nossa-historia-minas-gerais-e-o-berco-da-legislacao-mineral.shtml)>. Acesso em: 15 Fev. 2018.

FRAME, A. Property and the Treaty of Waitangi: A tragedy of the commodities? In: MCLEAN, J. **Property and the Constitution**. Oxford: Hart Publishing, 1999. p. 224–34.

GAAKEER, J. Sua cuique persona? A Note on the Fiction of Legal Personhood and a Reflection on Interdisciplinary Consequences. **Law & Literature**, Nova Iorque, v.28, n.3, p.287-317, 2016.

GAIA. The Gaia Foundation. **Earth Jurisprudence**. 2017. Disponível em: <<http://www.gaiafoundation.org/what-we-do/earth-jurisprudence/>>. Acesso em: 22 Jan. 2018.

GARZÓN, R. P. B. Aplicación De Los Derechos De La Naturaleza En Ecuador. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.14n.28p.13-32 Janeiro/Abril de 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.1038>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.46, n.2, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma categoria do pensamento antropológico: A noção de pessoa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, 1996.

GRAHAM, N. Owning the Earth. In: BURDON, P. (ed). **Exploring Wild Law: The Philosophy of Earth Jurisprudence**. Mile End: Wakefield Press, 2011, p.270-278.

GREENE, N. The first successful case of the Rights of Nature implementation in Ecuador. **Global Alliance for the Rights of Nature, the Ecuadorian Coordinator of Organizations for the Defense of Nature and the Environment (CEDENMA) and Fundación Pachamama**, 2016. Disponível em: <[https://www.earthlaws.org.au/wp-content/uploads/2016/07/RON\\_Vilcabamba-Ecuador-Case-complete.pdf](https://www.earthlaws.org.au/wp-content/uploads/2016/07/RON_Vilcabamba-Ecuador-Case-complete.pdf)>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

GUSSOLI, F.K. A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador: considerações a partir do caso Vilcabamba. In: XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR. 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora da UFPR, 2014.

HAAG, C. **Entre o homem e a natureza:** dilema entre preservação e desenvolvimento é constante na história brasileira. 2010. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/10/29/entre-o-homem-e-a-natureza/>>. Acesso em: 14 Mar. 2018.

HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, D. Entrevista concedida a Juliana Fausto e Viveiros de Castro em Os Mil Nomes de Gaia, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1x0oxUHOIA8>

HIGGINS, P.; SHORT, D.; SOUTH, N. Protecting the planet: a proposal for a law of ecocide. **Crime, Law and Social Change**, v.59, n.3, p.251-266, 2013.

HSIAO, E.C. Whanganui River Agreement: Indigenous Rights and Rights of Nature. **Environmental Policy and Law**, New Zealand, v.42, 2012.

IAN, M. **One In All: Principles and Characteristics of Earth Jurisprudence**, in: BURDON, P (ed). **Exploring Wild Law: The Philosophy of Earth Jurisprudence**, Wakefield Press, 2011, p 35- 44.

ISA - Instituto Socioambiental. **Unidade de Conservação no Brasil. O SNUC: De onde vem essa ideia?** 2017. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/de-onde-vem-essa-ideia>>. Acesso em: 25 Ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção 169 da OIT é instrumento para enfrentar violação de direitos.** 19 Jun. 2017a. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/convencao-169-oit>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

JUSTIÇA prorroga até 30 de outubro prazo para Vale e BHP negociarem acordo para Samarco. **G1**, 30 Jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/justica-prorroga-ate-30-de-outubro-prazo-para-vale-e-bhp-negociarem-acordo-para-samarco.ghtml>>. Acesso em: 14 Jan. 2018

JOHNSON, S. **Invisible Men: Buffalo Soldiers of the Sierra Nevada.** 2005. Disponível em: <[http://www.buffalosoldier.us/images/Sheldon\\_Jonson\\_National\\_Parks.pdf](http://www.buffalosoldier.us/images/Sheldon_Jonson_National_Parks.pdf)>. Acesso em: 12 Set. 2017.

JULIBONI, M. Vale cresce e impulsiona setor de transportes e logística. **Exame**, 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/vale-cresce-e-impulsiona-setor-de-transportes-e-logistica-m0076333/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

KAUFMAN, D. Inteligência Artificial: questões éticas a serem enfrentadas. In: IX Simpósio Nacional da ABCiber, 2016, PUC-SP. **Anais...** São Paulo: s. l. 2016.

KEY, J. **No one owns water**. 2018. (5m 47s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5853-z19uZY>. Acesso em: 12 jan. 2019.

KUPER, A. **The invention of primitive society: Transformation of an Illusion**. New York: Routledge, 1988.

KUTESA, S.K. **Interactive dialogue on harmony with nature**. New York, 2017. Disponível em: <[https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/04/170415\\_interactive-dialogue-on-harmony-with-nature1.pdf](https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/04/170415_interactive-dialogue-on-harmony-with-nature1.pdf)>. Acesso em: 14 Fev. 2018.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

LEFÈBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwll, 1991.

LEOPOLDI, J. S. Rousseau: estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas. **Revista Alceu**, São Paulo, n.4, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. Estruturalismo e ecologia. In: \_\_\_\_\_. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_. A lógica das classificações totêmicas. In: LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989, p. 51-92.

\_\_\_\_\_. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução: a obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

\_\_\_\_\_. 2013 **Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem**. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013, p.41-55.

LIMA DA SILVA, L.A. **CONSULTA PRÉVIA E LIVRE DETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS NA AMÉRICA LATINA: Re-existir para Co-existir**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Direito Socioambiental e Sustentabilidade, Curitiba-PR, 2017.

LOPES, Luciano M.N. **O Rompimento Da Barragem De Mariana E Seus Impactos Socioambientais**. **Revista Sinapse Múltipla**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1 , 2016. Disponível

em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/11377>> . Acesso em: 22 Jan. 2019.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens: Água e energia não são mercadorias! **Mariana**. 31 Maio 2018. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/n-nos-calar>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

MALONEY, M.; SIEMEN, P. Responding to the Great Work: Earth Jurisprudence in the 21st Century. **Environmental and Earth Laws Journal**, v.5/1, p 6-22, 2015.

MARTÍNEZ, E. **La naturaleza con derechos: La naturaleza entre la cultura, la biología y el derecho**. Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo. Quito: Edición Abya Yala, 2014.

MAUSS, M. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de ‘eu’; Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas (p. 183-314) In. \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

MEADOWS, D. **Limites do Crescimento**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MELOSI, M.V. Equity, Eco-Racism and Environmental History. **Environmental History Review**, v.19, n.3, 2015, p. 1-16

MENDES, C. **A Luta dos Povos da Floresta**. São Paulo: Departamento de Geografia da USP e AGB-SP, 1988.

MENDÉZ, J. M. P. **Derechos de la naturaleza**: Fundamento, contenido y exigibilidad jurisdiccional. Quito: Corte Constitucional del Ecuador, CEDEC, 2013.

MINAS GERAIS. Lei nº 7.772, de 8 de Setembro de 1980. Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 09 de Setembro de 1980. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5407>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.561, de 27 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a política florestal no Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 de Dezembro

de 1980. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2236>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.903, de 06 de setembro de 1995. Cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, altera a Denominação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e dá Outras Providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2303>>. Acesso em: 14 de jan. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Delegada nº 62, de 29 de Janeiro de 2003. Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 30 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5301>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 44.844, de 25 de Junho de 2008. Estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 de Jun. 2008. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Dec&num=44844&ano=2008>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 21.972, de 21 de Janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 22 Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40095>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ação judicial (Rio Doce)**, autos 1009247-73.2017.4.01.3800, 6ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG, 2017.

MORRIS, J.D.K.; RURU, J. Giving voice to rivers: Legal personality as a vehicle for recognising indigenous people's relationships to water? **Heinonline**, 2010. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/austindlr14&div=32&id=&page=>>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MOORE, Jason W., **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Oakland: PM Press/Kairos, 2016.

NOGUEIRA-NETO, P. **Uma trajetória ambientalista**: diário de Paulo Nogueira Neto. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

NOVAES, L. **Ação Rio Doce**. Novaes e Quintela – Sociedade de Advogados (associação pachamama). Belo Horizonte. 2017. Disponível em: <

[https://docs.wixstatic.com/ugd/da3e7c\\_8a0e636930d54e848e208a395d6e917c.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/da3e7c_8a0e636930d54e848e208a395d6e917c.pdf)>. Acesso em: 14 Abr. 2017.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169**, de 1989. Convenção sobre terminação da relação de trabalho. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235197/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235197/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 14 Jan. 2019.

PAES, C. Processos e acordos marcam 30 meses do desastre da barragem de Mariana. **G1 [MG]**, 5 Maio 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

PALACIO, J. I. Reconocen al río Atrato como sujeto de derechos. **Ámbito Jurídico**. 02 Jun. 2017 Disponível em: <<https://www.ambitojuridico.com/noticias/general/ambiental-y-agropecuario/reconocen-al-rio-atrato-como-sujeto-de-derechos>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

PAPA FRANCISCO. **CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI' DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM**. 2015 Disponível em: <[https://odnmedia.s3.amazonaws.com/files/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si\\_po20150618-150848.pdf](https://odnmedia.s3.amazonaws.com/files/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po20150618-150848.pdf)>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

PEREIRA, J.C. Educação e cultura no pensamento de Franz Boas. **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, v.10, p. 101-118, 2011.

PERUZZO, P. P. Direito à consulta prévia aos povos indígenas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n4/2179-8966-rdp-8-4-2708.pdf>> . Acesso em: 22 Jan. 2019.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos socioeconômicos, institucionais e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG)**. Relatório final (UFJF). Juiz de Fora: 2015 (Mimeo).

QUARATIELLO, A.R. **Rachel Carson: a biography**. Westport: Greenwood Biographies, 2004.

RENOVA – Fundação renova. 2018. **Nossos programas**. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/>>. Acesso em 22 Jan. 2019.

ROGERS, N.; MALONEY, M. **Law as if Earth Really Mattered: The Wild law judgment Project**. New York: Routledge, 2017.

ROSA, F.D. Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-lei nº 134 de 16 de junho de 1975. Dispões sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e%2011a446ce7f7032569ba0082511c/20e029cb4455f7dc03256b6d00638572?OpenDocument>>. Acesso em: 14 jan 2019.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: L&PM, 2008.

ROY, E. A. New Zealand river granted same legal rights as human being. **The Guardian**. Londres, 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/16/new-zealand-river-granted-same-legal-rights-as-human-being>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SAMARCO. **Barragens e Sobre a Samarco**. [2017?]. Disponível em: <<http://www.samarco.com>>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

SALMOND, A. Tears of Rangi. Water, power, and people in New Zealand. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, V. 4, n. 3: 285–309, 2014.

SANTOS, G. D. S. **Constitucionalismo latino-americano: positivação e efetivação do direito indígena nas constituições recentes da Bolívia, Equador, Venezuela e Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2014.

SEEGER, A.; MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E.B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia**, n. 32, p. 2-19, 1979.

SHIVA, V. **Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity**. Nova Delhi: Natraj Publishers, 2011.

SOUSA, A. C. A.. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Achegas.net**, Rio de Janeiro, v. I, p. 26, 2005.

SOUSA, J.C. **Os Preconceitos que permeiam a arte e o ensino de arte**. 2012. 42 fl. Trabalho de conclusão de curso (Graduação de Artes Plásticas) - Departamento de Artes Visuais, Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4498/1/2012\\_JulianaCorreadeSousa.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4498/1/2012_JulianaCorreadeSousa.pdf)>. Acesso em: 10 Fev. 2017.



SOUSA SANTOS, B. **Pensar el Estado y la sociedad: desafíos actuales**. Buenos Aires: Waldhuter, 2009.

SOUZA FILHO, C.F.M. Introdução ao direito socioambiental. In: LIMA, A. (org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. Palestra proferida na manhã do dia 21 de setembro, no II Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina. Siglos XIX-XXI. Avances, perspectivas y retos, Santa Rosa (La Pampa) Argentina – 20 a 24 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. A Essência Socioambiental do Constitucionalismo Latino-Americano. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v.41, n.1, 2017.

STOCKING, G. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In. STOCKING, G. (org.) **A formação da antropologia americana, 1883-1911**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFPR, 2004, p.15-38

SYDEL, S. **The boasians and the invention of cultural anthropology**. In. BARTH, F. et. al. **One discipline, four ways: British, German, French, and American anthropology**. Chicago, The Chicago University Press, 2005, p. 255-274.

TADEU, T. **Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO 2017. **REPORT OF COMEST ON ROBOTICS ETHICS** , SHS/YES/COMEST-10/17/2 REV. Paris, 14 Set. 2017 Original: English. UNESCO 2017.

URBAN, T. **Uma missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo : Peirópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. **Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: UFPR, 1998.

VALE. **Resultado da investigação sobre a barragem de Fundão**. Transmitido ao vivo em 29 de ago de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DpQ6xnUSFV4>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A Fabricação do Corpo na Sociedade Xinguana. **Boletim do Museu Nacional**, 32:2-19, 1979.

\_\_\_\_\_. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 347-399

\_\_\_\_\_. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, n.18, setembro de 2004.

WHITE, S. Wild Law and Animal law: some commonalities and differences. In. MALONEY, M; BURDON, P. **Wild Law in Practice**. New York: Routledge, 2014, p.247-262.

WOLKMER, A. C.; FAGUNDES, L. M. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011. Disponível em:  
<<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2158>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

WOLKMER, A. C.; AUGUSTIN S; WOLKMER M. F. S. O “Novo” Direito À Água No Constitucionalismo Da América Latina. **INTERthesis**, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p51>>. Acesso em: 22 Jan. 2019.